

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

CÉSAR PORTANTIOLO MAIA

**Jovens na Pastoral da Juventude do Brasil:
entre a autonomia e a tradição**

Guarulhos 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

CÉSAR PORTANTIOLO MAIA

**Jovens na Pastoral da Juventude do Brasil:
entre a autonomia e a tradição**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais

Orientadora: Profa. Dra. Lilian Maria Pinto Sales

Coorientadora: Profa. Dra. Melvina Afra Mendes de Araújo

Guarulhos, 2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação

**Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal
de São Paulo**

Maia, César Portantiolo.

Jovens na Pastoral da Juventude do Brasil: entre a autonomia e a tradição /
César Portantiolo Maia. – Guarulhos, 2015.
138 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Paulo, Escola
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Ciências Sociais,
2015.

Orientadora: Lilian Maria Pinto Sales.

1. Pastoral da Juventude do Brasil. 2. Autonomia. 3. Jovem. 4. Igreja
Católica. I. Sales, Lilian Maria Pinto. II. Título.

CÉSAR PORTANTIOLO MAIA

**Jovens na Pastoral da Juventude do Brasil:
entre a autonomia e a tradição**

Guarulhos, novembro de 2015.

Titular: Profa Dra Eva Scheliga - UFPR

Titular: Prof. Dr. Marcos Pereira Rufino - EFLCH/UNIFESP

Agradecimentos

Ao fim deste trabalho, quero agradecer àquelas pessoas que, de diferentes formas, estiveram junto a mim neste período. A produção desta dissertação me obrigou a fazer algumas renúncias, que implicaram no distanciamento de pessoas pelas quais tenho apreço. Vou começar agradecendo aos que estiveram mais próximos e que mais sofreram as minhas ausências.

Minha filha Gabriela, tu que fostes gerada, nasceste e vivestes até agora comigo imerso neste trabalho, sentistes a ausência do pai que, muitas vezes, não conseguiu dispensar para ti a atenção que merecias. Agradeço por teres sido um motivo de força para mim, fazendo-me lembrar, a partir dos teus exemplos, como o aprendizado é difícil e que, independente de títulos, à vida sempre nos reserva novos conhecimentos para serem apreendidos.

Minha esposa Maíra, da mesma forma que a Gabi, sentistes de maneira direta as minhas ausências. Quero agradecer pela paciência e perseverança ao meu lado em todos os momentos. Não foram poucas as situações em que, devido à minha ausência, tivestes de ser mãe e pai da Gabi. Contribuístes muito neste trabalho, de maneira direta e indireta, questionando ideias e dando sugestões, mas, acima de tudo, apoiando-me afetivamente. A ti e àquele que carregas contigo, mais um fruto do nosso amor, agradeço por tudo o que consegui.

Minha mãe Noeli e meu sogro Adilmar, duas pessoas que, embora distantes fisicamente, contribuíram muito para este trabalho. Vocês tiveram importância em muitos momentos, principalmente quando “a coisa ficou complicada”, pouco tempo para atender a Gabi, a casa, o trabalho e a pesquisa. Nesses momentos o pedido de “socorro” foi eficiente e vocês sempre foram solícitos em atendê-lo. Agradeço, pois vocês também fazem parte do que aqui foi produzido.

Quero fazer memória a três pessoas que não estão mais com a gente, partiram para outra vida, sem deixar de fazer parte da minha. Meu pai Ariano, minha sogra Neusa e minha amiga Sara. Faço memória a vocês e agradeço pelos exemplos deixados, que vão sempre me servir de inspiração.

Minha orientadora Lilian, muita paciência e persistência ao me orientar, para fazer com que eu conseguisse chegar a um determinado grau de entendimento que julgavas, corretamente, necessário a mim. Melvina, minha co-orientadora, estivestes junto a mim na

ausência da Lilian e contribuístes diretamente para a tomada de decisão sobre os novos rumos da pesquisa. Vocês duas foram muito importantes, tenho muito a agradecer, pois sem as contribuições que deram este trabalho com certeza não existiria.

Quero agradecer ainda ao Anchietaun e ao Centro de Capacitação da Juventude, pela atenção despendida e pelo material disponibilizado para esta pesquisa. Da mesma forma, ao Centro de Assistência Social La Salle de Canoas/RS e ao setor de pastoral da Rede La Salle, representado na pessoa da Cilene Bridi. Todo o material da pesquisa documental me foi disponibilizado pelo Centro, que é o depositário da biblioteca que pertenceu ao Instituto de Pastoral da Juventude do Rio Grande do Sul. Sou muito grato pela confiança e contribuição que deram a esta dissertação.

Resumo

A Pastoral da Juventude do Brasil se estabeleceu como um movimento leigo com uma atuação voltada para o jovem. Nesta dissertação analisa-se o modelo de jovem que a pastoral pretende formar, observando conteúdos, ideologias e os métodos adotados para essa formação. Este modelo é denominado de “protagonista” pelos membros da pastoral, modelo ao qual corresponde um jovem que reúne características de um indivíduo em sua concepção moderna, mas que tem suas características formadas no interior do movimento coletivamente, a partir dos preceitos estabelecidos institucionalmente pela hierarquia católica. Destacam-se como as principais características deste jovem: autonomia, criticidade, participação social e comprometimento com o coletivo.

Palavras-chave: Pastoral da Juventude do Brasil, autonomia, jovem, Igreja Católica, formação.

Abstract

The Catholic Youth Ministry of Brazil was established as a laic movement acting upon youth issues. This dissertation analyses the youth model proposed by the Ministry, through the observation of contents, ideologies and methods applied to this formation. This model is labelled “progressive” by members of the pastoral and corresponds to a young person which held characteristics of an individual in a modern conception, but whose characteristics are formed inside the movement, collectively, through the institutional commandments prescribed by Catholic hierarchy. We highlight the main characteristics aimed for this youth model: autonomy, criticism, social engagement and commitment with the collective.

Key-words: Catholic Youth Ministry of Brazil, autonomy, youth, Catholic Church, formation.

Sumário

Agradecimentos	5
Introdução	11
1 A Ação Católica como fonte inspiradora para a Pastoral da Juventude do Brasil..	21
1.1 A Ação Católica brasileira.....	24
1.1.1 Os dois momentos da Ação Católica brasileira.....	27
1.2 Ação e formação como processos vivenciados na Ação Católica Brasileira	32
1.2.1 A atuação dos leigos na Ação Católica Brasileira.....	33
1.2.2 Movimentos especializados: maior autonomia na atuação	39
1.2.3 A pedagogia da Ação Católica Brasileira	41
1.2.4 As práticas para intervenção no "meio"	46
2 A Pastoral da Juventude do Brasil.....	50
2.1 Aspectos contextuais da Pastoral da Juventude do Brasil	51
2.2 O nascimento e a consolidação da Pastoral da Juventude do Brasil	55
2.2.1 O destaque dos movimentos de encontro.....	56
2.2.2 As primeiras articulações nacionais	60
2.2.3 A consolidação da Pastoral da Juventude do Brasil.....	63
2.3 A Pastoral da Juventude do Brasil e sua estrutura organizacional	67
2.4 Os referenciais teórico-ideológicos da formação na PJB	70
2.5 Opções pedagógicas da Pastoral da Juventude do Brasil	73
2.5.1 Método ver-julgar-agir	74
2.5.2 O grupo de base.....	76
2.5.3 O jovem em seu processo grupal	79
2.5.4 A Formação Integral	82
2.5.5 O acompanhamento.....	84
3 O “protagonismo juvenil” na revista “PJ a caminho”	879

3.1	A revista “PJ a caminho”	90
3.2	O primeiro elemento: A formação.....	91
3.2.1	A erudição e a análise da realidade como valores da formação.....	92
3.2.2	Elementos ideológicos e metodológicos da formação	95
3.2.3	O conteúdo da formação	98
3.2.4	As trocas com movimentos e agentes externos.....	102
3.2.5	A autonomia coletivamente construída.....	104
3.3	As estruturas de acompanhamento	107
3.3.1	A assessoria: formação direcionada pela Instituição Católica	108
3.3.2	Autonomia e controle institucional em disputa.....	112
3.4	A ação.....	117
3.4.1	A ação voltada para o meio: sua importância e mutações.....	117
3.4.2	A ação política.....	121
3.4.3	Ações de afirmação da juventude como coletividade	123
3.4.4	A ação voltada para os interesses internos da Igreja.....	127
	Considerações Finais	131
	Referências Bibliográficas	136

Introdução

Este trabalho teve início em março de 2013, em meu ingresso no mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo. Houve um longo percurso de leituras e pesquisa sobre a Pastoral da Juventude desde então. Entretanto, apenas após as colocações de meus avaliadores na banca de qualificação, consegui desenhar um objeto de pesquisa melhor delimitado, procurando identificar ideias centrais, direcionadas para a ação e atuação dos jovens no movimento Pastoral da Juventude no Brasil, que agora se configura como: “a formação do indivíduo na Pastoral da Juventude do Brasil – PJB”.

Ao longo da minha vida acadêmica, estive, em diferentes momentos, próximo do tema estudado, pois a pastoral, enquanto movimento religioso, já foi, em outras circunstâncias, motivo de preocupação empírica. Estudei este grupo em meu trabalho de conclusão de curso da graduação na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, no ano de 2011. Além disso, a PJB fazia parte do meu projeto inicial de ingresso no mestrado. No entanto, foi somente após a banca de qualificação que o meu problema de pesquisa ganhou um formato mais próximo do atual.

Inicialmente, eu estava preocupado em descobrir como se estabeleceu e se consolidou a categoria “protagonismo juvenil” na PJB. Para isso, passei a percorrer o seu processo de construção, observando os elementos que compunham essa concepção ao longo da história da pastoral. A proposta era a de identificar os sentidos atribuídos a essa categoria pelos integrantes da pastoral e qual seria a sua capacidade de mobilização, ou seja, quais intervenções na realidade social seriam empreendidas a partir da utilização da categoria protagonismo.

Nessa busca, analisei a PJB desde o momento de sua origem. Fui ao encontro da Ação Católica – AC¹, o movimento que lhe forneceu as bases ideológicas e metodológicas sobre as quais a PJB foi solidificada. Nesta etapa do estudo, contei com a contribuição de autores que já haviam analisado a AC. Além disso, analisei cinco boletins informativos produzidos entre junho de 1960 e junho de 1962 pelo Secretariado Nacional da Ação Católica Brasileira - ACB.

A importância da utilização destes boletins está no fato, em primeiro lugar, esse material ter sido uma publicação nacional, expressando informações mais amplas e temas

¹ A Ação Católica foi um movimento da Igreja Católica de abrangência internacional, cujo princípio era aprimorar o trabalho de evangelização realizado pela Igreja. No capítulo 1 aprofundaremos mais o assunto, trazendo as suas principais características.

genéricos que envolviam os diferentes movimentos de AC. Além disso, deve-se considerar o fato de serem materiais primários, produzidos pelos membros da AC, que expressam concepções, processos e ações nos quais o movimento estava envolvido. Esse material relata as vivências e experiências dos membros e grupos de Ação Católica pelo país. Por isso, a leitura e análise desses boletins nos deu uma importante dimensão dos processos e experiências (pequenos grupos, método “ver-julgar-agir”, ação voltada para a sociedade) que eram valorizados pelos membros da Ação Católica, a ponto de constarem como relatos e destaques nos boletins do movimento.

Um dos elementos em destaque nos boletins foi o lugar ocupado pelo leigo na Instituição Católica. Alguns autores já haviam apontado um novo papel para os leigos na Igreja, que começa a se desenhar a partir dos movimentos de Ação Católica. A partir da leitura dos boletins, essa constatação é reforçada e demonstrarei como o leigo passa a ocupar um determinado espaço no corpo institucional da Igreja Católica.

Um aspecto observável remete à autonomia do leigo dentro da Igreja, pois, embora esta não fosse incentivada, os processos que se estabeleceram nas relações entre hierarquia e leigos, bem como os métodos utilizados, proporcionaram a construção de uma autonomia relativa por parte dos leigos. Com isso, potencializaram os conflitos com a hierarquia institucional, que contribuíram para o fim da Ação Católica Brasileira.

A ACB, nos moldes em que era proposta, desarticulou-se na segunda metade da década de 1960. No entanto, parte de seus pressupostos foram de diferentes formas, incorporados pela Pastoral da Juventude do Brasil. Os elementos citados acima passaram a fazer parte das opções pedagógicas da PJB e contribuíram para a constituição de um modelo de leigo que deveria ser formado.

Após observar essa estreita relação entre os movimentos, direcionei minha análise para os primeiros anos de surgimento da PJB, nas décadas de 1970 e 1980. Ainda estava perseguindo a categoria “protagonismo”, e tinha a hipótese de uma continuidade entre a forma de ação empreendida pela Ação Católica e a Pastoral da Juventude do Brasil. Dois elementos se destacavam como continuidades em relação a AC: a intervenção na realidade e a autonomia na ação do leigo.

A Ação Católica tinha como característica marcante a intervenção na “realidade” e a Pastoral da juventude do Brasil seguiu neste mesmo rumo, pois é permeada pela perspectiva de um leigo que age para além dos “muros da instituição”. Quanto à autonomia, esta é apresentada como um ideal nos dois movimentos. Os processos conduzidos pela AC e os que o são pela PJB carregam em si a concepção de um leigo que age de maneira autônoma,

a partir de uma formação voltada para a reflexão e a criticidade sobre as realidades vivenciadas.

Entretanto, embora essa hipótese de continuidade na importância do papel desempenhado pelo leigo fosse em parte concreta, o trabalho de leitura dos materiais também apontava para o papel fundamental da estrutura institucional da Igreja Católica na constituição da PJB.

Pude perceber que a Pastoral da Juventude do Brasil, apesar de caracterizada como movimento leigo, formou-se a partir de uma ação intencional da Igreja, e os seus pressupostos ideológicos centrais foram definidos em consonância com a estrutura institucional do catolicismo. Ou seja, as leituras apontavam para uma negociação e tensão constante entre a possibilidade de atuação na realidade, autonomia leiga e a supervisão/intervenção dos representantes da Instituição Católica.

Nessa etapa da pesquisa, utilizei materiais produzidos por autores que já haviam estudado a pastoral, assim como outros produzidos por membro de seus quadros de militantes. Assim, a palavra de quem fez ou faz a PJB, tem significativo espaço nessa dissertação. Utilizamos, portanto, tanto fontes primárias (livros e artigos produzidos por autores vinculados à pastoral), como material analítico (livros e artigos produzidos por analistas do tema) para subsidiar o trabalho de pesquisa.

Esforcei-me no exercício de considerar o que cada autor falava a partir do contexto em que fazia tais proposições, identificando os nexos e as tensões com o meu tema em averiguação.

Por fim, pareceu-me importante a utilização de um material sistemático e contínuo, que possibilitasse identificar as características e formas de atuação da Pastoral da Juventude ao longo de suas décadas de existência, bem como as categorias acionadas e em destaque nos seus diferentes períodos, que me possibilitasse averiguar conceitos com maior continuidade, minimizando as variações contextuais.

Assim, defini como elemento empírico de análise as revistas “PJ a Caminho”, uma publicação trimestral do Instituto de Pastoral da Juventude do Rio Grande do Sul – IPJ/RS, que teve 99 números publicados, o primeiro em 1980 e o último em 2005. A escolha dessa revista justifica-se a partir de três aspectos preponderantes: o número de publicações, o tempo de publicação (vinte e cinco anos) e a estrutura que a produzia, o IPJ/RS, pois, como veremos no capítulo 3, este instituto, com seus cursos e materiais de estudo produzidos, constituiu um importante espaço de formação para a PJB em nível nacional.

Cabe considerar que não foram todas as edições analisadas. Integralmente, o estudo foi realizado da edição 1 até a edição 35, todas publicadas na década de 1980. Após a publicação número 36, realizei um recorte temporal. A partir daí, mantive como critério a análise de pelo menos uma revista por ano. Ou seja, de 1990 até 2005, pelo menos uma revista de cada ano foi analisada.

O motivo deste recorte foi o significativo ganho de volume que as publicações tiveram a partir de 1990. Se na década de 1980 elas tinham em média 30 páginas, na década seguinte este volume dobrou para 60. Tal fato, em parceria com o limitado tempo que dispunha, forçou-me a delimitar o material de leitura.

A minha intensão era encontrar no processo histórico de formação da pastoral os elementos que caracterizam o que é por eles considerado “protagonismo juvenil”. Porém, ao trilhar tal caminho, descobri que a palavra “protagonismo” somente passa a ser utilizada pela pastoral na década de 1990 e que o percurso realizado, muito mais do que falar sobre esta categoria, tratava da formação de um tipo de indivíduo e de uma maneira de atuação que se tornam característicos da PJB.

Em essência o “jovem protagonista”, como é concebido pela PJB, remete a uma idealização de um modelo de indivíduo que reúne as características por eles valorizadas. É deste modelo de indivíduo que trata esta dissertação. Muito mais que analisar a formação da categoria “protagonismo juvenil”, a minha preocupação foi identificar os aspectos considerados relevantes pela pastoral no processo de formação dos jovens que nela atuam.

É assim que eu chego ao meu objeto final, “a formação do indivíduo na PJB”, pois, ao longo da pesquisa, foi possível perceber que, a partir de um conjunto de práticas adotadas, de metodologias utilizadas e das opções ideológicas que norteiam as ações, revela-se um determinado “modelo ideal” de jovem que a pastoral almeja formar. É este tipo idealizado que será posteriormente, já em finais da década de oitenta, por eles intitulado “protagonista”.

Esse processo de construção de um modelo ideal de indivíduo na Instituição Católica, que vinha sendo estabelecido desde os movimentos de Ação Católica e que se intensifica com as pastorais, especificamente com a Pastoral da Juventude do Brasil, aponta para duas questões importantes: o papel desempenhado pela religião sob o manto da modernidade e o lugar ocupado pelo indivíduo nas novas configurações religiosas, que apontam para as características do indivíduo na modernidade.

O que identificamos é uma realidade na qual a religião, se amparada somente na tradição, perde o seu poder de agregação e controle sobre seus membros, sendo necessário

lançar mão de diferentes mecanismos para estabelecer e manter os laços que prendem os indivíduos a ela.

Na atual configuração dos movimentos religiosos, a Pastoral da Juventude do Brasil opta por formar o jovem a partir de seus pressupostos ideológicos, buscando que esse jovem permaneça no grupo e na Igreja Católica. A Pastoral supervisiona a atuação de seus membros e propõe a formação deles enquanto indivíduos capazes de decidir de maneira autônoma por se manterem atrelados a ela.

Portanto, a configuração contemporânea das religiões e a formação na Pastoral remetem a concepção de indivíduo e este se apresenta atrelada à modernidade². De acordo com Marcel Mauss (MAUSS, 2003) em suas categorias do espírito humano, o indivíduo da maneira como é percebido contemporaneamente é algo tipicamente moderno. É uma construção histórica que se estabelece nos termos em que é atualmente entendido a partir da consolidação do pensamento moderno. Dessa forma, serão apresentadas algumas notas introdutórias.

O processo que atrela a modernização à autonomização dos sujeitos foi amplamente percebido e estudado pelas ciências sociais. Um dos autores que realizou este trabalho foi Louis Dumont, que define o termo “indivíduo” em duas perspectivas: empírica e moral (DUMONT, 1983). A primeira está relacionada a todos os seres que fazem parte da espécie humana e a sua indivisibilidade. A segunda, que mais nos interessa, remete à concepção do ser na sociedade moderna.

O autor destaca que o indivíduo, enquanto “ser moral”, apresenta três características preponderantes: a independência (é alguém que não depende do todo da sociedade e que toma decisões e atitudes sem obrigatoriedade de reconhecimento coletivo); a autonomia (é capaz de formular ideias e tomar atitudes sem a outorga da sociedade) e a refutação da estrutura social (é alguém que rejeita modelos e padrões socialmente impostos).

Estas características o colocam em consonância com o que Dumont denomina “individualismo”, ideologia tipicamente moderna que valoriza o indivíduo (Dumont, 1983). O individualismo se configura num conjunto de ideias que levam a pessoa rejeitar sua

² Danièle Hervieu-Léger (2008) destaca três traços como definidores da modernidade: 1) primazia da racionalidade, caracterizada por uma “adaptação coerente dos meios aos fins que se perseguem”; 2) rompimento com o mundo da tradição, caracterizado pela prerrogativa do indivíduo de determinar a sua própria vida, a partir da determinação dos valores e processos que o orientam; 3) separação entre os diferentes domínios da vida social: política, ciência, arte, moral, religião. No entanto, a autora ressalta que a autonomia dos domínios é relativa, tendo em vista interferências que os levam a interagir entre si.

inserção em qualquer coletividade que exija submissão de interesses particulares. A principal característica estaria na satisfação individual, em detrimento do coletivo.

Variadas teorias a respeito da modernidade, especialmente do papel ocupado pela religião na modernidade, vem sendo desenvolvidas já há algumas décadas. No caso do Brasil, estudos de inspiração weberiana³, como os desenvolvidos por Candido Procópio Ferreira de Camargo, ocuparam lugar de destaque na bibliografia nacional. Analisando o processo de modernização da sociedade brasileira, este autor produziu estudos nas décadas de 1960 e 1970, período que o país passava por significativas mudanças, como o processo de urbanização.

Neste contexto, Camargo identificou a multiplicação de denominações religiosas e significativo número de conversões para as religiões pentecostais. Este processo, por mais que pareça paradoxal, foi interpretado pelo autor como um acréscimo de racionalidade à cultura brasileira, pois o que estaria em jogo seria a perda de influência de religiões tradicionais, principalmente o catolicismo, nas estruturas sociais.

Nesse sentido Antônio Flávio Pierucci, comentando as concepções teóricas de Camargo, afirma:

Este processo de expansão do pentecostalismo, do kardecismo e da umbanda é a contraface do declínio e da erosão da religião dominante tradicional, o catolicismo, desgaste que entretanto não se reduz a dessacralização e secularização. O panorama religioso brasileiro tem mudado não só por que há pessoas que desertam de seus deuses tradicionais laicizando suas vidas e seus valores, mas também porque há outras que em número crescente aderem a ‘novos’ deuses, ou então redescobrem seus velhos deuses em novas maneiras (PIERUCCI & PRANDI, 1996:10).

Nesse caso, mesmo que ocorra maior adesão de público a diferentes religiões e inclusive ao próprio catolicismo, isso não significa que a religião tenha adquirido maior poder. Dessa forma o que explicaria os expressivos contingentes observados por Camargo, que se voltavam para diferentes religiões?

O autor lança mão do conceito de “internalização”, para explicar tal fato. Camargo relaciona este conceito a uma divisão binária entre religiões de tipo “tradicional” e de tipo “racionalizado”. O primeiro modelo está amparado no costume que orienta o comportamento religioso e se legitima através da tradição, bem como, pela articulação e mescla de valores da sociedade com aqueles que seriam próprios dos grupos religiosos (PIERUCCI & PRANDI, 1996).

³ Relacionada a produção do sociólogo alemão Max Weber.

Quanto às religiões de tipo “racionalizado” estas se caracterizariam pela formação de valores apartados da sociedade moderna, ou seja, a articulação entre os padrões que orientam os grupos religiosos e a sociedade secularizada tornar-se-ia desnecessária (PIERUCCI & PRANDI, 1996). É a partir deste modelo que se dá a “internalização”.

Ocorre, portanto, nessa mutação de tradicional e racionalizada um deslocamento importante na relação da consciência religiosa com a sociedade: neste não identificar-se automaticamente com a sociedade, a religião é agora autoconsciente (e, assim sendo, ganhou racionalidade o agir religioso) ao mesmo tempo consciente da relação que mantém com a ordem social. A partir desta mudança, qualquer que seja esta relação, vá no sentido da aceitação ou da recusa do realmente vigente, ela será tudo menos ingênua. Outro ganho em racionalidade (PIERUCCI & PRANDI, 1996:11-12).

Dessa forma, a principal característica da “internalização” estaria relacionada à conscientização, à capacidade do indivíduo de pensar sobre sua escolha, ou não, de uma religião. A partir desta concepção, a adesão religiosa está relacionada a escolha racionalizada, tendo consciência o novo crente da escolha que está fazendo, sem ser levado a tal pelo poder de influência da tradição.

Nesse processo, tanto a religião quanto o indivíduo ganham racionalidade. Na religião, isto se dá pela desvinculação das estruturas sociais, passando a pensar a si mesma de maneira mais independente, com liberdade de criar o seu código de valores. Quanto ao indivíduo, este se encontra liberado na sociedade moderna de forças institucionalizadas que o empurrem para o seio de um grupo religioso. Embora ocorram adesões, estas se dão de maneira mais autônoma e consciente.

Assim, na perspectiva de Camargo (PIERUCCI & PRANDI, 1996), a modernidade traz consigo, além do declínio do poder da religião de influenciar nas diferentes esferas da vida social, um ganho de racionalidade por parte do indivíduo. Nesse sentido, a escolha e a participação religiosa tornar-se-iam uma atitude racionalizada de quem a faz.

Estudos como o de Camargo apontam para uma relação entre religião e modernidade na qual o indivíduo ganha em racionalidade e em autonomia. Estudos mais recentes sobre a modernidade religiosa também apontam para esse caminho, como os desenvolvidos por Danièle Hervieu-Léger, que demonstra o quanto o indivíduo ganha autonomia perante a instituição religiosa na chamada “modernidade religiosa” (HERVIEU-LÉGER, 2008).

Hervieu-Léger identifica como característica principal da modernidade religiosa “o enfraquecimento do controle institucional” sobre as ações dos indivíduos. Assim, a perda de poder da religião não se expressa somente na incapacidade de influenciar institucionalmente

outros domínios da vida social (política, ciência, arte), mas na fragilidade de determinar as ações dos indivíduos que dela fazem parte.

Nesse sentido a autora afirma:

O que é especificamente ‘moderno’ não é o fato de os homens hora se aterem hora abandonarem a religião, mas é o fato de que a pretensão que a religião tem de reger a sociedade inteira e governar toda a vida de cada indivíduo foi se tornando ilegítimo, mesmo aos olhos dos crentes mais convictos e mais fiéis (HERVIEU-LÉGER, 2008:34).

Para melhor compreensão dessas articulações, Hervieu-Léger irá propor a caracterização de dois modelos que expõem o perfil de quem participa dos movimentos religiosos no mundo contemporâneo: o peregrino e o convertido. O primeiro está relacionado ao processo de trânsito e mobilidade religiosa, já o segundo refere-se aos vastos processos de conversões para religiões novas ou tradicionais, que se observa contemporaneamente.

Em oposição aos dois modelos estaria o “praticante”, expressão típica do religioso ligado a agrupamentos sociais tradicionais que tinham na religião a centralidade da organização de suas vidas. Geralmente, nesses grupos a organização do tempo estava ligada as datas religiosas, o ordenamento moral e ético amparado nas orientações da Igreja e o líder religioso, mais do que um “administrador do sagrado”, era alguém de relevância social, hierarquicamente instituído e que atuava, também, como organizador da ordem pública.

Em oposição a esta figura, o “peregrino contemporâneo⁴” está relacionado a um percurso espiritual individual que se ampara na identificação religiosa subjetiva, na qual a participação é motivada por interesses particulares, sem a obrigação moral do cumprimento dos ritos (HERVIEU-LÉGER, 2008). Enquanto o praticante seria alguém diretamente vinculado à estrutura social e à tradição religiosa, respondendo diretamente a elas, o peregrino possuiria maior independência e vínculos mais frágeis com os mecanismos de coesão moral e social.

Percebe-se a existência de um fenômeno que é central para autora na configuração contemporânea da religião: a desregulação institucional quanto às práticas religiosas dos indivíduos. Ou seja, a impossibilidade das instituições religiosas em ditar as ações e comportamentos dos indivíduos, mesmo em termos de religião, ou de constrangê-los a expor

⁴ A diferença do “peregrino contemporâneo” para o peregrino tradicional é que, enquanto este participava de grandes eventos religiosos e peregrinações somente relacionados a sua própria religião, como forma de avivamento da fé, formação e sociabilização, o outro tem nesses eventos o sentido de sua crença, não necessitando, por exemplo, de um contato prévio ou posterior ao evento com nenhum grupo fixo (comunidade, paróquia, pastoral, obra social, etc.) da religião. “Participar de um encontro de Taizé ou, isoladamente, de uma vigília das JMJ, não significa, hoje, que se procure uma identidade confessional constituída” (HERVIEU-LÉGER, 2008:101).

publicamente a sua crença.

A figura do convertido, por sua vez, remete a adesão espontânea dos indivíduos a uma determinada religião, que pode ser até mesmo tradicional. No entanto, ela será voluntária, com fraca capacidade de pressão moral da instituição religiosa. A decisão é particular e pessoal. Diferente do praticante que atrela a sua vida à pertença religiosa, o convertido se vincula a uma religião a partir de uma decisão própria.

De acordo com a autora, uma das principais consequências desses processos para a vida social, consiste no anseio dos indivíduos de levar as motivações religiosamente inspiradas para o espaço público. Assim, produzir arte a partir da religião (cantar, pintar quadros, dançar), ou levar as proposições desse mundo “a parte” vivido sob o espectro do sagrado, para a política, a escola, o direito, representa o processo inverso da secularização da sociedade, destacado por Pierucci e Camargo.

No entanto, embora cheguem a diferentes conclusões a respeito da modernidade religiosa, os três autores aproximam-se em um aspecto deste complexo emaranhado de processos: a autonomia que o indivíduo adquire frente à tradição e à religião na sociedade moderna.

“Nas sociedades modernas, a crença e a participação religiosas são ‘assunto de opção pessoal’: são assuntos particulares, que dependem da consciência individual e que nenhuma instituição religiosa ou política podem impor a quem quer que seja” (HERVIEU-LÉGER, 2008:34).

Dessa forma tanto os perfis contemporâneos do religioso, expressos por Hervieu-Léger nas figuras do peregrino e do convertido, quanto os processos de ganho de racionalidade, destacados por Camargo, estão amparados num dos principais elementos da modernidade: o processo de individuação. Os processos destacados pelos autores acontecem a partir de um indivíduo que conquistou, pelo menos em termos relativos, a sua independência das tradições, dos modelos e dos padrões impostos pelas instituições religiosas.

Essas discussões sobre a modernidade religiosa, no que se refere aos laços estabelecidos entre os indivíduos e as tradições, e, especialmente, à autonomia dos indivíduos frente às tradições religiosas, especialmente a Igreja Católica, foram inspiradoras para as análises realizadas sobre os jovens na Pastoral da Juventude do Brasil.

Esse movimento propõe a formação de um determinado modelo que será por ela definido como “jovem protagonista”, que retoma as características do indivíduo moderno,

como a autonomia crítica e a liberdade. Porém, em que medida essas características são colocadas em ação nas relações entre os jovens membros do movimento e a instituição católica, é um ponto importante a ser analisado, especialmente ao se considerar que esse jovem está sendo formado no cerne da Igreja, muitas vezes por membros da sua hierarquia.

Outro ponto importante, em termos de Igreja Católica, é o lugar ocupado pelo leigo na estrutura institucional da Igreja. A partir dos processos construídos nas relações com o clero, houve um ganho de importância na presença do leigo na Igreja, mas sempre a partir de negociações internas com a hierarquia e a partir da permissão por parte dela. Assim, com o passar dos anos, o leigo ganha um lugar de maior relevância, mas sempre com a outorga institucional.

A PJB faz parte da estrutura da Igreja Católica e está diretamente vinculada ao “setor juventude” da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. Ela é responsável por uma parcela do trabalho de evangelização da juventude realizado pela Igreja Católica no território brasileiro.

É uma organização da Igreja Católica e tem como um de seus princípios estimular, a partir de suas práticas e concepções ideológicas, que o jovem assuma o papel de liderança na Igreja e na sociedade, tendo ideias e tomando decisões, minimizando, com isso, intervenções ou manipulações de agentes externos.

A PJB começa a se estruturar na Década de 1970, como tentativa da Igreja Católica de articular e orientar os diferentes grupos (movimentos de encontro, congregações, grupos de jovens das comunidades etc.) que atuavam entre os jovens católicos. A partir dessa iniciativa, organiza-se uma estrutura especializada no trabalho com jovens.

Desde o início ela foi se constituindo com uma história própria, amparada em práticas pedagógicas e princípios ideológicos definidos, sendo eles: a opção pelo trabalho com pequenos grupos de jovens; a utilização do método “ver-julgar-agir”; a opção pela formação integral; o trabalho direcionado aos jovens menos favorecidos economicamente; e a formação política de seus membros.

Tais processos conduziram a uma atuação mais autônoma do jovem, no sentido de ter clareza e liberdade para agir na sociedade. No entanto, será possível perceber ao longo dessa dissertação que isso somente se daria em termos relativos, pois a PJB, enquanto uma estrutura da Igreja Católica, deveria responder a esta em suas decisões.

Por suas opções e processos vivenciados, a Pastoral da Juventude do Brasil ocupa um espaço específico dentro da Igreja Católica, próxima a um grupo que se convencionou

chamar de “progressista”. Entre os grupos progressistas, podem ser citadas as pastorais sociais e das juventudes, bem como as Comunidades Eclesiais de Base.

No que tange sua estrutura, esta dissertação apresenta três capítulos. Por ser herdeira direta de concepções e práticas formuladas pela Ação Católica, bem como por uma questão de coerência histórica, é optei por se iniciar tratando deste movimento, nacionalmente expressivo entre 1930 e 1965. Serão, dessa forma, destacados no primeiro capítulo os aspectos que demonstram o modelo de militante (como eram chamados os membros da AC) que se pretendia formar, bem como outros elementos de continuidade entre a ação católica e a Pastoral da Juventude no Brasil.

No segundo capítulo serão apresentadas como ocorreram às primeiras articulações que deram origem à PJB, bem como o seu processo de consolidação na década de 1980. Além disso, serão apresentadas a sua estrutura organizacional, as suas opções pedagógicas e ideológicas, que demonstram a perspectiva da formação na PJB, suas premissas e objetivos para o estabelecimento de um determinado tipo de jovem voltado para um determinado tipo de ação na sociedade.

Por fim, no terceiro capítulo são apresentados os resultados das análises empíricas realizadas a partir das revistas “PJ a Caminho” e que expressam elementos significativos das práticas adotadas pela PJB. Nessas análises é possível perceber as transformações que sofreram e as novas configurações que adotaram os processos de formação estabelecidos pela pastoral para a formação de seus membros.

1 A Ação Católica como fonte inspiradora para a Pastoral da Juventude do Brasil

A Pastoral da Juventude do Brasil se estabelece enquanto uma organização da Igreja Católica cujas ações são voltadas para os leigos. Entre seus objetivos, observa-se a importância do jovem não apenas como receptor, mas também como agente ativo nos processos estabelecidos pelo movimento. O jovem é o destinatário e ao mesmo tempo o

produtor das práticas da pastoral. É ele, o jovem leigo, que deve ocupar a posição de centralidade na estrutura e nas ações promovidas pela Pastoral.

Tal perspectiva pode ser identificada de diferentes formas na PJB, como na sua estrutura organizacional, em que os cargos de coordenação são ocupados pelos jovens, ou em suas práticas pedagógicas, voltadas para a formação e capacitação do jovem com vistas a prepara-lo para funções e cargos a serem desempenhados na pastoral e na sociedade.

Assim, o dia-a-dia da pastoral é organizado e executado pelos jovens leigos e o planejamento de suas ações futuras também é realizado com a participação dos membros. Nesse sentido, o jovem exerce uma postura ativa nesse movimento, sendo parte executora das ações e tomando parte no processo decisório. Deixa a postura de receptor e passa a estabelecer relações com os membros da instituição, que vão lhe conferindo maior autonomia nas ações. A posição de destaque do leigo é uma das principais características da PJB, como será possível perceber no próximo capítulo.

No entanto, o processo em que diferentes funções na Igreja passam a ser desempenhadas por aqueles que não ocupam uma posição hierárquica de destaque teve início em um movimento do catolicismo anterior à pastoral. Trata-se da Ação Católica – AC.

A origem da PJB, bem como a base de seus métodos e opções, encontra-se na Ação Católica – AC. Instituída pelo Papa Pio XI como movimento internacional e lançada no Brasil na década de 1930, a AC atuava na perspectiva da inserção do leigo nos trabalhos religiosos, prática que não era comum até aquele momento.

É importante destacar que em diferentes momentos da história da Igreja Católica ocorreram situações em que o leigo ocupou papel de destaque, como aponta Cecília Loreto Mariz em artigo sobre a diversidade do catolicismo:

As heresias, movimentos quiliásticos da Idade Média e a própria Reforma Protestante representam ora conflitos entre grupos distintos dentro da Igreja, ora lutas por maior autonomia dos leigos em relação à hierarquia católica (MARIZ, 2011:47).

No entanto, diferentemente de outros momentos e movimentos, um aspecto que marca de maneira mais significativa a AC é o fato da presença do leigo ter sido institucionalmente incitada. Embora tenham ocorrido tensões, como veremos a seguir, é notória a ação intencional por parte de setores da hierarquia católica do período para que os leigos assumissem funções na Instituição. Tal característica deu à Ação Católica o perfil de um movimento mais centrado no leigo, com aval e o estímulo da instituição.

Sendo o “leigo” central para a discussão realizada ao longo desta dissertação, cabe elucidar brevemente o significado deste termo. O entendimento do termo “leigo” é facilitado quando posto em comparação com o conceito de “clero”. De acordo com Marcos Rufino:

o clero abarca todos aqueles que receberam os sacramentos das ordens sagradas, como os bispos, padres e diáconos. Por meio desse sacramento, os membros do clero são inseridos em uma linhagem cujos ancestrais ápicos são os próprios apóstolos e transformados em mediadores privilegiados na relação da comunidade cristã com a doutrina e o mistério da revelação (RUFINO, 2002:28).

Assim, o termo “leigo” compreende todos os membros da Igreja que não fazem parte do “clero”, ou seja, não desenvolvem nela funções especiais, configurando-se como receptores dos conteúdos transmitidos pelos sacerdotes. São os destinatários da revelação proferida por aqueles que receberam os sacramentos das ordens sagradas.

De acordo com Flávio Sofiati (2012) a Ação Católica foi um dos primeiros movimentos a ter como foco a ação dos leigos. Um dos seus principais objetivos era tornar esta ação uma extensão da ação do clero, transformando leigos em verdadeiros apóstolos transmissores da mensagem da Igreja, braço estendido da hierarquia e parte do corpo eclesial. Nesse aspecto, na Ação Católica o leigo passa a ocupar um novo papel na instituição, devendo tornar-se um agente motivador do processo de evangelização, deixando a postura de exclusivo receptor.

Tal circunstância se refletiu na organização dos leigos, pois em seu livro “O caminho se faz: história da Pastoral da Juventude do Brasil”, Pe. Hilário Dick afirma que a Igreja Católica no Brasil não teve juventude organizada antes da Ação Católica. Segundo ele, havia apenas alguns grupos coordenados por adultos, pelas congregações religiosas, nos quais os jovens eram convidados a participar (Dick, 1999). Ele destaca ainda que na primeira fase da Ação Católica, a partir de 1932, uma “causa que o Papa Pio XI abraçou com mãos e pés foi a formação e a participação organizada dos leigos e leigas católicos no apostolado hierárquico” (DICK, 1999), ou seja, sua participação em processos de evangelização anteriormente exclusivas ao clero.

Percebe-se a partir das concepções dos autores acima que a AC foi de significativa importância para a ampliação da participação dos leigos na Igreja Católica. Embora exista um debate entre pesquisadores quanto à sua autonomia, um ponto de consonância das diferentes interpretações é que o leigo assume funções na instituição, passa a desempenhar um papel, nem que seja o de mero transmissor de uma mensagem institucional pensada pelo clero.

Diferentes pesquisas já demonstraram a contribuição da Ação Católica para a formação das pastorais no Brasil, dentre elas a PJB. Assim, nesse capítulo será apresentado um breve histórico do movimento, especialmente voltado para os elementos que contribuíram para a formação das pastorais, ou que apontam aspectos de continuidade entre eles.

O tópico 1.1 se propõe a “recontar” a história da AC no Brasil. Cabe aqui deixar claro que este “recontar” não significa fazer um trabalho historicista, mas apenas trazer a memória alguns fatos, e aspectos que são considerados relevantes para o objetivo desta pesquisa.

No tópico 1.2 serão apresentados elementos da AC relacionados aos processos que apontam para o ganho de espaço e de autonomia do leigo, merecendo destaque por contribuírem diretamente com esta pesquisa. Para a produção deste item foram utilizados documentos e materiais de formação produzidos pelo próprio movimento. Eles foram analisados com o objetivo de identificar os principais aspectos constitutivos da Ação Católica que contribuíram para a formação dos seus membros.

1.1 A Ação Católica brasileira

A Ação Católica foi estabelecida oficialmente no Brasil em 1935, com a aprovação de seus estatutos gerais pela cúria romana, autorizando oficialmente a estruturação do movimento no Brasil. Teve como principal mentor o então cardeal do Rio de Janeiro, D. Sebastião Leme (Martins, 2000). Desde a década de 1920, porém, já vinham ocorrendo articulações do movimento em solo brasileiro. O livro de D. Sebastião Leme, intitulado “Ação Católica”, por exemplo, foi lançado em 1923.

É importante destacar também que antes do surgimento da Ação Católica já estavam ocorrendo algumas articulações de leigos em países europeus, o que não se repetia no Brasil. De acordo com Marcos Rufino, no Brasil, antes da AC

“[...] o entendimento que a hierarquia fazia da massa de fiéis era desprovida de qualquer esperança que este laicato assumisse uma posição ativa na evangelização do povo” (RUFINO, 2002:32).

A compreensão era a de que os leigos estavam muito despreparados para serem lançados num trabalho de evangelização. Esse entendimento foi alterado rapidamente, em um prazo de vinte anos, de acordo com o mesmo autor.

O surgimento da AC no cenário internacional, conforme indicam alguns autores, está relacionado à perda de espaço da Igreja Católica na sociedade moderna. O aumento do processo de secularização levaria a religião católica a perder espaço e capacidade de controle sobre a sociedade, reduzindo cada vez mais as possibilidades de inserção da instituição na vida social. De acordo com Agenor Brighenti (2012) e Suely Aparecida Martins (2000), o momento vivenciado pelo catolicismo era de perda de espaço na sociedade e na política, o que fez com que a busca da Igreja por ações que a reinserisse na dinâmica da sociedade moderna do século XX se tornasse urgente.

Ao resgatar as formas como a Igreja Católica, a partir de sua cúria romana, propôs o enfrentamento do processo de secularização, Marcos Rufino (2002) destaca a preocupação da instituição em construir um “apostolado amplo”, onde o leigo pudesse sentir-se responsável pelo processo de evangelização. Entretanto, esse autor enfatiza que a participação do leigo deveria acontecer sob a coordenação da hierarquia institucional.

A Ação Católica, portanto, seria a forma concreta de Pio XI responder a construção desse apostolado amplo. Este movimento operaria fora dos limites do clero, mas deveria ter sempre presente a natureza de sua posição particular na cena do esforço evangelizador que é de auxiliar e assistente na missão da hierarquia eclesial (RUFINO, 2002: 68).

Dessa forma, embora houvesse o interesse da Igreja de contar com o “braço” do leigo para o trabalho de evangelização, existia também significativa preocupação da hierarquia em não perder o controle sobre este processo. Para que isso acontecesse, era importante que os leigos tivessem sempre consciência da estrutura mais ampla a qual estavam vinculados, que tinha por função formar os agentes e coordenar o trabalho.

Agenor Brighenti (2012) propõe que a principal proposta do movimento instituído pelo Papa Pio XI, era “recristianizar” o mundo, tendo no leigo o papel de representante da hierarquia onde esta não conseguia fazer-se presente. A visão era de que os padres e bispos, por serem poucos, não tinham como estar em todos os espaços, passando a contar com a ajuda dos leigos cristãos que atuavam como “suplentes” dos membros da hierarquia.

Dessa forma, o leigo passa a ser concebido como agente, ganhando importância no processo de evangelização, mas ainda não tem possibilidade realizar movimentações sem autorização prévia. Sua autonomia é praticamente inexistente, dado que sua função estaria restrita a levar uma mensagem “pronta”, apenas reproduzindo e transmitindo aquilo que foi elaborado pela hierarquia católica. Sendo assim, a subordinação à hierarquia e a reprodução dos dogmas católicos de forma ortodoxa era a perspectiva dominante para a atuação dos

leigos. De qualquer forma, segundo os autores, este é um importante momento de inserção dos leigos na estrutura institucional católica como agentes, embora ainda estritamente subordinados.

Refletindo sobre as possibilidades de ação do leigo diante dos mecanismos de controle da Igreja, Marcos Rufino analisa a carta enviada ao Brasil por Pio XI, por consequência da aprovação dos novos estatutos da AC em 1946 (estes ainda seriam reformulados novamente em 1950). Em sua carta, o Papa refere-se a AC como pequenos grupos, bem preparados, sem incorrer no risco da improvisação e que deveriam ser “fermento na massa”. Esta expressão metafórica possui, na prática, um amplo significado, pois, torna-se para o leigo uma espécie de “titulação”, que lhe dá autoridade, mas também o encobre de responsabilidades e compromissos.

O leigo que reconhece em si o “fermento na massa”, quando inserido no trabalho de propagação da mensagem cristã, entende que a hierarquia eclesiástica – a ponta da lança do apostolado com o qual ele almeja colaborar – faz um investimento especial sobre ele, atribuindo-lhe responsabilidades e prerrogativas maiores na organização da grande massa de fiéis. Ele compõe o grupo mais ativo e consciente da Ação Católica não apenas pelo carisma que possui na condução e agregação de outros fiéis em torno de seus núcleos, mas também por acumular mais rapidamente o instrumental ideológico que articula princípios teológicos católicos com elementos de um pensamento social cristão (RUFINO, 2002: 81).

Dessa forma, revela-se aqui a operação de um processo eficiente de controle institucional que, por não ser explícito, não é facilmente identificado por parte dos membros da Igreja, mas pode dar bons resultados para o intento institucional. O leigo “fermento na massa”, “braços estendidos” da hierarquia e que permitiria o alcance desta em locais até então de “difícil acesso”, possui autoridade para falar em seu nome. Esta autoridade, por sua vez, é concedida e está a serviço de um determinado fim, ficando o depositário enredado numa relação de reciprocidade com quem lhe forneceu autoridade.

Na perspectiva de Suely Aparecida Martins, a proposta da Igreja com a AC seria mais ousada do que uma mera resposta ao processo de secularização. Para ela, a “Ação Católica representou uma das iniciativas da Igreja, sob o mandato papal de Pio XI, para a recristianização da sociedade” (Martins, 2000:16). Ou seja, a principal preocupação estaria na ampliação do número de fiéis e na retomada de espaços que a Igreja havia perdido. É nesse sentido que o leigo assumiria um importante papel de auxiliar a hierarquia em sua “retomada” religiosa.

Dessa forma, percebe-se que a Ação Católica surge como uma proposta “conservadora” frente à realidade social daquele momento histórico. Configurava-se como uma resposta da Igreja em oposição às transformações vivenciadas pela sociedade, tendo por objetivo sua adaptação ao novo contexto em busca da manutenção e até mesmo extensões de sua influência sobre a sociedade. Esta reação amparava-se na atuação do leigo submetido à tutela institucional, conferindo-o quase nenhuma autonomia. Embora o leigo tenha abandonado a postura de exclusivo receptor, poderia ser caracterizado como mero “Transmissor” da mensagem institucionalmente instituída, uma ação que se dá, em essência e no primeiro momento, com muito controle e pouca autonomia.

1.1.1 Os dois momentos da Ação Católica brasileira

A Ação Católica Brasileira (ACB) pode ser dividida em duas etapas. De acordo com Ney de Souza (2006), a primeira etapa vai de 1935 a 1950 e a segunda, de 1950 até o final da década de 1960.

A principal característica do movimento em sua primeira etapa era a preocupação com o caráter formativo do leigo, podendo ser considerada “uma verdadeira catequese especializada” (SOUZA, 2006:49). Não se destacava a intervenção direta do leigo no trabalho de evangelização, o objetivo era a formação de uma “elite” religiosa capaz de, como já explicado anteriormente, ser “fermento na massa”, dando-se maior ênfase para a formação religiosa.

De acordo com Sofiati (2012), em suas origens a AC atuava a partir da separação por gênero em grupos de homens e de mulheres, sendo chamada de Ação Católica Geral – ACG. Na segunda etapa, a partir de 1950, passa a ser denominada Ação Católica Especializada – ACE e, metodologicamente, começa a atuar em ambientes onde os jovens estavam inseridos, formando assim a Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC).

Esta classificação é bastante genérica, pois a partir da leitura dos documentos produzidos pela Ação Católica é possível perceber que existiam outros subgrupos, de adultos ou exclusivamente com membros do sexo feminino dentro das especializações. No entanto, devido ao destaque que ganharam os movimentos mencionados e o objetivo desta dissertação, que não consiste em realizar uma ampla discussão sobre a Ação Católica, vamos

nos deter nesta classificação mais genérica, mas tendo claro que a complexidade do movimento se insere num contexto mais amplo.

O objetivo do processo de especialização configurava-se como uma tentativa da Igreja de ampliar sua presença nos diferentes espaços da sociedade em que os leigos poderiam estar. No entanto, esta presença não deveria ser meramente “anunciadora da fé” em sentido literal, interpretada como pregação da mensagem religiosa. A proposta era de que a inserção do leigo, nos diferentes meios especializados, deveria representar “a presença da Igreja”.

Os católicos inseridos em um movimento especializado da Ação Católica seriam responsáveis não apenas por levar os valores cristãos para o meio social em que viviam, mas também por traduzir a presença desses valores, no trabalho, na escola, no espaço familiar etc em uma experiência de sentido apostólico, cujo fim seria aproximar a tudo e a todos de uma vivência inspirada na evangelização (RUFINO, 72:72).

Assim os “braços da hierarquia” (como eram considerados os leigos naquele momento) se estenderiam na sociedade de forma efetiva. Muito mais do que apenas a voz da Igreja nos diferentes meios específicos – escola, universidade, ambiente de trabalho –, a forma de agir, de pensar e todo o conjunto de valores simbólicos da Igreja também seriam representados por gestos, atos e pensamentos de seus fiéis nos diferentes espaços da vida social, até então de difícil acesso para a fé católica.

Nessa perspectiva, de acordo com João Batista Libânio, a proposta inicial da ACE, era de “insuflar” para dentro da sociedade o “espírito” do cristianismo, tornando esta mais justa. Era intenção infiltrar os diferentes espaços da vida social com as noções de justiça religiosamente elaboradas (LIBÂNIO, 1978). No entanto, Libânio considera que este processo de aproximação dos jovens gerou resultados que ultrapassavam as possibilidades de controle da instituição. O contato passou de um processo de “transmissão” para uma troca entre diferentes noções e perspectivas ideológicas: se por um lado os católicos insuflavam suas noções nos diferentes espaços em que atuavam, por outro eram também influenciados por eles.

Nesse contexto, começam a se estruturar ações que visavam alterações mais profundas da realidade. Os jovens passam a tomar iniciativas no seio da sociedade articulando-se com movimentos sociais. No meio urbano destacam-se as relações com organizações estudantis e de trabalhadores, como por exemplo, a aproximação da JUC com a União Nacional dos Estudantes (UNE) e da JEC com movimentos de estudantes secundários.

Libânio caracteriza esse processo como "tomada de consciência", a partir do qual jovens partiriam para ações concretas de intervenção na política estudantil, nos partidos políticos e nas organizações de classe (LIBÂNIO, 1978). Percebe-se assim que começa a se estabelecer uma intervenção direta dos jovens na sociedade, com menor controle eclesial. O "freio" imposto através do controle institucional das ações dos membros da ACE torna-se menos eficiente com o passar dos anos, proporcionando espaço para ações de maior autonomia por parte dos leigos.

Pode-se dizer que a segunda fase da AC foi um momento de maior possibilidade de ação dos leigos, que, em parte, ocorreu a partir da decisão da Igreja de incentivá-los a infiltrarem-se nos diferentes espaços da sociedade. No entanto, considerando que estavam ligados a uma estrutura centralizadora e com significativa organicidade, como a Igreja Católica, não é possível dizer que somente um processo foi responsável pelo aumento da liberdade de ação frente ao controle institucional imposto. Ao que tudo indica, a metodologia adotada neste segundo momento da Ação Católica, também contribuiu diretamente com tal processo, levando os leigos a aprofundar suas relações com o meio no qual estavam inseridos. Nesse sentido, tiveram papel fundamental os pequenos grupos e o método ver-julgar-agir⁵.

Assim caberia a cada um desses grupos, articulados em pequenos núcleos, refletir a cerca de seu meio e do que nele é contraditório com o universo ético-moral do catolicismo. A partir de então, o desafio de transformar este meio atribuindo-lhe significações morais que lhe alarguem o sentido – ganha o primeiro plano na vida mundana desses militantes (RUFINO, 2002:73).

Nessa perspectiva, da mesma forma que o militante da Ação Católica influenciaria o meio no qual estava inserido, este também transformaria reciprocamente o militante com interesses que poderiam destoar das orientações que provinham da hierarquia. Restringia-se, dessa forma, a capacidade de regulação do clero sobre os leigos da Ação Católica, pois as influências que os leigos recebiam não estavam mais limitadas à catequese institucional, ampliando-se a partir das trocas estabelecidas com a sociedade.

Há indicativos, portanto, de que o método utilizado pela ACE contribuiu para a formação dos seus militantes proporcionando maior conscientização e empoderamento frente à hierarquia. Esse processo, construído paulatinamente a partir das práticas adotadas, foi, em grande medida, responsável pelo destaque do movimento no Brasil.

⁵ O método "ver-julgar-agir" tinha como objetivo levar os jovens a refletir e tomar consciência a respeito da sua realidade. Este método será explicitado de maneira mais pormenorizada no capítulo seguinte.

Este novo modelo de organização da Ação Católica, a partir dos meios específicos em que os jovens estavam inseridos, possibilitou que leigos católicos ganhassem alguma autonomia no processo de evangelização. Assim sendo, se no primeiro momento, entre 1935 e 1950, a AC estava centrada na formação dos leigos, no segundo, a ênfase estava na ação, no trabalho de intervenção do jovem em seu meio específico – escola, fábrica, universidade e meio rural.

Segundo Martins, amparados nessa metodologia de trabalho os jovens ligados a ACE

foram aos poucos abandonando o discurso espiritualizante e moralizante presente na década de 1950, voltado para a conversão individual, e assumindo uma prática social engajada, que questionava as estruturas sociais e levava ao compromisso social e político (MARTINS, 2000:17).

Nessa perspectiva os métodos adotados no trabalho da ACE geraram em seus membros atitudes para além do discurso da ortodoxia católica, incitando a ação dos jovens em dimensões da vida social que iam muito além do que estava posto pela evangelização segundo os dogmas católicos. Dessa forma, os jovens organizados a partir dos movimentos específicos em muitos momentos direcionaram a sua militância para o meio político e para as organizações de classe, ultrapassando os limites tradicionais do ambiente religioso.

Um fato que exemplifica esta realidade é a eleição em 1961 de Aldo Arantes, membro da JUC, para o cargo de presidente da União Nacional dos Estudantes - UNE (SOUZA, 2006), o que revela as relações constantes e diretas, com sobreposição de agentes, entre esses dois movimentos.

Dadas as ações adotadas em seu percurso histórico e sua proximidade com movimentos sociais e sindicatos, a Ação Católica Especializada, a partir de suas práticas e concepções ideológicas, moldou o que Sofiat (2012) irá caracterizar de “esquerda católica”. De acordo com Ney de Souza na década de 1960 “a Igreja estava ideologicamente dividida” (SOUZA, 2006:51) havendo bispos que apoiavam a aproximação da Ação Católica com os demais movimentos populares e outros que repudiavam tal postura. Nesse contexto, o processo de aumento da participação dos membros da ACE perante a sociedade e a Igreja deixava alguns setores da hierarquia católica desconfiados.

A postura de assumir posições ideológicas definidas e buscar a transformação da realidade a partir da atuação política foi fato preponderante para a geração de conflitos entre os jovens e a hierarquia institucional, segundo João Batista Libânio:

Criam-se os primeiros embaraços, no momento em que [os jovens] percebem que devem modificar, transformar o meio, o ambiente, as estruturas sociais, que são a raiz da concretização da injustiça e não basta uma simples conversão do coração ou insuflar um espírito cristão” (LIBÂNIO, 1978:21).

Essa citação, apesar de ideologicamente engajada com a posição de intervenção social assumida pela Ação Católica, demonstra que o diálogo com os movimentos sociais e a postura de intervenção na realidade assumida por parte dos jovens foi responsável pelos conflitos da ACE com setores do catolicismo.

Em função desses conflitos, após seu apogeu nas décadas de 1950 e 1960, Luiz Roberto Benedetti (2000) considera que a ACE foi aos poucos sendo “abandonada” pela Igreja Católica até sucumbir, deixando progressivamente de ser lembrada como uma das estruturas da instituição. Segundo o autor, um dos motivos desse abandono foi o processo de radicalização vivenciado de maneira mais contundente pela ACE e principalmente a JUC, ligada a União Nacional dos Estudantes. Esse grupo em especial, acirrou os seus confrontos com a estrutura institucional e com os grupos conservadores da Igreja, defendendo maior participação nos processos religiosos e a ampla intervenção da religião em outras esferas.

Pode-se dizer que a ampla participação social e política dos membros da ACE, desagradava alguns setores do catolicismo que queriam uma Igreja mais “missionária”, no sentido de ser propagadora da fé Católica e angariadora de novos fiéis. Para estes, a ação dos jovens deveria ocorrer sem inserção em assuntos ligados à política e problemáticas sociais que pudessem gerar contradições entre os diferentes grupos que compunham, naquele momento, o diversificado “corpo” eclesial. Ou seja, o que era considerado e valorizado pelo movimento como uma ampliação das possibilidades de ação do leigo era, ao contrário, fortemente combatido pela ala chamada mais conservadora da Igreja Católica.

Identifica-se naquele momento uma correlação de forças na estrutura de poder da Igreja entre progressistas e conservadores. Esta correlação de poder favorecia o processo de acirramento dos ânimos entre os movimentos de Ação Católica e aqueles que queriam uma Igreja mais voltada para as questões internas, referentes à expansão do poder e permeabilidade da religião em diferentes espaços da vida social, mas sem ações políticas, principalmente alinhadas a grupos de esquerda.

Deve-se ainda destacar que a extinção da ACE ocorre no início do governo militar, momento em que os setores de contestação da Igreja passaram a ser perseguidos pelos agentes da ditadura, culminando assim dois processos que favorecem a extinção desse

movimento religioso, um interno (que parte da instituição religiosa) e outro externo (que parte do Estado).

De acordo com Suely Aparecida Martins, os movimentos de Ação Católica, mais especificamente a JEC, JIC e JUC foram extintos no ano de 1966 por ordem da hierarquia católica, representada pela CNBB. A JAC resistiu até o ano de 1968, no entanto, sem apoio institucional, também se extinguiu, mingando até sucumbir totalmente. O único movimento que permaneceu, mas com expressão social menor foi a JOC, que nas décadas de 1970 e 1980 viria a contribuir diretamente na formação da PJB (Martins, 2000). O aumento da autonomia dos membros da ACE perante a instituição católica contou decisivamente para a sua extinção, tendo sido o grande motivador dos conflitos com a hierarquia. Ou seja, o processo inicialmente motivado pela própria instituição de busca por maior inserção política e social dos movimentos gerou a sua extinção.

1.2 Ação e formação como processos vivenciados na Ação Católica Brasileira

Entre junho de 1960 e junho de 1962 o secretariado geral da Ação Católica Brasileira produziu cinco boletins de circulação nacional, intitulados “Boletim da Ação Católica Brasileira”. Esta publicação tinha por função dar mais organicidade ao movimento, pois, como já mencionado, após 1950 foram instituídos os movimentos especializados de Ação Católica (a Juventude Agrária Católica, Juventude Estudantil Católica, Juventude Independente Católica, Juventude Operária Católica e Juventude Universitária Católica). A partir desta subdivisão, cada especialização possuía a sua estrutura de organização e seu próprio boletim informativo.

O secretariado geral criou estes boletins nacionais visando estabelecer um canal de diálogo em que um movimento tivesse a oportunidade de saber do outro. Sua função era divulgar as notícias de todos os movimentos e as informações de interesse comum. Esses boletins configuram um material primário que será utilizado nesta pesquisa por trazer contributos relevantes para o objeto de estudo desta dissertação, uma vez que apresentam os métodos adotados, a história e as opções ideológicas dos movimentos. Serão destacadas, assim, informações apresentadas nos boletins sobre experiências e opções que influenciaram a PJB e contribuíram para estabelecer os seus processos de formação.

1.2.1 A atuação dos leigos na Ação Católica Brasileira

Neste tópico serão apresentadas algumas posições presentes ao longo dos cinco boletins e que remetem a presença, participação e importância do leigo para a AC. Analisaremos as passagens que possibilitem a identificações do lugar ocupado pelo leigo, a maneira como se instituía (ou não) a sua participação em outras instâncias da vida social, tentando observar como diversos elementos e posturas vão sendo indexados aos processos de atuação dos jovens em instancias eclesiais ou sociais no contexto da Pastoral da Juventude.

A partir dos boletins é possível perceber que a Ação Católica Brasileira, em sua primeira etapa, estava centrada na preocupação da hierarquia em orientar e “controlar” a ação dos leigos. A preocupação em capacitar os leigos, minimizando o risco de ações que desviassem das proposições doutrinárias do catolicismo é recorrente nos boletins.

No boletim número 2, publicado em dezembro de 1960, é apresentada uma sistematização histórica da Ação Católica Brasileira. Os próprios autores destacam neste informativo que a primeira etapa do movimento se caracteriza como um período de certo “academicismo”, gerado pela publicação de livros e mensagens, bem como pela realização de retiros e encontros de estudos, sendo estes mais valorizados do que a ação organizada e a articulação de grupos de AC.

Ou seja, na primeira etapa do movimento, como já observado por Marcos Rufino, a proposta era encontrar formas de trazer os indivíduos para a Igreja em momentos específicos de estudo, oração e reflexão, formando uma espécie de “exército especializado”, o chamado “fermento na massa” (RUFINO, 2002). O leigo era valorizado nesse contexto e recebia uma formação especializada da fé católica, preparando-se para ser o transmissor dos conhecimentos adquiridos para uma sociedade onde a Igreja já não encontrava a “porta aberta” em todos os espaços.

Esta perspectiva se confirma a partir de alguns pontos expostos de uma carta enviada por PIO XI aos bispos brasileiros em 1935. Em um destes pontos, destacado no boletim número 2, há a seguinte recomendação: “iniciar o trabalho com pequenos grupos que possam depois fermentar evangelicamente a massa. A Ação Católica não é ‘organização de massa’, mas uma elite apostólica de conquista” (Ação Católica Brasileira, 1960:6). Esse ponto reforça a concepção apresentada anteriormente a respeito da visão da hierarquia religiosa no que se refere à presença do leigo na instituição, que deveria se dar pela formação, e não pela ação. É também significativo por demonstrar que não se trata de qualquer leigo, ou de uma

massa indiferenciada de fiéis católicos. Ao contrário, o leigo da AC é pensando como uma "elite" e se diferencia da massa de fiéis católicos através da formação.

Esta configuração da função do leigo modifica-se substancialmente após o processo de especialização do movimento. Se na primeira etapa a proposta era trazer o leigo para a Igreja, formando “pequenas elites religiosas” com capacidade de contagiar outros indivíduos, após 1950 essa perspectiva se modifica aproximando-se da ideia de “um lançar-se para o mundo”, sair para a missão como propagadores da fé. Nessa perspectiva o leigo já parte para a ação no "mundo". A atuação é parte da função do leigo, que passa a ser entendido como extensão da hierarquia, representante oficial da instituição nos meios onde esta não conseguia estar presente.

Nesse sentido, o boletim número 1 expressa de maneira clara esta nova configuração das funções do leigo. Publicado em junho de 1960, ele traz a mensagem do episcopado brasileiro à Ação Católica.

Sabeis que somos demasiado insuficientes para a evangelização de todos os brasileiros. Por esta razão, lançamos um apelo confiante a todos os cristãos de nosso vasto território nacional no sentido de trazerem ao apostolado da hierarquia uma colaboração como preciosos auxiliares (ACB, 1960:1).

Há nessa mensagem um marcante discurso que valoriza a presença e atuação do leigo em nome da Igreja, com ênfase significativa na sua função de “auxiliar”, sendo “os braços estendidos da hierarquia” nos diferentes espaços sociais em que esta não podia se fazer presente.

Observa-se assim o reconhecimento, por parte dos bispos brasileiros, de suas insuficiências em transmitir sua mensagem a todos os brasileiros, o que leva ao apelo aos leigos. No entanto, a decisão de lançar mão do trabalho do leigo remete a falta de alternativas. Já que não existiam padres e bispos suficientes para a realização do trabalho de evangelização, “lança-se mão” do serviço do leigo. Assim, estes, que não fazem parte da hierarquia, não teriam esta função. Nessa perspectiva a missão do leigo na Igreja “ganha o ar” de um “direito concedido”, sendo ele alguém que recebe permissão para fazer algo já previsto e autorizado por quem lhe “concedeu tal direito”.

Nesse sentido, merece destaque a afirmação dos bispos: “Estamos convencidos de que vós sois nossos braços e nossas mãos, prolongando nossa missão apostólica aos diversos meios humanos em que viveis” (ACB, 1960: 3).

Esta afirmação pode ser lida como uma espécie de exortação, na qual quem recebe a missão, no caso o leigo, já a recebe com um conjunto de imbricações e responsabilidades, e, sobretudo, já recebe a missão formulada. O leigo é concebido como o braço estendido do bispo, ou seja, a continuidade de um conjunto doutrinário previamente estabelecido, cabendo-lhe apenas a reprodução. Assim, pode falar em nome da Igreja, mas somente aquilo que foi previamente concebido pela hierarquia.

Este conjunto de “amarrações” estabelecidas pela hierarquia para a ação do leigo na sociedade, que o atrelam diretamente aos bispos na representação de um dos membros do corpo humano, operava como eficientes “nós” que prendiam o leigo às orientações e ensinamentos que recebia por parte da instituição. Percebe-se assim, a limitação das possibilidades de ação do leigo a partir de um conjunto de mecanismos adotados pela hierarquia, considerando que os leigos recebem o “direito” e a “autoridade de falar em nome da instituição religiosa”.

Embora houvesse sempre a preocupação da hierarquia em relação ao trabalho do leigo, é possível perceber que ocorre significativa evolução das possibilidades de ação destes na transição da primeira para a segunda etapa da AC. O boletim número 2, ao tratar da Ação Católica Especializada, relata o apostolado dos leigos como um dos campos de trabalho da instituição que deve ser ainda mais valorizado e acrescenta que a ACE se dá “concedendo-se um crédito de confiança à eficácia apostólica dos leigos” (ACB, 1960:15). Assim, mais um elemento é acrescentado na atuação do leigo: a confiança. Embora a atuação seja de forma tutelada, o clero já “confia” nesse leigo, ou seja, considera a sua forma de atuação legítima, embora ainda dentro dos rígidos parâmetros estabelecidos pela hierarquia. Tal processo não descaracteriza as “amarras” de que se tratou anteriormente, mas deve-se considerar o ganho que um trabalho mais centrado na confiança representou na atuação do leigo, uma vez que este deixa de ser considerado como “mero auxiliar”. Comparando com a primeira, identifica-se na segunda etapa da AC maior aposta na organização do movimento a partir da ação dos leigos.

Quando tratam a respeito das características do militante⁶, os boletins destacam que este “se compromete em um trabalho reconhecido, apoiado e assistido pela hierarquia em quem confia e de quem espera confiança” (ACB, 1960:16). Ou seja: se por um lado a hierarquia presta assistência ao leigo, por outro lado, este espera a confiança de bispos e

⁶ Assim eram denominados os leigos que atuavam no movimento. Mais adiante será aprofundada a discussão sobre esta denominação.

padres no seu trabalho, estabelecendo-se assim uma relação de reciprocidade, na qual o leigo age em nome da instituição, mas também conta com a confiança desta.

Independente dos conflitos ocorridos e dos mecanismos de controle adotados pela hierarquia, destaca-se que foi a partir da Ação Católica que o leigo adquire maior liberdade para agir na instituição. Amplia-se o espaço para a participação daqueles que não faziam parte do clero nas ações empreendidas pela Igreja.

No entanto, toda a ampliação do espaço de atuação do leigo era, de diferentes formas, acompanhada pelo clero, pois nos movimentos de Ação Católica, além dos militantes, havia a presença do “assistente”. Este era um membro da hierarquia, na maioria das vezes um padre, mas também podia ser uma religiosa ou um religioso, que tinha por função “acompanhar” o trabalho desenvolvido pelos leigos. Assim, a figura de um representante oficial da instituição, com autoridade para realizar intervenções, era constante no movimento.

As relações entre militantes e assistentes são expostas nos documentos da AC de maneira bastante tímida. Diferente do que se daria posteriormente com a Pastoral da Juventude do Brasil, que dedica algumas páginas em seus materiais para falar exclusivamente de acompanhamento e assessoria, na Ação Católica as menções apresentadas quanto ao papel do assistente são bem menos avolumadas e com menor riqueza de reflexões a respeito do seu papel.

Ao que tudo indica, dadas a tutela e subordinação, as determinações da hierarquia não eram passíveis de questionamento ou discussão por parte dos leigos. Não havia espaço para um debate mais aberto a respeito das funções dos responsáveis pelo acompanhamento. Esse era ainda um momento em que as possibilidades de atuação do leigo na Igreja Católica eram bastante limitadas e indiscutivelmente subordinadas, como podemos observar em passagens da Coleção intitulada “Ação Católica Brasileira”. Nessa coleção observamos proposições com um ar de reafirmação doutrinal bem mais eloquente. Nesse caderno apresenta-se a seguinte afirmação: “como um representante do Bispo Diocesano, deve o assistente transmitir ao movimento a orientação pastoral por ele fixada...” (ACB, 1964:25). Ou seja, o assistente não é destacado como alguém que assiste o grupo de militantes estritamente nos momentos de espiritualidade ou com relação às questões doutrinárias, mas sim como aquele que “transmite orientações pastorais”, o que dá maior amplitude a sua presença no movimento.

Ainda nesta perspectiva, destaca-se neste caderno que “a hierarquia é sinal colocado por Deus como último responsável, e que, pelo seu magistério, nos dá a garantia do caminho

que conduz ao pai. O Assistente é um sinal desta fidelidade à hierarquia” (ACB, 1964:25). Reafirma-se a perspectiva de que o bispo detém a clarividência necessária para a condução ao “Pai”, a consciência correta do certo e do errado, o que deve e o que não deve ser feito, na sua função de pastor que “guia o rebanho pelos caminhos seguros”. Esta condição privilegiada de quem conduz e guia é traduzida nas “orientações pastorais” que são transmitidas pelos assistentes aos militantes.

A noção apresentada da função do assistente junto aos militantes é algo que delimita e subordina a ação do leigo. Fica claro que as orientações para o processo a ser trilhado partem da hierarquia e não de uma construção leiga, sendo os bispos os detentores legítimos do sagrado, estando neles à última palavra sobre como devem ser conduzidas e que rumos podem tomar as ações de evangelização.

No entanto, é possível perceber, ao serem analisadas as orientações que constam nos boletins da Ação Católica, que estas remetem a uma presença de pouco destaque dos representantes hierárquicos sobre a atuação dos jovens militantes. Tratando da reunião de militantes, no boletim número 2 o “assistente” é apresentado como um colaborador em momentos específicos, geralmente relacionados à espiritualidade. Tratando desta prática é revelador o seguinte trecho:

Em geral semanal, é a reunião da equipe de militantes. É o ponto de partida para influência e ação no meio. Cada militante traz as observações feitas no seu meio de vida, através do inquérito, suas experiências e dificuldades na ação e, com ajuda mútua, descobre uma resposta cristã, uma orientação que ele e a equipe atuem eficazmente no seu meio. É o método ver-julgar-agir que orienta a reunião. A parte de formação religiosa doutrinária consta de discussão e meditação em comum de um assunto religioso. Aí vemos a presença do assistente. (ACB, 1960:18)

Percebe-se neste parágrafo que a presença do assistente está vinculada a uma função específica na “reunião de militantes” e tem por finalidade a formação religiosa doutrinária. Todo o processo de reflexão a partir da realidade é exposto como reflexão dos próprios militantes. O assistente é mencionado somente no fim da reunião, indicando que este deveria operar determinadas funções e que a centralidade deveria estar no grupo de militantes e não no representante da hierarquia.

É importante ainda destacar que tanto os “boletins” quanto o “caderno” foram materiais produzidos pelo Secretariado Nacional da Ação Católica. No entanto, embora publicados pelo mesmo órgão, o segundo documento foi submetido a uma revisão por parte do episcopado, sendo inclusive endossado pela CNBB. No caso dos boletins, essa revisão

por parte dos bispos não parece ter acontecido. Nesse sentido, a supervisão dos bispos sobre o Caderno confere a ele mais “engessamento” e maior rigor no que se refere ao controle sobre a ação do leigo.

Assim, identifica-se circunstancial diferença no entendimento das funções do assistente quando comparados os “Boletins” da Ação Católica com os “Cadernos” da Ação Católica. Fica claro o conflito de concepções a respeito do movimento, pois, enquanto nos “boletins” toda ênfase se apresenta no leigo e ao assistente são conferidas funções espirituais, nos “cadernos”, ele ganha destaque com o papel de orientar e conduzir o trabalho dos leigos.

Nos boletins a presença do assistente se dá com ênfase totalmente direcionada à formação religiosa doutrinária exercida durante as reuniões, já nos cadernos da ACE, ela ganha caráter de transmissão das orientações episcopais, o que confere ao assistente presença marcante na vida dos movimentos com maior controle sobre eles.

Tal aspecto demonstra que o espaço para participação e inserção do leigo na ação pastoral da Igreja durante a AC, foi algo construído a partir dos processos e das relações estabelecidas entre os leigos e a hierarquia. Nas diferentes manifestações dos bispos sobre o movimento, é mais destacada a preocupação com a tutela do que o incentivo a uma ação mais efetiva do leigo no interior do catolicismo. Essa participação do leigo na ação católica vai sendo construída de forma cautelosa e supervisionada muito de perto pelos sacerdotes.

Assim, a partir dos exemplos extraídos dos documentos da Ação Católica foi possível identificar algumas interfaces do papel desempenhado pelos leigos no movimento. Na primeira fase destaca-se a preocupação da Igreja, voltada para a formação doutrinária, não havendo um claro incentivo para a ação por parte do leigo. Já com o processo de especialização da AC, a partir de 1950, ganha destaque a ação dos leigos na sociedade e estes passam a ser vistos como auxiliares, numa relação com a hierarquia que tenderia à reciprocidade e à confiança.

É inegável o aumento da participação do leigo na Igreja no período que vai da primeira até o fim da segunda etapa da AC. Os leigos ganham responsabilidades e espaço para fazer coisas que até então estavam mais centradas nos padres e bispos. Entretanto, os mecanismos de contenção por parte da hierarquia eram seguidamente acionados, sendo, inclusive, a própria extinção do movimento um dos sinais deste refrear da atuação leiga de maneira autônoma.

1.2.2 Movimentos especializados: maior autonomia na atuação

Apesar dos constantes conflitos e sucessivas negociações acontecidas durante os mais de 30 anos de existência da AC no Brasil, houve a ampliação da participação do leigo no trabalho de evangelização da Igreja de forma institucionalmente autorizada.

Nesse sentido merecem destaque algumas manifestações das lideranças dos movimentos especializados, que denotam como estes eram concebidos por seus membros. Elas estão voltadas para a noção de que eram organizações dos jovens e para os jovens. Assim, serão destacados nos próximos parágrafos alguns exemplos retirados dos boletins que remetem a esta concepção de uma atuação mais livre daqueles que formavam a ACE.

A Juventude Estudantil Católica, por exemplo, se concebia enquanto movimento e se posicionava perante a intervenção dos adultos em suas ações. Uma de suas manifestações nos boletins dizia o seguinte:

Um adequado apoio dos adultos que são chamados a dar sua contribuição junto ao movimento (em jecf adjuntas e conselheiras; para todos assistentes). Sendo um movimento de adolescentes e educandos, a presença de adultos e educadores é necessária, mas de modo bem orientado, salvando ser o movimento de estudantes para estudantes (ACB, 1960: 34).

Tal afirmação, num primeiro momento, destaca a importância da presença dos adultos para acompanhar o movimento, visto que este era composto predominantemente por adolescentes. No entanto, em seguida ressalva ser um movimento de estudantes e para estudantes.

A defesa da autonomia do jovem frente às decisões a serem tomadas sem a ingerência por parte dos adultos, nos processos vivenciados pela JEC, remete a forma como o movimento se autoconcebia, enquanto movimento dos jovens e para os jovens. Os jovens seriam os personagens principais. Quem coordenaria, conduziria e organizaria o movimento seriam aqueles que dele faziam parte. Isso é um dos aspectos que mais tarde, irá configurar uma das principais propostas da Pastoral da Juventude do Brasil.

Tal perspectiva remete diretamente a defesa de uma ação mais autônoma por parte do jovem em relação à hierarquia, já estando presente um desejo por uma maior liberdade de atuação do leigo jovem.

Esta mesma perspectiva é apresentada em relação à Juventude Operária Católica, destacada como “um movimento de jovens trabalhadores, dirigido por eles, entre eles e para eles” (ACB, 1960:37). Ou seja, um movimento que deveria ser coordenado pelos jovens

operários, com o fim de atender as demandas e os interesses dos próprios militantes, configurando algo realizado “por eles” e “para eles”. Essa colocação, insistentemente presente nos movimentos especializados, demonstra o desejo de não ingerência e intervenção nos processos vivenciados.

Durante a sétima semana da ACB que ocorreu de 12 a 20 de maio de 1961⁷, houve encontros dos bispos com as lideranças dos movimentos, nos quais os membros da hierarquia puderam ouvir diferentes relatos dos jovens sobre suas atividades e concepções a respeito dos trabalhos desempenhados.

Nesse encontro com os representantes da hierarquia, as lideranças da JAC se manifestaram reforçando a noção de que o movimento era “feito entre jovens, pelos jovens e para os jovens rurais” (ACB, 1961:8), reafirmando a preocupação que havia em construir um trabalho em que os leigos atuassem pensando, articulando, coordenando e pondo em prática suas ações a partir de seus anseios e das necessidades por eles observadas.

Entretanto, paralelamente a essa preocupação manifesta pelos movimentos em criar organizações de jovens católicos feitas “por eles e para eles”, são desenvolvidas manifestações dos bispos que reiteram o fato da AC se tratar de uma organização da Igreja, devendo por isso seguir as orientações institucionais, inclusive no que tange a participação política. Nota-se, portanto, que a atuação dos leigos na Ação Católica, especialmente a sua reivindicação de maior liberdade de ação, é um ponto que encontra fortes resistências na instituição católica.

Esse conflito pode ser observado nos documentos analisados. Por um lado, nos boletins, produzidos pelo próprio movimento, a intervenção da hierarquia é cada vez menos abordada, havendo uma ênfase no fato de se tratarem de ações “dos jovens e para os jovens”. Por outro lado, nas orientações da hierarquia para a Ação Católica o elemento de tutela e subordinação é recorrente. Podemos considerar, portanto, que esse processo de atuação do leigo nos movimentos da Igreja Católica, especialmente em uma formulação que destaca a autonomia dessa atuação, não foi algo que se construiu sem conflitos no catolicismo.

A partir dos exemplos destacados acima, é possível perceber dois elementos comuns aos três movimentos de Ação Católica Especializada: serem estruturados, coordenados e organizados pelos próprios jovens e realizarem ações endereçadas aos meios de origem desses jovens membros que formavam o movimento.

⁷ Estes encontros funcionavam como grandes assembleias, onde diferentes assuntos, pertinentes a AC eram estudados, discutidos e votados, partindo daí as diretrizes nacionais do movimento.

Esta forma de conceber o movimento, com os jovens ocupando a centralidade dos processos vivenciados, é algo que merece destaque para a construção daquilo que será concebido como “protagonismo juvenil” na Pastoral da Juventude, colocando-se como dois pontos-chaves dessa concepção: o jovem pensando e realizando ações organizadas pelos próprios jovens, e o atendimento das necessidades e interesses da sua "realidade social", também chamada de meio, sem necessidade de se reportar aos adultos ou aos membros da hierarquia.

1.2.3 A pedagogia da Ação Católica Brasileira

Ao longo de sua existência, a Ação Católica Brasileira adotou alguns métodos de formação bastante peculiares, que davam a base para o trabalho por ela desenvolvido. Era a partir dos processos de formação vivenciados na ACB que o contingente de leigos, que formava a sua base, era capacitado para atuar na sociedade. Como já foi destacado anteriormente, no primeiro momento da ACB, de 1935 a 1950, a formação baseava-se predominantemente em capacitações a partir de palestras, cursos, retiros e de livros. Esta característica deu ao período um ar “academicista” com uma formação introspectiva e intelectualizada, sem grandes preocupações com a ação fora dos espaços tradicionalmente delimitados como “religiosos”.

Já na segunda etapa da ACB, a partir de 1950, percebe-se significativa alteração neste processo. A partir desse momento, a ação dos leigos passa a ganhar ênfase, com a tomada de atitudes dos fieis nos seus contextos específicos. É a partir de então que serão cunhados os principais métodos de formação que deram à Ação Católica Especializada a característica de um movimento de intervenção dos leigos na sociedade.

No entanto, esta metodologia adotada pela ACE, que proporcionou a capacitação do leigo para ação em seu meio (escola, universidade, meio rural ou urbano, fábrica), gerou nos movimentos de Ação Católica maior distanciamento da hierarquia institucional. Dessa forma, serão apresentadas neste tópico, algumas opções metodológicas adotadas pela AC que teriam lhe proporcionado maior autonomia e o conseqüente conflito com a hierarquia.

Entre os métodos de formação, o principal utilizado por todos os movimentos de Ação Católica Especializada foi o “ver-julgar-agir”. A primeira atitude proposta pelo método, o “ver”, consiste em um inquérito a respeito do meio no qual o jovem está inserido,

na “descoberta” da sua realidade, descortinando aspectos e tendo percepções que eram, até então, naturalizadas.

- Pelo inquérito aprende-se a ver os fatos não só em suas aparências, mas a descer às causas que os determinam;
- O contato com a realidade desperta e desenvolve o espírito missionário, gera a inquietude cristã;
- O inquérito leva os próprios militantes a uma revisão de suas posições pessoais (ACB, 1960:17).

Na concepção da ACE, ao olhar para a sua realidade, o jovem já começava o seu processo formativo, destacando este “ver” como um imergir na realidade, desvendando aspectos que necessitam de problematização, não sendo evidentes a priori pelo observador. Ao mesmo tempo, esta atitude tenderia a desenvolver no jovem a inquietude, a preocupação com o que observou, saindo da posição de indiferença perante diversas situações, que, por fazerem parte do seu dia-a-dia, eram até então imperceptíveis a sua sensibilidade. Por fim, estas percepções devem levar a uma revisão de vida e de atitudes do próprio observador, pois ele perceberia que é parte da realidade observada, conseqüentemente seria fruto e também gerador deste contexto.

A segunda atitude, “julgar”, consiste na comparação da realidade observada com a almejada, destacando as ações que devem ser tomadas para atingir os objetivos pretendidos.

O julgar é a comparação da realidade com a verdade, da situação real, com a situação ideal, para desta comparação surgir, um juízo justo e uma conclusão prática de caridade fraterna.

Inspirado pela virtude da prudência, leva a mais acurada escolha dos meios de ação a empregar. O julgar vai dar ao militante um hábito de um julgamento objetivo dos fatos orientado por princípios cristãos (ACB, 1960: 17).

Assim, esta etapa deve estar amparada em princípios cristãos que orientam a noção de “situação ideal”, ou seja, a realidade pretendida e almejada pelo jovem, ou pelo grupo que utiliza o método. Do ato de julgar deve surgir algum tipo de ação proposta, não bastando o processo teórico de reflexão a respeito da realidade. Este ato deve levar a propostas de ações que gerem conseqüências práticas. O fim, portanto, encontra-se na ação-intervenção na realidade previamente observada e julgada, segundo os termos do movimento.

Outro aspecto a ser destacado é que a ação a ser tomada, que surge do “julgar”, deve estar amparada na prudência, ou seja, na preocupação em não definir práticas distantes da realidade, que possam criar dificuldades para o meio. Ainda, é importante chamar atenção para outro objetivo almejado por parte da ACE: de que este “julgar” se torne um hábito do

militante, que passaria a fazer uso desses passos para as diferentes situações da sua realidade. Por fim, merece ainda destaque que o “julgar” constitui, junto com o “ver”, o “polo reflexivo” da formação a partir da utilização do método “ver-julgar-agir”.

Já o “agir” configura o polo essencialmente “prático” do processo. É o momento do fazer, colocar em prática o que foi observado e refletido nas etapas anteriores. Após o confronto do mundo ideal com o real, seria o momento de praticar, de realizar a transformação do meio, ajustar as “imperfeições” que teriam sido observadas.

Este polo prático que configura o “agir” remonta o polo teórico, pois, de acordo com a ACE, a intervenção no meio suscita no indivíduo o interesse pela busca de maior formação doutrinária e social. Este processo é o que os movimentos especializados denominavam “formação na ação”, onde a prática é formativa por ter sido precedida pela reflexão e por gerar novos questionamentos e inquietações, ao passo que a reflexão também deve ter como fim a prática, a intervenção no meio em que o jovem está inserido (ACB, 1960: 17).

A “formação na ação” pode ser considerada um importante dispositivo utilizado pelos movimentos especializados para trilhar um caminho em que a “ação” não partia essencialmente da doutrina, dos ensinamentos propagados pela instituição, mas sim das situações observadas pelo leigo em seu próprio meio. A formação, em grande parte, se dava a partir da crítica sobre a realidade e não da doutrina institucional.

É nesse sentido que Suely Aparecida Martins propõe que a utilização do método “ver-julgar-agir” proporcionou uma espécie de deslocamento dos caminhos seguidos pelos movimentos de Ação Católica daqueles pensados pela Instituição (MARTINS, 2000). O método de formação proposto (e sustentado pela própria hierarquia) teria, assim, gerado uma forma de agir e pensar por parte dos leigos que, com o passar do tempo, fugiu do controle da instituição. Em sua análise, Martins destaca, como exemplo deste processo, a utilização do método “ver-julgar-agir” pela Juventude Universitária Católica. De acordo com a autora, ele proporcionou a este grupo sua aproximação com as concepções marxistas na década de 1960, estabelecendo uma oposição a setores da hierarquia da Igreja.

O método tinha por objetivo inserir o jovem na sua realidade específica, para que daí refletisse sobre ela a partir de bases cristãs e voltasse a tal realidade com o fim de mudá-la. Assim o contato com a realidade estudantil, inclusive na UNE, foi decisivo para o rumo que a JUC trilhou. O meio universitário lhe possibilitava o encontro com orientações teóricas e políticas divergentes da cristã, mas importantes à sua politização, e trazia questões que extrapolavam o universo propriamente estudantil, atingindo os problemas da sociedade brasileira como um todo... (MARTINS, 2000:22)

Percebe-se que a utilização do método “ver-julgar-agir” pela JUC, a colocou em contato com as experiências e concepções dos jovens em suas realidades de estudantes universitários, indo além das concepções católicas e cristãs, talvez esperadas pela Instituição Católica, que concebeu e abrigou esse movimento.

O meio universitário teria assim representado para a JUC uma espécie de “campo fértil”, onde entraram em contato com muitas ideias, cultivando algumas delas. No entanto, como estas reflexões foram cultivadas fora dos espaços e das possibilidades de controle da instituição, os resultados, muitas vezes, não agradaram. A “formação na ação” teria, assim, conduzido os jovens do movimento para a politização e aproximação dos movimentos de esquerda de seu tempo.

No entanto, a pedagogia da AC estava para além do método “ver-julgar-agir”. Embora ele fosse o mais significativo, pelo fato de permear diferentes momentos da vida dos movimentos, é possível perceber, a partir da análise dos boletins da ACE, que havia um conjunto mais amplo de opções metodológicas adotadas, que se encontravam expressas sob a denominação de “instrumentos de ação”.

No conjunto de procedimentos adotados pelos movimentos, manifestam-se, as “opções pedagógicas” por eles adotadas. Analisando estas formas de agir, percebe-se atrelado a elas um conjunto de opções que tornavam estas ações potenciais instrumentos para a formação dos jovens.

É destacado pelo movimento como um “instrumento de ação” a utilização da “equipe”: “sendo bastante conhecidas as vantagens de um trabalho de grupo a A.C.E. utiliza-o largamente” (ACB, 1960:18). Esta era uma das afirmações que trazia o boletim número 2. As equipes eram divididas em dois tipos: “equipe de militantes” que constituía a base dos movimentos, as pequenas células inseridas nos diferentes meios de atuação, algo próximo do que posteriormente vieram a ser os “grupos de jovens” da PJB; e a “equipe de irradiação”, caracterizada como a rede de contatos e amigos “naturais” do militante, os demais amigos que ele possuía em seu meio, que configurava o espaço preferencial da sua militância.

Os militantes tinham momentos de encontro, troca, partilha, reflexão e oração. Estes momentos eram denominados “reuniões de militantes”, também próximas do que posteriormente se configurou nas reuniões dos grupos de jovens da PJB. Era um espaço de formação para quem participava da ACE, que partia das experiências vivenciadas por seus membros e que metodologicamente utilizava o “ver-julgar-agir”. É interessante destacar que deste processo deveria surgir uma orientação para atuação do grupo em seu meio, ou seja, a

formação se dava partindo das experiências vivenciadas pelos membros do grupo, com o fim de obter alguma forma de intervenção na realidade posta.

Pode-se assim dizer que estas reuniões configuravam, a partir da metodologia utilizada, um espaço onde as experiências vivenciadas pelos jovens assumiam lugar de destaque, pois eram reuniões dos jovens, entre os jovens e para os jovens. Assim, as reflexões e a formação se davam a partir das suas realidades e as ações configuravam a intervenção praticada no meio.

Nota-se, portanto, que elementos centrais daquilo que posteriormente se convencionou chamar de “protagonismo juvenil” na Pastoral da Juventude do Brasil, especialmente a importância da intervenção na realidade vivenciada pelo jovem, estavam presentes nas “opções metodológicas” adotadas pela ACE.

Além das “reuniões de militantes”, outra opção metodológica adotada pela ACE eram as assembleias. Elas se caracterizavam como encontros que tinham por objetivo reunir os demais indivíduos que faziam parte do meio, num espectro mais amplo do que a “equipe de militantes”. Proporcionando momentos de recreação e de formação, eram realizados debates de temas pertinentes ao meio, planejamento de ações coletivas, brincadeiras e jogos (ACB, 1960).

Quando trata das assembleias como instrumento de ação na ACE, o boletim número 2 destaca que elas favoreciam “a penetração e a formação, desenvolvendo o senso de responsabilidade e o espírito de iniciativa e fazendo com que os militantes confiem em suas responsabilidades” (ACB, 1960:19). Estes encontros podem ser assim entendidos como momentos de formação que visavam o aumento do comprometimento e a tomada de atitude por parte dos militantes em relação ao meio, pois elas reuniam um número maior de pessoas do que os encontros dos grupos de militantes, o que “forçava” uma abertura destes para a realidade mais ampla e os problemas do meio.

Tendo em vista o método utilizado, é possível perceber que tanto as “reuniões de militantes” quanto às “assembleias” configuravam momentos significativos de formação dos participantes da ACE, que incentivavam a sua intervenção na realidade em que estavam inseridos.

Além disso, Outro aspecto significativo a ser destacado é que os métodos de formação e de trabalho percebem o jovem sempre numa dimensão relacional, ou seja, todos os processos concebem o “militante” na sua relação com os outros, na “equipe de militantes”, “equipe de irradiação”, “assembleias”, “relação com o meio”.

Este pode ser considerado, também, um aspecto de aproximação da ACE com a Pastoral da Juventude do Brasil, fortemente marcada pela importância dos processos grupais em suas características (grupo de jovens, relação com meio, intervenção na sociedade). Ou seja, a Ação Católica influenciou significativamente o trabalho pastoral de muitos grupos da Igreja Católica e provavelmente impactou diretamente a PJB com a sua proposta de formar militantes, para uma ação “no grupo” e “com o grupo” de impacto no “meio”, que configura a sociedade num espectro mais amplo.

Importa destacar, por fim, que os próprios membros da PJB se consideram herdeiros de muitas práticas que eram adotadas pela Ação Católica, como colocado por Pe. Hilário Dick, uma figura de referência na história da pastoral principalmente no trabalho de assessoria. Em seu livro “O caminho se faz: história da Pastoral da Juventude do Brasil” ele afirma que o “protagonismo juvenil”, como é interpretado atualmente, seria herança direta dos processos vivenciados pela ACE.

Se fôssemos destacar algumas heranças destes ‘movimentos’ da Ação Católica Especializada acentuaríamos, em primeiro lugar, a *questão pedagógica*: as formas que se usaram para educar cidadãos crentes. As *Semanas de Estudo*, a exigência na aplicação da *revisão de vida*, as análises de conjuntura, as leituras, a mística adaptada ao meio etc. Formaram verdadeiras gerações. Em segundo lugar, o modo como os ‘movimentos’ estavam *organizados*, com equipes liberadas a nível nacional e regional, visitando os grupos e realizando Congressos, Encontros e Assembleias levadas pelos próprios jovens e as diversas atividades nos “meios” como a *Semana da juventude*, etc. Era um conjunto de práticas que foi gerando o que hoje chamamos de ‘*protagonismo juvenil*’, despertando pessoas maduras na fé e na vida. Foi nesse conjunto de ‘instrumentos’ que esteve a riqueza e o risco da Ação Católica Especializada (DICK, 1999:10).

1.2.4 As práticas para intervenção no "meio"

Outro ponto importante a ser observado, que reforça a ideia do ganho de alguma autonomia pelos leigos na Ação Católica, mesmo que constantemente negociada com a hierarquia, são as ações de seus militantes em termos de intervenção no meio em que estavam inseridos. Partindo desta perspectiva, serão apresentados neste tópico alguns exemplos de práticas dos movimentos que se configuraram em intervenção na realidade.

Como um primeiro exemplo será tomado por base a Juventude Estudantil Católica, que depositava ênfase significativa nas ações desenvolvidas por seus militantes perante os demais estudantes. Eram destacados dois grandes objetivos em relação aos seus membros: a conscientização para uma participação ativa no seu processo educacional e a transformação

do meio no qual o estudante estava inserido, incentivando-o a sentir-se responsável por este meio.

Estas duas características demonstram que a conscientização era entendida como um senso de responsabilidade por si e pelo meio, sendo aspectos fundamentais da JEC. Aqui se observa o processo de formação de um indivíduo, em que a consciência (de si e do meio) e a transformação da realidade aparecem em destaque. O estudante indivíduo é responsável pelos processos vivenciados individual e comunitariamente, sendo incitado a transformá-los.

Dessa forma, o comprometimento do militante com o seu meio apresenta-se vinculado a “responsabilidade”, pois para a JEC os seus membros tinham de estar comprometidos com o seu desenvolvimento educacional particular, bem como com o seu meio, a sua realidade de estudante, a escola, o movimento estudantil. Isto implica um processo em que a autonomia se faz pela via do comprometimento e das relações.

Nesse sentido, merece destaque uma manifestação da equipe nacional da JEC perante os bispos, em que os representantes do movimento destacam:

A política estudantil tem sido objeto de particular atenção da JEC e da JECF. Para isso têm procurado dar à massa estudantil uma oportunidade de despertar para as exigências do bem comum, levando os estudantes a uma participação esclarecida e consciente nas atividades do meio em que vivem, especialmente nas entidades de representação, desde o nível colegial, nos grêmios, até as uniões de estudantes secundários, de âmbito municipal ou local, estadual e nacional (ACB, 1961:8).

Na manifestação acima é dada ênfase para o envolvimento de seus membros na política estudantil, deixando clara a ação intencional do movimento de levar a massa dos “estudantes a uma participação esclarecida e consciente nas atividades do meio em que vivem”. Destaca-se assim, a importância e o apoio dado pela JEC, para que seus membros participassem de diferentes movimentos e organizações estudantis, tendo clareza, de suas funções, e da importância de suas ações no meio em que estavam inseridos, como participantes do processo político no meio estudantil.

A Juventude Operária Católica também se demonstrava preocupada em formar quadros para atuarem além dos limites institucionais do movimento.

A JOC se faz presente nos sindicatos, na política por seus militantes, sindicalizados em sua categoria profissional, que sem representar a JOC, sem estar pela JOC, procuram a solução dos problemas a luz da verdade, realizando a transformação das estruturas sindicais políticas (ACB, 1960: 41).

Os militantes deveriam ser preparados para posteriormente ocuparem posições de liderança social em outros espaços, carregando consigo os ensinamentos aprendidos, mas sem representar oficialmente o movimento. Percebe-se, assim, o interesse de que o militante intervenha na sociedade, mas sem a responsabilização do movimento por suas ações.

A Juventude Operária Católica tinha a intenção de formar seus quadros para uma atuação na realidade a fim de transformá-la “à luz da verdade”, ou seja, com clareza para tornarem-se as futuras lideranças no seu meio, nos sindicatos, ou partidos políticos, agindo a partir dos instrumentos que receberam em sua formação.

No mesmo sentido da JOC, a Juventude Universitária Católica era apresentada como organização que buscava formar militantes cristãos capazes de atuar socialmente, com vistas à transformação da realidade a partir das diferentes profissões que o meio universitário formava. Enquanto a JOC preocupava-se com a formação de atores sociais para o movimento operário, a JUC vislumbrava as diferentes áreas do conhecimento e de atuação social. Tanto uma como a outra são representadas no boletim número 2 como organizações da Igreja Católica preocupadas com a capacitação de seus quadros para intervenção social nas diferentes realidades que estavam inseridas.

No entanto, para além dos demais movimentos, a JUC talvez tenha sido o que mais longe foi no processo de formação de seus membros e de autonomização da estrutura institucional da Igreja. A sua aproximação com a União Nacional dos Estudantes e com grupos políticos ideologicamente de esquerda foi fator importante para as tensões de seus militantes com os membros da hierarquia.

É neste contexto que, por iniciativa de membros da JUC, formou-se em 1963 a Ação Popular – AP (MARTINS, 2000). De acordo com Martins, a AP, embora iniciada a partir do movimento dos universitários católicos, não possuía vínculo confessional, tendo como princípio ser um movimento político independente da Igreja e com liberdade de ação na sociedade.

A criação da AP não representou para a JUC um abandono de seu compromisso político, mas houve sim sua intensificação. Naquele momento, além de ter estudantes católicos militantes no MEB (Movimento de Educação de Base), no CPC (Centros Populares de Cultura), na Frente Nacionalista, também contava com militantes na AP. Nota-se que a criação da AP não cessou os conflitos com o clero (MARTINS, 2000:17).

Assim demonstra-se o grau de atuação política atingido pelos militantes da JUC e o quanto isto foi fator preponderante para a sua autonomização em relação à estrutura institucional católica, ao ponto de ser estabelecida uma organização paralela. Nesse

contexto, a AP pode ser entendida como o “brado” de independência dos militantes da JUC que, em função do grau de autonomia que haviam conquistado para a sua ação, não eram mais compatíveis com a tutela institucional.

Havia por parte dos movimentos especializados um conjunto de concepções que remetiam a diferentes formas de incentivos para a intervenção de seus militantes em seus meios específicos. Os movimentos estavam amparados em uma espécie de “paradigma da ação” no qual o trabalho de evangelização só era válido e reconhecido se houvesse algum tipo de intervenção prática sobre a realidade do jovem. Esta concepção influenciou fortemente a aproximação da Ação Católica Especializada com os movimentos políticos em evidência naquele momento da história do Brasil.

A relação da Ação Católica Especializada com os movimentos sociais e políticos de seu tempo fica clara nos boletins 3, 4 e 5. O boletim número 3, publicado em junho de 1961, tratou prioritariamente de relatar as discussões e as conclusões da VII semana nacional da Ação Católica, realizada entre os dias 12 e 20 de maio do mesmo ano. Os temas trabalhados, sugeridos pela própria militância do movimento, eram os seguintes: a) educação de base, b) educação, c) reforma universitária, d) reforma agrária.

Os quatro temas estão voltados para questões que não correspondem a assuntos internos da Igreja, mas a problemas sociais e políticos vivenciados naquele momento histórico, demonstrando o quanto os movimentos estavam inseridos nos debates mais amplos da sociedade e dispostos a assumir uma bandeira dentro de cada um deles.

Assim é possível concluir que as relações estabelecidas, os processos vivenciados e as metodologias de formação e ação adotadas constituíram os elementos essenciais para a atuação dos membros do movimento de maneira independente à instituição católica, contribuindo para o seu ganho de autonomia frente à instituição.

É necessário considerar que o ganho de autonomia do jovem a respeito do seu papel na Igreja e na sociedade, não obstante acompanhado de reivindicações de maior espaço para atuação, foi algo que se estabeleceu a revelia das orientações institucionais. Tal circunstância foi fator preponderante para a posterior extinção dos movimentos de ACE.

No próximo capítulo demonstraremos o quanto estes processos construídos pela ACE foram posteriormente resgatados pela Pastoral da Juventude do Brasil em suas opções ideológicas, bem como nas metodologias e práticas adotadas. Analisaremos o quanto a pastoral vai se basear nas propostas dos movimentos de Ação Católica para formar os seus membros com vistas à construção da autonomia.

2 A Pastoral da Juventude do Brasil

Com a extinção da Ação Católica Especializada ocorre o que João Batista Libânio irá chamar de “perda da continuidade” (LIBÂNIO:1978). Interrompe-se um trabalho com os jovens que vinha sendo realizado pela Igreja Católica há aproximadamente 30 anos (se considerarmos o início da AC em 1935). Como foi observado no capítulo anterior, a AC teve como uma de suas principais características a construção de um papel atuante na realidade social em que seus membros estavam inseridos, de forma que esses fossem capazes de transformar essa realidade.

O fim da ACE implicou no abandono do fomento à intervenção na realidade e à participação em processos sociais para além das questões estritamente religiosas. Nesse contexto, assumem expressivo vigor na Igreja Católica os movimentos de encontro⁸. Estes possuíam características distintas dos movimentos de Ação Católica, principalmente em relação à metodologia adotada, pois trabalhavam predominantemente com encontros de finais de semana e com grupos de jovens numerosos.

Enquanto a ACE se voltou para uma atuação dos jovens em seus meios, com vistas à participação nos processos políticos, os movimentos de encontro estavam preocupados com a resolução dos problemas individuais dos jovens, sem um incentivo claro para o envolvimento destes na política. Ou seja, os movimentos de encontro tinham uma orientação ideológica diferente dos movimentos de juventude da Ação Católica.

Dessa forma, com o fim da Ação Católica Especializada na década de 1960 houve um rompimento com um conjunto de metodologias e práticas simbólicas adotadas até então que tinham por objetivo tornar o jovem um “agente transformador”. No entanto, após alguns anos de adormecimento, as concepções e algumas práticas da ACE serão retomadas, gestando uma nova organização em um novo contexto, mas que possuía elementos de continuidade com a ACE. Assim, surge na década de 1970 a proposta de uma nova

⁸ Encontro de Jovens com Cristo, Escola de Líderes Cristãos, Curso de Lideranças Jovens, Emaús, Cenáculo, Schalón, Escala, Amigos de Cristo, Onda, Vigília, Nazareth e Catecumenato.

organização nacional de jovens, que posteriormente se consolidaria na Pastoral da Juventude do Brasil.

Neste capítulo serão apresentadas as primeiras articulações que dariam origem à PJB, bem como da sua consolidação na década de 1980. A proposta é a de identificar os atores envolvidos e as ideias que defendiam, destacando os discursos que se tornaram centrais na pastoral.

Considerando que são as práticas adotadas e as ideias defendidas que definem o modelo de jovem que a pastoral da juventude pretende formar, serão elucidados alguns aspectos com relação à PJB que servirão para o seu melhor conhecimento, como as opções pedagógicas e metodológicas que vêm sendo adotadas historicamente por esta pastoral, a estrutura organizacional e os referenciais teórico-ideológicos que orientam a formação de seus membros.

2.1 Aspectos contextuais da Pastoral da Juventude do Brasil

O contexto interno, da Igreja Católica, e o externo, da realidade política do Brasil no momento em que a PJB foi se estruturando, diz muito a respeito do que ela viria a ser anos mais tarde. Nesse sentido, serão destacados alguns aspectos preponderantes das realidades eclesial e social do Brasil, no momento em que a pastoral começou a ser estabelecida enquanto organização da Igreja.

A PJB surge quando o país começava a sentir um afrouxamento na repressão e no autoritarismo durante os governos de Ernesto Geisel e João Figueiredo, os dois últimos presidentes do período de ditadura militar no Brasil (1964 – 1985). Autores como Suely Aparecida Martins (2000) e Flávio Munhoz Sofiati (2012) destacam que havia um conjunto de sentimentos e anseios na população brasileira nesse momento histórico que conduziam ao interesse pela participação política e pelos problemas da nação.

Não é possível desconsiderar a realidade política do país vivenciada neste momento, pois:

o contexto social e político do Brasil no período condicionou o desenvolvimento das experiências pastorais da Igreja como também a escolha de rumos para as grandes linhas de ação da instituição sobre a sociedade secular” (RUFINO, 2002:100).

Ou seja, as diferentes pastorais, inclusive a PJB, surgem sob influência de uma Igreja com olhar voltado para atuação na sociedade, bem como por um corpo social envolvido pela

ebulição política dos anos de ditadura no Brasil. Assim o surgimento da PJB está inserido num processo amplo de conexões entre uma sociedade mais secularizada, um regime político ditatorial que entrava em processo de decadência e as respostas que a Igreja pretendia dar a tais circunstâncias, contando com uma atuação mais expressiva dos leigos.

A década de 1980 foi significativa para o surgimento e a consolidação de importantes opções pedagógicas e ideológicas adotadas pela PJB. Suely Aparecida Martins destaca que:

esta década foi rica em experiências e mobilizações populares que buscavam reestabelecer a democracia no país, bem como melhorar as condições precárias em que vivia a grande maioria da população: oposições sindicais, reivindicações que vinham de bairros periféricos, muitas delas que tinham como base de mobilização as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a luta pelas diretas-já e por uma constituição que contemplasse os anseios populares, garantindo os direitos básicos da população etc, faziam parte do cenário nacional. O que é considerado o início da articulação da PJ aconteceu, portanto, em terreno propício para incentivo à participação política e social (MARTINS, 2000:37).

A realidade vivenciada no Brasil neste momento era, portanto, de efervescência política, destacando-se, por parte de alguns setores da sociedade, o anseio por participação nas decisões que influenciariam diretamente os rumos do país. Podemos citar a presença e atuação de núcleos da Pastoral da Juventude em processos fundamentais desse período, como a campanha das “diretas-já”⁹ e a assembleia constituinte de 1988¹⁰. Os grupos de jovens faziam reuniões de formação sobre o processo constituinte e enviavam contribuições para a assembleia constituinte.

Este contexto influenciou na definição de práticas e nos referenciais ideológicos adotados pela PJB, definidos em torno do incentivo à participação política e às lutas sociais. Possivelmente devido a essa influência, a PJB se tornou conhecida nos demais setores da Igreja como uma organização de incentivo à politização dos jovens.

Quanto ao contexto interno da igreja, desde 1960, com o Concílio Vaticano II, a Igreja Latino-Americana passou a ter uma relação mais próxima entre clero e leigos. Agenor Brighenti afirma que, na década de 1960, a Igreja latino-americana vivia sob influência do Concílio Vaticano II¹¹ (1962 – 1965). Esse concílio é considerado a mais recente reforma

⁹ O movimento que ficou conhecido como *diretas-já*, ocorreu nos anos de 1983 e 1984 no Brasil e reivindicava eleições diretas para o cargo de presidente da república. Foi marcado por significativo apoio popular, principalmente das organizações sociais que lutavam pelo fim da ditadura militar.

¹⁰ Refere-se ao processo legislativo que definiu o texto e votou a constituição de 1988, a mais recente constituição brasileira.

¹¹ O termo “concílio” refere-se a reunião do Papa com os bispos e cardeais da Igreja Católica que, de forma colegiada, propõem alterações e reformas a serem realizadas na Igreja Católica em termos estruturais e também doutrinais. O mais recente concílio realizado foi o “Vaticano II” que se deu de Outubro de 1962 a dezembro de 1965, inaugurado pelo Papa João XXIII e encerrado pelo seu sucessor, Paulo VI.

pela qual passou a Igreja Católica, pois, de acordo com Brighenti, ele trouxe à Igreja novos ares, abrindo-a para uma relação mais próxima entre clero e leigos, na qual os distanciamentos entre os graus de hierarquia foram reduzidos, criando-se a dimensão de uma Igreja mais participativa e com maior atuação do leigo (BRIGHENTI, 2015).

Para Brighenti existem pelo menos cinco aspectos das decisões tomadas no Vaticano II que influenciaram de maneira significativa a Igreja Católica na América-Latina (BRIGHENTI, 2010). Ele os interpreta da seguinte forma: a) a concepção da Igreja como “povo de Deus”, sendo formada pelas pessoas que dela fazem parte; b) A visão sobre os fiéis como “sujeitos eclesiais”, responsáveis pelo processo de evangelização; c) a proposição de uma Igreja dos pobres e que envolva a todos; d) o rompimento com uma “fé abstrata” Assim, Deus se materializa no ser humano; e) A superação do “eclesiocentrismo”, afirmando que a Igreja como mediadora, deve estar inserida na vida do povo.

Foi no contexto destas novas orientações que a Igreja Católica na América Latina assumiu uma postura de diálogo com instituições e problemas sociais externos a ela, passando a olhar para fora e a preocupar-se com questões relacionadas à pobreza, repressão política e problemas sociais que não poderiam ser considerados estritamente de ordem religiosa. Essas questões, que já vinham sendo colocadas por outros movimentos no interior da Igreja na América Latina, como a Ação Católica, passam a encontrar respaldo e legitimação no topo da hierarquia institucional.

Um dos marcos dessa postura foi a Conferência do Episcopado Latino-Americano (CELAM)¹² realizada na cidade de Medellín, na Colômbia, no ano de 1968, que definiu "os pobres" como opção preferencial do trabalho da Igreja Latino-americana em uma leitura que concebe como pobres aqueles que estão numa condição de exclusão social e econômica.

A Conferência de Medellín (1968), ao fazer uma “recepção criativa” do Concílio Vaticano II, propôs uma “nova evangelização”, a ser levada a cabo por comunidades eclesiais inseridas profeticamente no seio da sociedade, à luz da opção pelos pobres. Na sequência, Puebla ratificou essa perspectiva... (BRIGHENTI, 2015)

Dessa forma, no final da década de 1960 e também na década seguinte, a Igreja na América-Latina se tornou enfática no que se refere à opção preferencial pelos pobres. Estabeleceu comunidades e ações pastorais para diferentes grupos sociais: agricultores, sem-terra, trabalhadores, jovens e índios. A proposta foi de ocupar outros espaços, fazendo-se

¹² O CELAM caracteriza-se como a instância intercontinental de organização da Igreja Católica a partir de seu episcopado.

presente nos bairros e no meio rural, formando comunidades e enfatizando a intervenção nessas realidades.

Deve-se destacar que, nesse mesmo processo, de acordo com a proposta conciliar e com as articulações de Medelín, o leigo ganhou um lugar de destaque, assumindo responsabilidades em nome da Igreja para levar adiante o trabalho de formação de comunidades e construção das pastorais. Esta proposta pode ser interpretada como a continuidade de muitas orientações formuladas durante a Ação Católica, que, paradoxalmente, estava nesse momento encerrando boa parte de suas ações no Brasil.

Dessa forma, o contexto da Igreja Católica, quando a PJB começa a se estruturar, envolvia um conjunto de ações que davam o “tom” daquele momento do catolicismo no Brasil, inserindo-se esta pastoral na realidade mais ampla de Igreja¹³.

Outra proposta do concílio Vaticano II encampada por Medelín, era a criação de uma “pastoral orgânica e de conjunto” (BRIGHENTI, 2015), ou seja, que cada grupo ou comunidade da Igreja Católica, independente de onde estivesse instalada, funcionasse como um órgão fazendo parte do grande corpo institucional. Propõe-se assim, que não houvessem ações dispersas de diferentes grupos, mas que todos os “órgãos” executassem as suas ações interligados dentro do grande “organismo” que seria a Igreja.

É neste contexto de interpretação da ação da Igreja, permeada por traços de um “funcionalismo” no qual os diferentes grupos deveriam agir de maneira interligada, que se estabelecem as pastorais, dentre elas a PJB. Ou seja, a Pastoral da Juventude do Brasil é entendida como parte do “corpo da Igreja”: um órgão específico, com funções específicas e que deve ter suas ações orientadas pelas perspectivas mais amplas do “conjunto”, adotando práticas em consonância com as orientações eclesiais.

Sendo parte deste corpo, a PJB ocuparia um espaço específico dentro da Igreja Católica. Por suas ações e opções ideológicas, aproxima-se da chamada “igreja progressista”. Esta definição não é consensual, mas, na maioria das vezes, assim se denominam alguns dos grupos inspirados pelo Concílio Vaticano II e, no caso dos movimentos na América–Latina, pelas conferências episcopais, sendo a de Medelín a grande inspiradora.

Charmain Levy define a “igreja progressista” como “um conjunto de organizações e indivíduos inspirados pela Teologia da Libertação e engajados em realizar mudanças

¹³ Marcos Rufino (2002) propõe que muitas ações deste momento histórico, como os movimentos de Ação Católica, a fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em 1952, bem como a posterior criação das pastorais, são todos frutos do mesmo processo.

profundas na Igreja Católica e na sociedade” (LEVY, 2009). Assim a “igreja progressista” é delimitada por um engajamento, vinculado à opção pelos pobres e pela “teologia da libertação¹⁴”.

O contexto de surgimento da Pastoral da Juventude e o lugar por ela ocupado no corpo institucional da Igreja tiveram papel fundamental na definição das opções ideológicas por ela adotada historicamente. Os processos conduzidos visando à conscientização do leigo são social e teologicamente forjados com base na “opção pelos pobres” e na utilização de elementos da “teologia da libertação”.

2.2 O nascimento e a consolidação da Pastoral da Juventude do Brasil

Após 1964, com a instauração da ditadura militar no Brasil, a ACE, que já vinha enfrentando situações de conflito com alguns membros da hierarquia da Igreja Católica, praticamente deixou de existir. Somente a JOC permaneceu, tendo ainda hoje articulações no Brasil, porém sem a representatividade que possuía nas décadas de 1950 e 1960.

Dessa forma, nos primeiros anos após o golpe militar de 1964, os jovens pertencentes à extinta ACE viviam a seguinte realidade: por um lado tiveram o seu espaço de militância religiosa extirpado, por outro, já não possuíam mais caminhos institucionais para a militância política nos demais espaços da sociedade civil, pois a maioria dos movimentos sociais de que faziam parte (organizações estudantis, sindicatos, partidos políticos) haviam sido extintos ou enfrentavam profunda perseguição.

Perseguidos pelo regime político e abandonados pela instituição religiosa, restaram poucas possibilidades aos ex-militantes da ACE. Uma parcela dos jovens passou a atuar politicamente na clandestinidade, enquanto outro grupo voltou-se para a participação nas comunidades religiosas, atuando ativamente nas liturgias e formação para os sacramentos (MARTINS, 2000). Mais tarde, alguns destes jovens contribuíram para a formação da PJB.

¹⁴ A teologia da libertação se estabelece em oposição à teologia tradicional e institucional da Igreja, pois propõe uma leitura da Bíblia a partir da realidade das pessoas que a leem. A proposta da Teologia da Libertação é a de que o indivíduo “liberte-se” das estruturas sociais que o oprimem e para, que isso ocorra, instrumentos como a participação social e política são fundamentais, pois a opressão não é algo abstrato ou somente psíquico, mas sim os resultados da sociedade capitalista. Dessa forma, de acordo com um dos principais teólogos da América-Latina, Gustavo Gutiérrez, a teologia da libertação é a “expressão do direito dos pobres de pensar sua fé” (GUTIÉRREZ, 2000:16).

De acordo com Pe. Hilário Dick, o contexto de repressão e a impossibilidade de organização dos jovens em seus meios específicos (escola, fábrica, universidade...) fez com que estes buscassem lugares mais seguros para as suas reuniões e encontros. As comunidades religiosas estabeleciam-se muitas vezes como um espaço propício para essas reuniões (DICK, 1999).

Dessa forma se constituiu um “tecido social” de jovens católicos com os grupos formados nas igrejas dos bairros. Além disso, deve-se destacar a importância que tiveram os movimentos de encontro para a formação de grupos de jovens nas igrejas locais, paróquias e comunidades que posteriormente formariam a base social sobre a qual a PJB foi estruturada.

2.2.1 O destaque dos movimentos de encontro

O trabalho da Igreja Católica com os jovens não deixou de existir com a extinção da ACE, no entanto, passou por profundas transformações. Segundo alguns autores (MARTINS, 2000; LIBÂNIO, 1978; SOFIATI, 2012) as mudanças que se deram levaram a Igreja a distanciar-se de determinados princípios que nortearam a sua atuação com os jovens durante a Ação Católica.

No contexto da década de 1970 surgem os “movimentos de encontro” (TLC, EJC, Emaús, etc) que se firmam como espaço para a vivência religiosa de muitos jovens católicos. De acordo com Jorge Boran (1994) eles foram inspirados nos “Cursilhos de Cristandade”, um movimento de adultos de origem espanhola. Ocorriam, na maioria das vezes, ao longo de um final de semana ou feriado, no qual os participantes ficavam durante todo tempo reunidos.

Tendo ganhado ênfase na década de 1970, estes movimentos estiveram relacionados ao surgimento da PJB, que se firmou ideologicamente a partir da crítica a eles realizada. Além disso, a partir das práticas adotadas, contribuíram diretamente para a inserção de jovens nas paróquias e comunidades, formando parte da base social sobre a qual a pastoral seria estruturada. Serão assim apresentadas algumas características desses movimentos, bem como críticas da PJB a eles dirigidas que favorecem o reconhecimento dos pressupostos valorizados pela pastoral.

Mesmo “com diferenças entre si, tais movimentos se assemelhavam pelo caráter apolítico e pela ênfase dada ao espiritual, psicológico e moral, portanto não incomodavam

ao regime militar” (MARTINS, 2000:33). Assim, não tendo as suas ações voltadas para política e problemas sociais, os movimentos tornavam-se uma opção menos conflitante para a Igreja Católica no trabalho com a juventude. Estes grupos religiosos buscavam, a partir de métodos que atingiam aspectos emocionais, levar o jovem para a Igreja e inseri-lo em sua dinâmica.

Dessa forma, esses movimentos são caracterizados pela adoção de métodos de trabalho que valorizam as emoções a partir da utilização de músicas com ritmos que os jovens gostam; de orações que respondem aos problemas pessoais por eles enfrentados; de encontros que duram mais de um dia e que possibilitam a socialização entre os participantes, compartilhando entre si alegrias e angústias e formando uma espécie de comunidade de partilha dos sentimentos comuns a este período da vida. Após o encontro, seriam formados grupos que teriam por objetivo reunir novamente os jovens que dele participaram ao longo do final de semana. A proposta era a de reuniões periódicas, com um número expressivo de jovens que seriam renovados com a entrada de novos membros a cada encontro.

Essas características atribuídas aos movimentos de encontro são destacadas pelos autores ideologicamente próximos à Pastoral da Juventude e deles recebem pesadas críticas. A partir desta leitura se constrói a imagem de jovens dos movimentos em oposição ao que é idealizado pela Pastoral, como será possível perceber nos próximos parágrafos.

De acordo com o ex-assessor nacional da PJB, Pe. Jorge Boran, em seu livro “Juventude, o grande desafio” (1982), escrito em um contexto que combinava o destaque dos movimentos com as primeiras articulações da PJB, um dos métodos de trabalho adotado nos encontros eram as palestras. Estabelecendo uma análise crítica aos movimentos de encontro, ele destaca que:

As “matracas” (palestras) colocavam a raiz do problema social no egoísmo do indivíduo e não também nas estruturas sociais. A solução para os males da sociedade se encontrava na solução de cada indivíduo dentro dela. Pensavam que, transformando o jovem, automaticamente a sociedade se transformaria também (BORAN, 1982:28).

É possível perceber a preocupação quanto a um possível descomprometimento dos movimentos de encontro em relação à transformação das estruturas injustas da sociedade, sem levar em conta uma ação planejada para este fim. A ausência de uma metodologia estratégica com vistas à transformação das estruturas consideradas injustas era, por aqueles que posteriormente viriam a estruturar ideologicamente a PJB, um dos aspectos negativos dos movimentos.

Nesse sentido, Boran destaca também que a prática destes movimentos era a de uma pastoral de “impacto”, que se dava a partir de quatro momentos: “gostou, chorou e ficou, porém não ficou por muito tempo” (BORAN, 1982:28). Ou seja, na perspectiva do autor, o jovem que participava do encontro gostava da experiência vivenciada, sentia-se tocado emocionalmente e participava das atividades propostas posteriormente, mas não “firmava raízes” na Igreja.

Em entrevista realizada com Boran em 2015, ele destacou que os jovens, ao saírem do encontro, depois de passada a emoção vivenciada, acreditavam não terem mais fé e com isso deixavam o movimento. O trabalho estaria voltado para a centralidade nas emoções, o que não geraria uma crença “consciente”, mas vinculada a alegria e ao choro dos momentos de euforia.

Percebe-se que a possível ausência de preocupação quanto à formação de um grupo estável para posterior continuidade do jovem na Igreja Católica, aliado a ausência de uma formação crítica a respeito da injustiça proveniente das estruturas sociais, é considerado um problema dos movimentos de encontro.

Identifica-se, assim, que, enquanto a Ação Católica Especializada constituía uma tendência da Igreja Católica que valorizava a racionalidade a partir de processos que buscavam a formação crítica do jovem, os movimentos de encontro se configuravam numa tendência oposta, pois apostavam num trabalho de cunho emocional, centrado na resolução dos problemas afetivos e individuais dos jovens.

Outro aspecto dos movimentos criticado no Marco Referencial da PJB (CNBB, 1998) e pelo Pe. Hilário Dick (1999) é o de que eles “não despertariam o protagonismo no jovem”. Ou seja, não possibilitariam ao jovem a experiência de liderar, coordenar e organizar os processos, pois estas seriam funções dos adultos. Nessa perspectiva o jovem seria apenas um executor de tarefas.

Irmã Enedina Pierdoná, que foi assessora nacional da Pastoral da Juventude Estudantil e vivenciou o momento histórico em questão destaca que os movimentos de encontro não davam ao jovem a possibilidade de expressar suas ideias. De acordo com ela, nos encontros, “tudo era de cima para baixo, toda a organização e os processos vivenciados eram pensados pelos ‘tios’ do movimento” (PIERDONÁ, entrevista, 2014), adultos que tinham como função acompanhar os jovens durante os encontros.

Apresenta-se, dessa forma, a crítica de Irmã Enedina Pierdoná relacionada à ausência de espaço para decisão e liderança por parte dos jovens. De acordo com suas proposições, os movimentos não davam espaço para o jovem “propor” e “criar”, sendo apenas inseridos

em algo que já estava pronto, que havia sido pensado pelos adultos, atuando apenas como receptor.

Notamos a partir dessas críticas que no ideário estabelecido pela PJB à função do jovem na Igreja deve estar para além de um “fazer coisas”. Ele não deve ser somente um executor, mas, responsável por pensar as ações realizadas. É isso o que daria a ele a condição de “sujeito”, alguém que, além de fazer, tem clareza sobre o que faz, bem como das consequências de suas ações.

Nesse sentido, a partir da crítica se expressa à importância que é dada na PJB para que esta se consolide num espaço no qual os jovens devem organizar, pensar e articular suas atividades, não sendo apenas receptores de estruturas e modelos elaborados externamente. Nesta concepção o jovem deve ser sujeito consciente que pensa sua estrutura de organização e contribui diretamente para o conjunto de práticas simbólicas a serem adotadas.

Cabe ainda destacar que, embora os autores aqui utilizados na maioria das vezes lancem um olhar bastante crítico sobre o trabalho desenvolvido pelos movimentos de encontro, há aspectos do trabalho por eles desenvolvido que são percebidos como positivos e que foram importantes para as primeiras articulações da PJB. São destacadas por Jorge Boran (1982) três contribuições dos movimentos de encontro neste momento histórico. Primeiramente, o fato de, a partir das técnicas de trabalho utilizadas terem aproximado da hierarquia eclesial um contingente expressivo de jovens, que encontraram nesta organização um modelo de “Igreja jovem”, condizente com seus gostos e estilo de comunicação. Além disso, os movimentos:

Provocaram também o surgimento de grupos de jovens nas paróquias. É importante lembrar que antes dos movimentos de encontro, não existiam grupos de jovens nas paróquias. Os movimentos de encontro surgiram no momento de maior repressão política da história do Brasil e, talvez, foi o único tipo de pastoral possível naquele momento (BORAN, 1982:29).

Ponderando-se que outra forma de organização, mais crítica quanto aos problemas sociais vivenciados, seria inviável de ser posta em prática, perante a realidade devido a problemas políticos, em um período de “deserto” da presença da Igreja Católica junto aos jovens, com a extinção da ACE, os movimentos de encontro podem ter representado uma das poucas portas de acesso da Igreja à realidade dos jovens.

Por fim, embora a relação que se estabelecia do jovem com as paróquias fosse, muitas vezes, transitória, uma das práticas destacadas pelos movimentos após os encontros era a formação de grupos de jovens nas paróquias. Este aspecto do trabalho por eles realizado

favoreceu a construção do “tecido social” dos grupos de jovens das igrejas que posteriormente impulsionariam a formação da Pastoral da Juventude do Brasil.

Assim, embora o trabalho realizado pelos movimentos de encontro seja, em muitos aspectos, questionado pelas lideranças da PJB, estas mesmas lideranças reconhecem que eles contribuíram diretamente com um dos elementos chave na estrutura organizacional por ela adotada posteriormente: o grupo de base organizado nas paróquias e comunidades.

2.2.2 As primeiras articulações nacionais

A discussão a respeito do surgimento da pastoral revela a importância que nela é dada para a liderança exercida pelo jovem. Não há consenso entre os autores sobre o momento específico em que ela surgiu. No entanto, os diferentes argumentos alocados se inserem num contexto único de discussão que versa sobre a possibilidade dos jovens conduzirem os processos, tendo, pelo menos em parte, responsabilidade sobre o futuro da organização.

No contexto de destaque nacional dos movimentos de encontro, nos anos de 1971 e 1972 foram realizados em Itaici – SP dois encontros para trocas de experiências entre representantes das diferentes expressões de juventude católica em atividade na época (LIBÂNIO, 1978). No entanto, Sofiati (2012) e Martins (2000), bem como a própria PJB em seu marco referencial, consideram que somente os encontros realizados posteriormente, em 1973 e 1976, podem ser considerados as primeiras articulações da PJB.

Estes encontros foram convocados pelo setor juventude da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, ou seja, não configuravam uma iniciativa da juventude, mas sim dos bispos, a partir dos seus interesses em articular e organizar o trabalho da Igreja com os jovens em nível nacional.

É por este motivo que Pe. Hilário Dick (1999) considera como o início da PJB somente o encontro que ocorreu em 1983, pois foi a partir dele que os jovens formaram uma coordenação nacional. O argumento por ele utilizado é o de que a partir deste momento a pastoral teria passado a ser conduzida pelos próprios jovens e não mais pelos adultos.

A justificativa que define para os autores se a pastoral começou em 1971, 1973 ou 1983 são as diferentes leituras que cada um deles realiza sobre o momento em que o jovem adquiriu maior autonomia sobre a condução das atividades. Ou seja, esse é um elemento que demonstra o quanto a liderança do jovem sobre a organização constitui na PJB um fator importante.

Quanto às articulações dos próprios jovens, numa perspectiva “micro”, mas com vistas à efetivação de processos “macros” (organização nacional) que deram origem à PJB, estas são iniciadas no final da década de 1970. Foi nesse momento que, de acordo com Irmã Enedina Pierdoná (entrevista, 2014) começaram a ocorrer articulações das lideranças dos diferentes grupos católicos que não seguiam a metodologia de trabalho dos movimentos de encontro ou que estavam descontentes com esta.

Em 1978 ocorreu o que a PJB considera como o seu terceiro encontro nacional, que também foi convocado pela hierarquia. Nesse momento, de acordo com Enedina Pierdoná (1990), estruturaram-se quatro princípios que passariam a nortear a atuação da Pastoral da Juventude ao longo da sua história: a) a construção de uma pastoral orgânica de jovens, ou seja, uma pastoral que estivesse inserida na estrutura da Igreja e em diálogo com ela; b) uma pastoral para a grande massa dos jovens, mas organizada a partir de pequenos grupos de base; c) trabalho organizado a partir da realidade do jovem e do meio no qual ele está inserido; d) a utilização do método ver-julgar-agir¹⁵.

A opção por uma pastoral orgânica se dava pelo fato de, com o fim da Ação Católica, que possuía uma estrutura nacional de organização dos movimentos que dela faziam parte, a Igreja ter perdido uma importante estrutura de articulação dos jovens em nível nacional. Os movimentos de encontro não possuíam uma estrutura central de articulação do trabalho que era realizado. Com isso, o estabelecimento da PJB como uma pastoral orgânica, supriria a necessidade da Igreja de ter um canal direto de diálogo e controle sobre o trabalho de evangelização da juventude.

O surgimento da pastoral esteve relacionado à decisão da hierarquia para fazê-la. A Igreja atuou para que a PJB se estruturasse enquanto uma organização em nível nacional a ela diretamente vinculada. Nesse contexto, as articulações dos leigos não podem ser desconsideradas, mas têm de ser postas numa perspectiva mais ampla de conspiração dos interesses institucionais.

A opção pela utilização de pequenos grupos de base revela a importância dada, já naquele momento, para que o jovem estivesse inserido em um grupo. A valorização da dimensão coletiva é assim destacada, pois para a PJB o jovem só se estabeleceria como sujeito se estivesse em relação, convivendo com os demais jovens, aprendendo e doando-se a eles. Também merece destaque a preocupação com o número de pessoas. Os grupos

¹⁵ Ao longo de toda a década de 1970, houve investidas da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil de tentar organizar e articular nacionalmente o trabalho com os jovens, mas somente neste momento que ele passa a se tornar realidade.

deveriam ser pequenos para favorecer a formação de lideranças e evitar o anonimato. Aspectos referentes a esta opção serão aprofundados ainda neste capítulo.

Quanto ao trabalho a partir do meio e a utilização do método “ver-julgar-agir”, destacam a preocupação de que o jovem estivesse em contato com o seu meio, inserido na sua realidade e atuando a partir dela. Estes são aspectos valorizados da formação dos militantes da pastoral, pois para eles o jovem deve ser sujeito, não só no grupo ou na Igreja, mas também no meio em que está inserido.

Merece destaque o fato de os quatro elementos destacados deste encontro serem heranças da Ação Católica. Todos eles eram prerrogativas do movimento que se encerrou no final da década de 1960. Organização nacional, pequenos grupos, inserção no meio e o “ver-julgar-agir”, faziam parte das práticas e da estruturação da AC. Tal aspecto demonstra o quanto a PJB, em seu momento de consolidação, retoma tais prerrogativas e dá continuidade àquele modelo de atuação.

Nesse momento histórico, além da PJB, outras pastorais específicas já estavam dando seus primeiros passos rumo à articulação e a um trabalho com bases comuns. A Pastoral Universitária (PU), já havia organizado um concílio de jovens em Lins – SP no ano de 1977 e a Pastoral da Juventude de Meio Popular (PJMP) começava a sua articulação em Olinda – PE (MARTINS, 2000). Além disso, após o encontro de 1978, foram realizados encontros inter-regionais que possibilitaram a aproximação das lideranças de juventude que pretendiam formar uma organização dos jovens católicos em nível nacional.

Quanto ao termo “Pastoral da Juventude”, apesar de já ser utilizado na década de 1970, ainda não havia adquirido o significado que possui atualmente. Não definia um grupo específico da Igreja Católica. Identifica-se a partir de leituras de João Batista Libânio (1978) e de Suely Aparecida Martins (2000), que, nos anos 70, seu significado englobava praticamente toda a ação da Igreja voltada aos jovens. Abarcava os movimentos de encontro, os grupos de jovens das paróquias, grupos organizados pelas congregações religiosas e para Libânio, em específico, até mesmo o trabalho que havia sido realizado pela extinta ACE.

A definição da Pastoral da Juventude como um grupo específico da Igreja Católica e não como o trabalho global de evangelização dos jovens, só vai ocorrer na década de 1980. Foi a partir desse período que se definiram as principais metodologias adotadas e a maioria das práticas pastorais específicas que configurariam a PJB. Até então, percebe-se que não havia distinção da pastoral em relação aos demais trabalhos eclesiais com a juventude.

Identifica-se que este era um momento de relação afinada entre a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e a nascente PJB, pois havia esforços diretos dos bispos em

prol do modelo de trabalho que estava se firmando. Em 1981 foi nomeado como bispo referencial dos jovens Dom Cláudio Hummes (DICK 1999), que, por sua vez, nomeou como assessor nacional da pastoral o Pe. Hilário Dick. Já em 1983, o bispo referencial da juventude passa a ser Dom Sinésio Bohn, e o novo assessor, o Pe. Jorge Boran, que permaneceu nesta função até 1990.

Estas indicações de padres e bispos para o acompanhamento da Pastoral da Juventude em nível nacional indicam duas preocupações da Igreja neste momento: a opção da instituição por um modelo de trabalho com os jovens a partir da perspectiva progressista que seguiam os bispos e padres indicados; bem como a preocupação da CNBB em articular um trabalho da Igreja com os jovens em nível nacional, com uma linha formativa e organização alinhadas com a proposta da instituição.

Esta postura da Igreja do Brasil, neste momento histórico, pode ser interpretada, também, como preocupação em estabelecer certo controle sobre as organizações de juventude desta época, inclusive os movimentos de encontro, dado que estes se multiplicavam com relativa facilidade e muitas vezes autonomizavam-se da pastoral de conjunto da Igreja. A formação de uma estrutura nacional capaz de estabelecer linhas gerais para o trabalho de evangelização da juventude operaria como um importante instrumento para aglutinar e dar diretrizes comuns para estes diferentes grupos.

2.2.3 A consolidação da Pastoral da Juventude do Brasil.

No ano de 1983, ocorre a consolidação da Pastoral da Juventude do Brasil¹⁶. A pastoral, em seu Marco Referencial (CNBB, 1998), considera que os processos vivenciados no encontro nacional de 1983 serviram para o fortalecimento da PJ em termos de estrutura organizacional, nos diferentes níveis: paroquial, diocesano, regional e nacional.

Para Flávio Sofiati, “significa que a pastoral possibilitou a geração de uma experiência de trabalho que legitima a juventude como sujeito ativo do seu processo de formação” (SOFIATI, 2012: 72). A partir deste momento foi criada uma coordenação nacional para a PJB, composta por um jovem representante de cada região: norte, nordeste, sul, oeste e leste, além de um representante da JOC e outro da Pastoral Universitária.

¹⁶ Se existe um debate a respeito do surgimento da PJB, o consenso aparece no que tange a sua consolidação, pois para Dick (1999), CNBB (1998) e Sofiati (2012) o encontro nacional de 1983 marca o momento em que a pastoral se estrutura enquanto uma pastoral dos jovens.

Pe. Hilário Dick (1999) destaca que, no momento em que a Pastoral passa a ser coordenada pelos jovens, ocorre o processo em que ela deixa de ser uma pastoral “de juventude”, para tornar-se “da juventude”¹⁷, pois, em sua concepção, os jovens assumiram o controle dos processos por eles vivenciados, coordenando suas ações e estruturando uma articulação entre os grupos dispersos pelo país. De acordo com o Marco Referencial da PJB, a partir de 1983 o jovem se estabelece como “protagonista” do processo de evangelização, deixando a posição de “executor das ordens dos adultos”, assumindo papel principal no trabalho.

Dessa forma, a consolidação de uma característica central do movimento ocorre nesse momento: o jovem ocupa lugar de destaque na estrutura organizacional da Pastoral, ocupando cargos de coordenação. A compreensão estabelecida a partir de 1983 é a de que o jovem deveria coordenar o processo do qual fazia parte, sendo ao mesmo tempo objeto e mentor das ações da pastoral. Essa é uma característica central do "protagonismo" nesse grupo.

Se a estrutura organizacional da PJB se estabelece em 1983, as práticas e as opções pedagógicas adotadas ganharam destaque a partir do ano de 1985 (SOFIATI, 2012), com a realização do sexto encontro nacional, quando as formas de atuação dos grupos e metodologias adotadas em todo o Brasil foram sistematizadas.

Nesse momento, alguns dos elementos considerados fundamentais pela pastoral passaram a configurar as suas opções pedagógicas e metodológicas. Essas opções já estavam presentes nas conclusões do encontro da PJB de 1978, no entanto, é a partir de 1985 que eles percebem a adoção destas metodologias pelos grupos de jovens do país, tornando-as um processo comum em suas práticas.

Assim, a utilização de “pequenos grupos”, com objetivo de possibilitar o conhecimento mútuo dos participantes, dando oportunidade para que todos se expressem, bem como a importância da “relação com o meio” e do processo de “formação na ação”, tornam-se elementos da formação empreendida pela PJB. Tais aspectos serão aprofundados nos próximos tópicos deste capítulo.

No entanto, se até então a pastoral centrava a sua ação no grupo de base, a partir de 1985 ela passa a experienciar os encontros de massa. Este ano foi declarado pela

¹⁷ É importante destacar que o termo “Pastoral da Juventude” consolidou-se ao longo da década de 1990. Até então, identifica-se em diversas publicações a utilização do termo “Pastoral de Juventude”. Portanto, a afirmação do Pe. Hilário Dick possui um caráter metafórico que tem por objetivo representar o poder que o jovem adquire a partir de 1983 na estrutura organizativa da PJB, assumindo cargos de coordenação.

Organização das Nações Unidas - ONU “ano internacional da juventude”¹⁸ e, de acordo com Suely Aparecida Martins (2000), esta comemoração levou a Pastoral da Juventude a organizar diversos encontros que reuniam contingente elevado de jovens.

A partir das motivações deste ano foi inspirada uma das principais atividades da PJB com grandes públicos: o Dia Nacional da Juventude – DNJ. A primeira edição do DNJ ocorreu no ano de 1986. Ele se configura como um dia dedicado à juventude, no qual ocorrem comemorações e diferentes manifestações pelo país.

O DNJ, mais do que um momento de festa no qual a Pastoral realiza encontros de massa nos diferentes níveis de sua organização, é historicamente um espaço de reflexão a respeito de temáticas sociais do interesse da PJB. Para exemplificar o caráter político que permeia a maioria destas comemorações, destaca-se o tema de 1986: “Juventude e participação política” e o lema “Juventude conquistando a terra prometida”.

É possível perceber que o tema e o lema expressam claramente o incentivo à reflexão que deveria ser realizada pelos jovens a respeito da sua atuação em outras esferas. Dessa forma, mesmo nos eventos de massa e comemorativos a PJB busca manter o seu objetivo de conscientização política e social do jovem. A preocupação demonstrada é a de não aderir a manifestações de cunho emocional, característica dos movimentos de encontro por eles criticada.

Em julho de 1989, realizou-se em Lavrinhas – SP a oitava assembleia nacional da PJB¹⁹, que teve como tema “A PJ e o mundo do trabalho”. A proposta era refletir a respeito da relação do jovem com o mundo do trabalho e a sua realidade. “A grande afirmação da Assembleia foi a opção madura e coletiva pelos pobres, partindo da realidade do trabalho” (DICK, 1999:66). Dessa forma, a causa dos pobres, trabalhadores e desempregados, foi assumida como opção da PJB nesta assembleia.

Embora o tema central tenha sido o trabalho, Pe. Hilário Dick (1999) destaca que, dentre as conclusões, uma delas foi a de que a PJ não conhecia o mundo do trabalho. Esta conclusão vai ao encontro da constatação de Flávio Sofiati (2012), de que a Pastoral da Juventude no final de década de 1980 era uma pastoral formada predominantemente por

¹⁸ Este “ano internacional da juventude”, proclamado pela ONU, influenciou a Igreja Católica, também em abrangência internacional, pois as “Jornadas Mundiais da Juventude”, iniciadas durante o papado de João Paulo II, foram influenciadas pelo ano da juventude da Organização das Nações Unidas.

¹⁹ No encontro de 1987 define-se que estes momentos passariam a ser chamados de “assembleias nacionais” e não mais “encontros”, pois configuravam um espaço deliberativo, onde muitas decisões e passos da PJB eram definidos, bem como as coordenações eram eleitas.

jovens de classe média. Embora fazendo uma clara opção pelos pobres, a PJB reunia em sua maioria, jovens com uma condição econômica favorável.

Nesse sentido, é interessante destacar a conclusão do autor:

No entanto, ao analisar o período histórico dos anos 1980, conclui-se que grande parte, senão a maioria, dos jovens das pastorais da juventude era proveniente da classe média, sendo que a principal característica da pastoral foi fazer com que jovens de classe média assumissem o ponto de vista da tendência da IC, que defende as classes populares [...] em todos os encontros nacionais da década de 1980, buscava-se formatar um método de formação que levasse o jovem a fazer sua opção por um modelo de Igreja ligado à TL e pelo comprometimento com as classes populares (SOFIATI, 2012: 86).

Assim sendo, a década de 1980 foi muito importante para a PJB, pois foi o período em que esta definiu as suas opções e os métodos que adotaria para concretizá-las, sendo os encontros nacionais relevantes para estas definições, pois era a partir deles que se estabeleciam as principais orientações para os jovens ligados à PJB.

Nesse momento a Pastoral da Juventude do Brasil definiu os seus métodos de trabalho e os caminhos que pretendia percorrer, articulada com uma das linhas ideológicas dominantes no catolicismo brasileiro deste período. Assim, mesmo sem um público composto por pobres, a pastoral faz opção por este grupo seguindo o discurso progressista que ecoava fortemente na cena eclesial do período.

Dessa forma, deve-se destacar que a PJB possui um arcabouço teórico-metodológico orientador e formador de seus membros, que foi estruturado, em grande parte, neste período de sua história. Profundamente influenciados por este contexto, estabelecem-se os processos de formação de um indivíduo leigo "ideal" no interior da Pastoral da Juventude, tendo como base para essa formação determinadas práticas e opções ideológicas definidas neste momento.

A partir desta breve reconstituição de alguns momentos da história da Pastoral da Juventude do Brasil, durante o período que vai das suas primeiras articulações, até a sua consolidação e apogeu no final da década de 1980, demonstrou-se alguns acontecimentos que influenciam diretamente no objeto de estudo desta dissertação: a formação do jovem na PJB.

2.3 A Pastoral da Juventude do Brasil e sua estrutura organizacional

Ao longo do seu processo histórico, a PJB criou estruturas para a sustentação e organização do trabalho desenvolvido com seu público. No entanto, a discussão em torno da organização foi algo bastante intenso e conflituoso na história desta pastoral, pois, nos primeiros anos de sua articulação, no final da década de 1970, já se estabelecia forte debate sobre se a organização da PJB devia se dar a partir da classe social a qual o jovem pertencia ou de seu meio específico de inserção social (escola, ambiente de trabalho, comunidade em que vive).

Portanto, a discussão a respeito da organização é histórica na Pastoral da Juventude, tendo marcado profundamente o seu início na década de 1970. De acordo com Suely Aparecida Martins, surgiam nesse momento duas propostas de como a PJB deveria organizar-se:

... uma que vinha do Sul e propunha a organização por meios específicos, a partir do engajamento do jovem no seu meio, ou seja, escola, universidade, bairro. A outra vinha do Nordeste, apostando na organização por classes sociais, que separassem os jovens de meio popular e da pequena burguesia organizando-os em pastorais separadas (MARTINS, 2000:35).

Essas diferentes concepções sobre a organização da PJ vinham de lugares diferentes. A proposta dos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul colocava a subdivisão da pastoral em seus meios específicos de atuação, aproximando-se da estrutura da ACE e da sua divisão em Juventude Agrária Católica, Juventude Estudantil Católica, Juventude Independente Católica, Juventude Operária e Católica e Juventude Universitária Católica. Em oposição, estava a proposta dos jovens dos estados do Nordeste, que acreditavam mais na eficiência do trabalho de uma Pastoral da Juventude organizada a partir da classe social que o jovem pertencia.

A discussão estava pautada nos seguintes parâmetros: aqueles que defendiam uma PJ organizada a partir de “classes sociais” alegavam que a formação de grupos que reunissem jovens de níveis econômico e cultural díspares poderia gerar o monopólio do discurso e a dominação dos mais ricos sobre os mais pobres, reafirmando as desigualdades presentes na sociedade; já aqueles que defendiam a proposta de organização da PJ a partir de “meios” específicos alegavam que a convivência entre jovens de diferentes condições econômicas em um mesmo grupo seria positiva, pelo fato de incentivar a “fraternidade” e a sensibilização

dos que estavam em situação mais confortável economicamente em relação aos demais (MARTINS, 2000).

De toda forma, notamos que ambas as propostas valorizavam a aproximação do jovem com realidade social em que estava inserido, seja ela chamada de "classe social" ou de "meio". A necessidade de uma conexão entre o jovem leigo católico e a realidade social, seja de classe ou de meio específico, era tomada como pressuposto pelos grupos iniciadores da PJ nos anos 70. Podemos considerar que a herança da Ação Católica, que apontava a importância da aproximação entre o jovem e a realidade social vivenciada, era dada como base, ponto de partida para as discussões e reflexões sobre o novo formato a ser assumido no trabalho com jovens na Igreja Católica.

A discussão sobre a organização da PJB, no final da década de 1970, girava em torno da preocupação sobre qual estrutura proporcionaria aos jovens maiores possibilidades de interferir nas decisões e processos por eles vivenciados. Com relação aos que defendiam a proposta de organização por "classes sociais", o principal objetivo estava em criar um formato no qual as concepções e construções simbólicas da juventude empobrecida não fossem abafadas pelo discurso e pelas ações dos mais favorecidos economicamente.

Da mesma forma, os que defendiam a proposta de organização da juventude a partir dos meios específicos também estavam preocupados em despertar no jovem a capacidade de pensar de forma mais autônoma e agir para a transformação do meio no qual estava inserido, levando em consideração as desigualdades e as diferenças existentes na sociedade.

Esta discussão está perpassada por questionamentos sobre o referencial ideológico da pastoral e procuram responder perguntas do tipo: qual estrutura organizacional proporciona ao jovem maior protagonismo? Qual forma organizativa dá ao jovem maiores possibilidades de se expressar? Que tipo de estrutura proporciona maior liberdade de ação e ao mesmo tempo menor tutoramento e condicionamento para o jovem?

A prática organizativa que acabou por ser estabelecida foi a divisão entre PJ geral e PJ específica, que permaneceu válida até a décima primeira assembleia, realizada em 1995. Este modelo previa a "PJ geral" como primeiro espaço de organização dos jovens, onde eles seriam formados para a militância que se daria nas PJs específicas: Pastoral da Juventude Estudantil (PJE), Pastoral da Juventude de Meio Popular (PJMP), Pastoral da Juventude Rural (PJR) e Pastoral Universitária (PU). Assim sendo, a "PJ geral" seria o "berço" da atuação dos jovens, onde ele se formaria para posteriormente colocar em prática, militando nas pastorais específicas.

No entanto, Martins (2000) destaca que a aplicação prática desta divisão nunca foi eficiente, pois a proposta de que a “PJ geral” fosse uma fase de iniciação do jovem não se concretizou. O que ocorria é que o jovem da “PJ geral” não passava para as pastorais específicas (PJE, PJR, PJMP e PU), mas nela permanecia ao longo de sua participação na PJ. Da mesma forma os participantes das específicas nem sempre entravam nelas via “PJ geral”.

Por fim, na assembleia nacional de 1995 a “PJ geral” é extinta. Passando-se a utilizar o termo “Pastoral da Juventude – PJ” para indicar os jovens pertencentes aos grupos que se organizavam nas paróquias²⁰ e CEBs²¹. Outra decisão importante desta assembleia foi a criação da Pastoral da Juventude do Brasil como a instância nacional agregadora das quatro pastorais específicas: PJ, PJE, PJMP e PJR.

Atualmente, em termos organizacionais, a Pastoral da Juventude do Brasil está ligada diretamente ao “setor juventude²²” da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB e conta com a seguinte estrutura: foi criado o termo “Pastorais da Juventude – PJs”, que designa as quatro pastorais específicas; Pastoral da Juventude Estudantil, presente com os jovens das escolas; Pastoral da Juventude Rural, que organiza os jovens pertencentes às CEBs do ambiente rural; Pastoral da Juventude de Meio Popular, que atua com os jovens das periferias e pertencentes a realidades mais pauperizadas e, finalmente, a PJ, atuando com os jovens das paróquias e comunidades de meio urbano.

Vale destacar que as quatro pastorais específicas possuem instância organizativa formada por coordenações em diferentes níveis: na base, formada pelos grupos de jovens; em nível municipal ou diocesano²³; em nível regional²⁴; e por fim, a articulação nacional de cada uma das pastorais específicas, que se encontram e são congregadas na PJB.

²⁰ É importante destacar que, apesar de ser algo característico da Igreja Católica, tanto do Brasil como de toda a América Latina, não são em todas as paróquias que existem CEBs. As comunidades são mais comuns em paróquias da periferia urbana ou do meio rural. Nas paróquias centrais do meio urbano é comum a não existência de comunidades, havendo somente uma Igreja formando a paróquia.

²¹ Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) é uma forma de organização da Igreja Católica que se estruturou principalmente a partir da década de 1970, tendo como princípios a organização da população em pequenas comunidades no bairro onde moram os indivíduos, a utilização do método de leitura da Bíblia a partir da realidade dos participantes e o amparo teórico na teologia da libertação. Este grupo também compõe o que comumente é caracterizado como Igreja Progressista.

²² O termo designa uma instância da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que congrega, além da PJB, os demais grupos organizados para o trabalho com juventude da Igreja (movimentos de encontro, congregações). Além disso, cabe a este setor dar as orientações institucionais para o trabalho de evangelização da juventude de toda a Igreja.

²³ Diocese é uma instância organizativa da Igreja Católica que compreende um espaço territorial composto por um conjunto de paróquias.

²⁴ Os regionais são caracterizados como a junção de um conjunto de dioceses. Na maioria das vezes, um regional é estabelecido pelo recorte geográfico de um estado, por exemplo, o estado de São Paulo é um regional da CNBB. No entanto, isto não é regra, pois existem regionais que são compostos por mais de um estado.

É importante ainda considerar que, nas diferentes instâncias de organização da PJB, sempre quem ocupa as funções de coordenação, nos diferentes níveis, são os jovens, bem como a escolha dos representantes se dá, via de regra, por votação dos próprios jovens. Essa é uma conduta que aponta para o estabelecimento do dito protagonismo dos jovens, pois dessa forma estes possuem possibilidade de liderar os seus processos e escolher os representantes de suas estruturas organizativas.

2.4 Os referenciais teórico-ideológicos da formação na PJB

A PJB adota um conjunto de práticas pedagógicas que têm como objetivo a formação de seus membros a partir daquilo que ela acredita ser o “modelo ideal” de cristão e de sociedade. Tais opções foram construídas a partir dos referenciais teóricos e ideológicos que a orientam. Neste tópico serão assim apresentados alguns destes referenciais que formam a concepção de cristão e de sociedade ideal, bem como inspiraram as práticas pedagógicas adotadas pela PJB.

De acordo com Flávio Sofiati (2012) a opção pedagógica de atuação da PJB está diretamente ligada ao método criado pelo educador Paulo Freire: trabalho com pequenos grupos a partir das realidades específicas, valorizando as opiniões e ideias de cada um de seus membros; valorização do protagonismo do jovem pauperizado, próximo do conceito de oprimido, que não possui espaço, nem possibilidade de se manifestar socialmente; formação da pessoa que a valorize em sua completude, a partir da formação integral que envolve as dimensões da sua vida; importância dada aos processos grupais e individuais de crescimento e amadurecimento.

Na concepção de Flávio Sofiati,

com Paulo Freire as pastorais entenderam que não bastava querer mudar a sociedade, é preciso saber mudar, sendo necessário para isso desenvolver um método, um caminho claro para alcançar esse objetivo (SOFIATI, 2012:90).

Dessa forma, a PJB encontrou na “pedagogia libertadora” do educador Paulo Freire a base prática de sua ação.

A “pedagogia libertadora”, até certo ponto aproxima-se da “teologia da libertação”, propondo que o processo educativo se dê a partir do “oprimido” personificado no pobre, naquele que está à margem da sociedade. Nessa perspectiva pedagógica, a educação deve se dar a partir de quem sofre com a opressão, para que possa passar por um processo de

libertação que envolve assumir uma postura crítica perante a sua vida e a sociedade como um todo. É patente, portanto, a proximidade entre essa pedagogia e os marcos referenciais estabelecidos pela Pastoral da Juventude.

Na perspectiva de uma atuação libertadora, a PJ propõe que a sociedade e suas estruturas sejam percebidas a partir da ótica de quem é pobre, levando os jovens que pertencem aos grupos a uma visão de mundo que vai além da sua realidade particular. Este processo deve gerar intervenção na realidade de forma intencionada e direcionada ao favorecimento de quem é socialmente desfavorecido, para a sua "libertação".

A libertação na pastoral não está relacionada somente a mudar a perspectiva e o olhar de quem é socialmente desfavorecido, de quem é “oprimido”, mas também a levar os jovens de classe média, que pertencem aos grupos, a ver o mundo “por outro ângulo”, o daquele que está em desvantagem. Ela possibilitaria uma atuação e intervenção em defesa dos interesses daqueles que estão excluídos e marginalizados.

Notamos, portanto, que a proximidade da PJB com a pedagogia de Paulo Freire e com a teologia da libertação traz um novo elemento para a “atuação na realidade”: a intervenção em prol da libertação da opressão, voltada, portanto, para os oprimidos, os “pobres”. Embora a “intervenção no meio” seja uma herança da Ação Católica, a forma como ela é acionada na PJ traz características novas para essa antiga concepção.

Para exemplificar a opção da pastoral, que se expressa a partir de suas práticas, é interessante analisar a música cantada pelos jovens e que está diretamente atrelada à história da PJB. A composição abaixo é de Zé Vicente, que tradicionalmente produz canções que servem ao trabalho de diversos grupos ligados à teologia da libertação. Essa música foi cantada pela primeira vez em 1981, num encontro da Pastoral da Juventude de Meio Popular - PJMP da diocese de Tianguá, CE, e depois passou a ser utilizada por todas as PJs:

Povo novo (Zé Vicente)

Quando o espírito de Deus soprou,
o mundo inteiro se iluminou.
A esperança na terra brotou
e o povo novo deu-se as mãos e caminhou...

Lutar e crer, vencer a dor, louvar ao Criador!
Justiça e Paz hão de reinar e viva o amor!

Quando Jesus a terra visitou,
a Boa Nova da justiça anunciou:
o cego viu, o surdo escutou
e os oprimidos das correntes libertou...

Nosso poder está na união,
o mundo novo vem de Deus e dos irmãos,
vamos lutando contra a divisão
e preparando a festa da libertação!

Cidade e campo se transformarão,
Jovens unidos na esperança gritarão.
A força nova é o poder do amor,
nossa fraqueza é força em Deus libertador

Dentre vários aspectos que podem ser destacados dessa canção, ela é reveladora das concepções ideológicas da PJB, articulando a ação de Deus como inspiradora para intervenção nas diferentes realidades (cidade e campo), destacando a união do povo para a luta e transformação das estruturas.

A construção do futuro almejado de paz e de justiça é algo feito coletivamente, que vai além da resolução dos problemas individuais e envolve a participação de todos. A transformação é algo que envolve a opção individual, mas que necessita da participação coletiva. A dimensão relacional é algo enfático, valorizando-se a presença do outro para uma construção grupal. Eis, portanto, outro elemento central dos referenciais da Pastoral da Juventude: a importância da ação coletiva, grupal.

Com relação à “boa nova” de Jesus, ela está atrelada à libertação dos oprimidos, sendo uma mensagem com um objetivo que não é somente o indivíduo tornar-se crente em Deus, mas lutar por mudança, pelo fim da opressão e exclusão social. Deve-se ainda destacar que ela tem o tom de convocação para união dos jovens do campo e da cidade, sendo o grupo muito valorizado para essa luta por mudança, o que confirma uma ação que deve se dar de forma articulada com os outros jovens.

Valoriza-se assim a concepção do jovem enquanto “sujeito” que busca a união com outros jovens e que tem uma postura crítica perante a realidade social fazendo algo para transformá-la de forma coletiva. Nesse sentido, na canção, a união que vem de Deus acaba com a “divisão”, competição e individualismo característicos do sistema econômico opressor, e objeto da libertação do oprimido²⁵.

²⁵ As opções pedagógicas da PJB, suas formas de convivência grupal, de rezar e de intervir na sociedade, podem ser resumidas na proposta de construção da “Civilização do Amor”, sendo em síntese o grande objetivo oficial das ações realizadas pela pastoral. Esse termo foi construído a partir da Conferência do Episcopado Latino-Americano e passou a ser utilizado em larga escala na PJB. Ele remete à construção de uma sociedade justa, que não esteja atrelada nem ao socialismo e nem ao capitalismo, mas a um ambiente social onde todos tenham os seus direitos respeitados e condições dignas de vida, uma sociedade onde o amor seja a essência e o objetivo das ações empreendidas. No entanto, Suely Aparecida Martins (2000) em sua análise destaca que a proposta da “civilização do amor” teria surgido no final da década de 1980 e ganhado força ao longo da década

Dessa forma, percebe-se que a Pastoral da Juventude está preocupada com uma ação dentro da Igreja, mas que esteja voltada para fora dela, ou seja, para o espaço público, sendo importante para suas lideranças que a atuação dos grupos se dê em prol da mudança, gerando jovens a serviço da transformação social. Esses são colocados como os objetivos de suas ações religiosas, socialmente interessadas e com uma formação ideológica clara.

2.5 Opções pedagógicas da Pastoral da Juventude do Brasil

Ao longo de sua história a PJB foi definindo um conjunto de opções pedagógicas e metodológicas que passaram a ser adotadas pelas diferentes pastorais específicas que a compõem. Estas foram definidas a partir dos princípios ideológicos que orientam as práticas dos grupos de jovens e fornece a eles uma base sobre como conduzir o processo de formação de seus agentes.

Essas opções pedagógicas e metodológicas têm como foco a ação e a formação para consciência crítica nos parâmetros por eles concebidos. Ou seja, os jovens deveriam se tornar agentes conscientes a partir de opções pedagógicas e metodológicas da pastoral que o formassem para tal, num processo de formação conduzido por jovens já considerados conscientizados e capacitados criticamente.

A partir das influências que recebeu da Ação Católica e das características particulares que foi assumindo ao longo de sua história, o trabalho da Pastoral da Juventude do Brasil centrou-se na atuação do jovem como personagem principal dos processos vivenciados.

Assim sendo, a fim de perceber como se dá a formação e que “tipo” de leigo a Pastoral da Juventude do Brasil pretende formar, serão aprofundadas as opções pedagógicas e metodológicas adotadas pela PJB para a condução dos grupos de jovens que a compõem. Ou seja, a maneira como a pastoral forma os seus participantes para que atuem com base nos princípios ideológicos por ela definidos.

seguinte como alternativa ao discurso da luta de classes, até então articulado pela teologia da libertação e incorporado pela PJB.

2.5.1 Método ver-julgar-agir

Na Pastoral da Juventude do Brasil consolidou-se como método de análise da realidade em que o jovem está inserido o “ver-julgar-agir”. Este é mais uma herança que a PJB recebeu da ACE. Alguns aspectos deste método já foram tratados no capítulo anterior, no entanto, dada a sua relevância, merecem ser abordados mais alguns de seus elementos, com maior especificidade na PJB.

De acordo com Suely Aparecida Martins (2000), o método “ver-julgar-agir” foi estruturado pelo padre belga Joseph Cardijn, fundador da Juventude Operária Católica (JOC), que se tornou posteriormente uma das principais influências para o processo de especialização da Ação Católica pelo mundo, inclusive no Brasil. Segundo Martins, a principal preocupação do pe. Cardijn era a formação especializada que cada jovem deveria receber, respeitando o meio no qual ele estava inserido (MARTINS, 2000).

Refletindo sobre o método ver-julgar agir, Marcos Rufino destaca que tal método era empregado pela Ação Católica e posteriormente foi herdado por muitos movimentos da Igreja, assim: “Sua utilização no âmbito do engajamento social deixaria sulcos profundos na história da atuação dos leigos na Igreja e no mundo” (RUFINO, 2002:177). Estes sulcos marcaram profundamente a PJB contribuindo para a construção do seu modelo de ação-intervenção na realidade, pois, ele prevê a construção da capacidade do indivíduo pensar e criticar, pressupondo a análise de um fato, ou de uma realidade específica a partir dos três momentos específicos.

O momento do ver consiste em olhar para a realidade a ser analisada, que se configura como o próprio ambiente de inserção do observador, sua comunidade, seu bairro, escola, universidade, o que exige do observador a realização de um processo individual de revisão de vida, que ele olhe para suas ações perante tal realidade, da qual ele também é fruto, e, de acordo com Marcos Rufino, realize o “estranhamento” desta:

Como que parodiando a antropologia social contemporânea, o momento do ver deve permitir ao cristão realizar o estranhamento de seu próprio cotidiano, levando-o a exercitar uma sensibilidade que revele outras facetas de tudo aquilo que sempre lhe foi familiar (RUFINO, 2002:179).

Nesse sentido, de acordo com Marcos Rufino, realiza-se uma “experiência sensorial” na qual o observador, no lugar do afastamento, assume a postura de inserir-se na sua realidade, ampliando sua capacidade de sentir e perceber situações para as quais, até então, mantinha-se insensível. Sendo assim, é imprescindível para a realização deste processo que

o leigo pertença à realidade e fale com a autoridade de quem vive os processos observados. A inserção na realidade social a partir de um processo de estranhamento permite desnaturalizar e identificar os seus problemas.

O momento do “julgar” consiste em, a partir dos valores cristãos aprendidos e construídos no processo grupal, refletir sobre a realidade apreendida. De acordo com Marcos Rufino, dá-se assim a oportunidade do cristão reencontrar-se com sua crença, com os evangelhos e dogmas que orientam a sua vida religiosa, estabelecendo a possibilidade de uma ação consciente, que não se baseia em puro voluntarismo ou que é estimulada levando em consideração estritamente impulsos emocionais. A forma de ação valorizada, portanto, é decorrente de uma reflexão que possibilitaria uma ação "consciente" (RUFINO, 2002).

Outro aspecto significativo destacado por Rufino é o espaço que o leigo encontra, a partir deste método, para “julgar”. Algo que até então era uma prerrogativa única e exclusiva da instituição, a partir de sua estrutura hierárquica, passa a ser possível também aos leigos. Assim sendo, “a valorização dessa etapa do método *ver-julgar-agir* credita aos movimentos leigos cristãos uma tarefa que a Igreja sempre arrogou a si própria que é a de ser um juiz permanente” (RUFINO, 2002:180). Ou seja, nesta etapa o método pretende atribuir alguma autonomia ao leigo na ação evangelizadora, pois ele assume para si algo que até então era reservado a poucos dentro da instituição religiosa.

Por fim, o “agir” é momento de fazer algo perante a realidade analisada, para que esta seja, nos termos da pastoral, transformada e melhorada (MARTINS, 2000). Esse é o momento em que teoria e prática se encontrariam e o jovem teria, a partir de uma construção reflexiva e processual, condições de realizar ações diante da realidade na qual está inserido, estabelecendo-se como um agente de forma consciente por ter-se afastado o máximo possível de uma ação impulsiva e sem reflexão, aproximando-se de atitudes refletidas.

Dessa forma, tal método estrutura-se como processo de “formação na ação”, (MARTINS, 2000) no qual o jovem, ao cumprir as três etapas, realiza uma retomada de suas atitudes, reflete sobre elas e decide de que forma deve proceder a partir de então. Assim a repetição desse processo possibilita ao jovem um crescente desenvolvimento de sua consciência e conhecimento a respeito da sua realidade, do seu meio e da sociedade que o cerca.

O jovem se formaria a partir da repetição desses passos amparado em sua própria ação e reflexão sobre ela. Ou seja, o jovem na PJB que não reflete, questiona e pensa não se forma e não cresce como um cristão maduro, da mesma forma como aquele que não age. Sendo assim, na pastoral é imprescindível a relação entre ação e reflexão para a formação de

jovens “conscientes”, estabelecendo-se esta como uma das prerrogativas para a construção da sua autonomia.

No processo de assimilação do método pela PJB, este passou por algumas apropriações e adaptações ao seu contexto e fins que pretendiam ser atingidos. De acordo com o marco referencial da PJB (CNBB, 1999) foram agregados mais dois momentos: o “revisar”, que propõe a revisão do processo realizado para identificar o quanto foi possível avançar e o “celebrar”, relacionado ao momento de agradecer ao que foi vivenciado e a caminhada realizada até então. Sendo assim, é utilizado na PJB como método o “ver-julgar-agir-rever-celebrar”.

Dessa forma, pode-se dizer que o método “ver-julgar-agir” proporciona ao jovem uma formação voltada e adaptada a sua realidade, sendo a sua vida, seus problemas e experiências que geram o principal insumo para o processo, possibilitando maior capacidade de crítica em sua formação e levando a um tipo de ação reflexiva. A ação valorizada na PJB é aquela realizada de forma refletida.

Com base no método ver-julgar-agir, o leigo formado pela PJB se apresenta como um construto que, a partir de um conjunto de passos, seria conduzido à reflexão e à clareza sobre si, características que fazem parte da noção de indivíduo moderno. Ou seja, o resultado do método seria a formação de um “indivíduo” ciente das suas condições e possibilidades de construir a sua vida e a da coletividade da qual participa.

2.5.2 O grupo de base

A partir das orientações encontradas no Marco Referencial da PJB (CNBB, 1998), percebe-se que os grupos de jovens constituem a estrutura básica da Pastoral da Juventude do Brasil. Eles se organizam nos meios específicos a que pertencem (comunidades, paróquias, escolas), dando a PJ presença ideológica junto à sociedade e atuando na formação e preparação dos propagadores das ideias por ela defendidas. Em função disso os “grupos de base”, como são chamados os grupos de jovens da pastoral, são à base de sua organização, considerados centrais em sua proposta pedagógica, segundo os termos colocados pela CNBB.

O grupo de jovens é a experiência central da proposta pedagógica e evangelizadora da PJ do Brasil. O grupo de jovens é o conjunto de jovens que se reúnem, de um modo mais ou menos estável, na comunidade paroquial ou em outros ambientes, passando pelas várias

etapas, num processo de formação que os leva a um certo grau de discernimento e amadurecimento de sua vivência pessoal, grupal e comunitária (CNBB, 1998:32).

Assim sendo, de acordo com a concepção encontrada no Marco Referencial da PJB (1998), o grupo de jovens, mais do que o local do encontro, da diversão e da partilha, é o ambiente da formação, onde o participante, a cada encontro, reunião ou debate estabelecido no grupo e também nos momentos de oração, vai se formando como “sujeito crítico” da realidade, tanto eclesial, quanto social.

Esta formação recebida deveria constituir a “mola propulsora” de ações empreendidas em outros espaços. Desta maneira, o grupo de jovens seria o ambiente onde os sujeitos seriam “gestados”, e amadureceriam para pôr em prática no próprio grupo ou em outros espaços da sociedade as noções construídas coletivamente.

Nessa perspectiva é possível identificar na PJB o entendimento de que cada ser humano deve ser formado para refletir, tomar decisões, construir ideias e juízos de valor de forma independente, não necessitando da autorização daqueles que estão socialmente legitimados, como lideranças sociais (coordenador, diretor, padre, político), para tal. A concepção é a de que o jovem é alguém capaz de refletir criticamente sobre o mundo e decidir as suas ações.

Assim sendo, o jovem consciente, na concepção da Pastoral da Juventude do Brasil, é aquele que constrói opinião e age de maneira crítica, que reflete sobre a sua realidade, pensa a respeito de suas crenças e das orientações que recebe (inclusive da Igreja) e, a partir destas, toma as suas decisões. Ou seja, está em oposição à tutela, tutoramento enquanto obediência cega e a tomada de decisões obedecendo a preceitos previamente estabelecidos.

Nesse sentido, novamente a proposta formativa da PJB se aproxima da noção de indivíduo como colocada na modernidade, pois o resultado do processo seria um jovem crítico, reflexivo e com independência para pensar sobre si e sobre o coletivo. O que se apresenta é a preocupação de que o grupo de jovens contribua para o estabelecimento de um ser que, para além da obediência e do seguimento de ordens, esteja preparado para refletir e questionar, agindo de maneira mais autônoma em relação à estrutura social e eclesial.

Uma das preocupações na proposta pedagógica da PJB é de que não se formem grupos grandes, sendo esta uma das críticas da pastoral aos movimentos de encontro que utilizam, na maioria das vezes, a dinâmica dos grupões. Nestes, quanto mais jovens reunidos melhor (MARTINS, 2000).

Grandes grupos, de acordo com a proposta metodológica da pastoral, criariam entraves para que o jovem pudesse se manifestar, pois quanto maior o número reunido, menos possibilidades de manifestações individuais se criam e o anonimato ganharia espaço. Nesse sentido, a dinâmica dos grupões é oposta àquela valorizada pela Pastoral da Juventude, por dar ênfase à ritualidade, e não a um tipo de ação reflexiva. Ou seja, a dinâmica dos grupões não possibilita a formação de indivíduos, na maneira como a PJ concebe e valoriza.

Para a PJB o número ideal de participantes em um grupo é entre 10 e 15 jovens, pois, segundo eles, isso motiva a formação de novas lideranças, proporciona espaço de participação para todos e facilita que cada membro viva o seu processo individual de amadurecimento. Dificulta-se assim a criação de um vício recorrente nos grandes grupos, onde apenas alguns se destacam e assumem as funções de liderança, enquanto a maioria fica no anonimato, não possibilitando a concretização de um dos grandes objetivos do grupo, que é o jovem enquanto sujeito da ação (CNBB, 1998).

Ainda de acordo com o Marco referencial da PJB (CNBB, 1998), o grupo de jovens passa por etapas de crescimento e amadurecimento que essencialmente representam o aumento da autonomia do grupo perante as estruturas social e eclesial. É a capacidade que o grupo de jovens adquire de tomar decisões, assumir compromissos e posições como grupo, tendo consciência das exigências e consequências das decisões tomadas.

Estas etapas são caracterizadas como: a) nascimento e infância: semelhante ao nascimento de uma criança, que depende da mãe. Nessa fase o grupo é muito dependente do assessor, pois é o momento em que os jovens ainda não se conhecem, não têm intimidade e não sabem muito bem o que fazer; b) adolescência: é o momento da crise, no qual surgem os conflitos de autoridade, da busca de sentido para o grupo e do seu lugar na comunidade. Nessa fase, ou o grupo se desintegra, ou persevera e começa a formar a sua identidade coletiva; c) juventude: o grupo que conseguiu superar a crise da adolescência passa a esta fase na qual se destacam posturas de maior independência quanto ao assessor, assumem-se compromissos com mais seriedade e comprometimento com os demais serviços da comunidade (catequese, liturgia, animação de missas), bem como com setores da sociedade (ONGs, partidos políticos, movimento estudantil); d) idade adulta: nessa etapa o grupo constrói uma identidade coletiva, possui características próprias, trabalhos em conjunto e milita em outros ambientes, na organização de campanhas, manifestações e serviços à comunidade. Nesse momento o grupo pode ser considerado um grupo de “protagonistas” (CNBB, 1998).

Dessa maneira, a postura considerada autônoma, que somente pode ser atingida a partir de um processo reflexivo de tomada de “consciência”, acontece não apenas em relação ao indivíduo, mas se estende ao próprio grupo. O grupo sempre caminharia para a independência e a autonomia, chamada idade adulta, assim como o leigo caminha para o protagonismo, que tem a independência, a autonomia e a reflexividade como características centrais.

É nessa última fase que ocorre na maioria das vezes, a “morte do grupo”. Essa ideia relaciona-se a uma comparação com o relato bíblico da morte de Jesus, que ressuscita na Páscoa, considerada pelos cristãos uma “morte que gera a vida”. Ou seja, o fim do grupo também é considerado um momento fecundo, no qual, os jovens já formados devem partir para outros trabalhos, na própria PJ, em sua organização diocesana ou regional e assessorando novos grupos.

Por haver grande ênfase no comprometimento social, é a partir dessa etapa que, muitas vezes, os jovens aprofundam seus compromissos com os demais setores da sociedade, ONGs, sindicatos e partidos políticos (CNBB, 1998). Ou seja, seria um momento em que outros elementos do protagonismo seriam acionados, como a inserção em setores da sociedade civil, para além de movimentos religiosos.

Dessa forma, percebe-se que existe um referencial formativo para os grupos de jovens que prevê um caminho que o grupo deve trilhar, de construção daquilo que a PJB considera ser o protagonismo. Vemos, então, que as noções de “sujeito crítico” e o “protagonismo” surgem como eixos centrais em torno dos quais o movimento está estruturado e que consolidam uma postura de maior autonomia perante a Igreja e a sociedade.

Novamente duas características se destacam: a importância de um pensamento crítico sobre a realidade social e que cada membro seja individualmente capaz de alcançar essa forma de pensamento. Além disso, outro elemento se destaca: a centralidade da atuação desses jovens em seu meio. Esse seria o objetivo final, que cada jovem, em suas especificidades, a partir de uma reflexão sobre sua realidade, realizasse intervenções.

2.5.3 O jovem em seu processo grupal

É essencial para esse grupo, vinculado ideologicamente à teologia da libertação, que a participação do jovem não se resuma a prática de ir à missa ou participar do grupo, mas

que, além disso, ele opere como “agente transformador da sua realidade específica”, na escola, no bairro, no meio rural.

Nesse processo de construção do indivíduo no modelo da PJ é necessário que o jovem na sua particularidade realize um processo de formação e amadurecimento que deve se dar “em relação”, ou seja, ele ocorre a partir da convivência grupal e não pode ser realizado de forma deslocada do coletivo, é algo colaborativo, que depende da contribuição dos outros jovens.

Dessa forma, a Pastoral da Juventude do Brasil propõe um caminho formativo a ser percorrido pelos seus membros, que, em última instância, deve prepará-los para assumir uma postura crítica perante as estruturas da sociedade, dando-lhes condições de agir para transformá-las.

Embora seja amplamente valorizado o desenvolvimento de uma reflexão crítica por parte do jovem, ela somente tem valor se ocorrer a partir de um processo coletivo, a partir do envolvimento com o grupo de jovens. A reflexão crítica se daria na convivência com o “outro” e as ações a serem tomadas deveriam ser sempre voltadas para o coletivo.

A partir da revisão de documentos importantes para a história da PJB, como “Civilização do Amor: Tarefa e Esperança” (CELAN, 1997), constata-se que a valorização da pessoa se dá sob a perspectiva do “sujeito”, concebido como o membro capaz de refletir, de criticar e de agir, mas sempre dentro e a partir do grupo, estando esta ação voltada para o grupo ou para a sociedade.

Assim, quando tratam de sujeitos, referem-se a jovens críticos e questionadores, sempre atrelados ao grupo e comprometidos com questões sociais mais amplas, que ultrapassam os limites da vida particular. Esse jovem crítico, voltado para questões sociais, é concebido por oposição ao que é classificado como “individualismo moderno”, postura criticada nos documentos analisados.

É comum perceber nas produções da PJB uma crítica significativa à satisfação particular, sem comprometimento com ações positivas para melhorias na sociedade. É recorrente a utilização do termo “indivíduo” em sentido negativo, atrelado a questões por eles consideradas problemas da sociedade moderna, como o consumismo e a indiferença quanto às causas coletivas. Percebe-se assim, que a PJB visa formar grupos classificados como “sujeitos”, afastando-se da classificação de “indivíduos”.

Uma “pastoral de minoria” representada pelos grupos de base da Pastoral da Juventude do Brasil, nos quais a proposta é a da formação de “sujeitos críticos”, conscientes

da sua função no grupo, na Igreja e na sociedade seria a resposta apresentada para um modelo moderno de sociedade atomizada.

Nessa perspectiva a PJB propõe a formação de um modelo ideal de indivíduo crítico, reflexivo e acima de tudo, engajado coletivamente e preocupado com a causa do oprimido. Distanciando-se e inclusive criticando aspectos do que eles chamam de "individualismo moderno", com foco no bem estar individual, sem preocupações com o outro, especialmente o oprimido, o pobre, e também, no que tange a ausência da dimensão coletiva em sua ação.

Nesse sentido é apresentado no Marco referencial da PJB (CNBB, 1998) um caminho a ser percorrido pelo jovem em seu processo grupal. Assim como o grupo passa por algumas etapas de formação, o jovem que dele participa também realiza um processo de amadurecimento que contempla basicamente três etapas: a) nucleação - consiste nos momentos iniciais do grupo, quando ocorrem os primeiros encontros, é o momento do convite, quando o jovem começaria a descobrir como é bom viver em grupo; b) iniciação - quando ocorre o processo formativo "não formal" do indivíduo dentro do grupo e ele descobre as variadas motivações que o levam a viver de forma coletiva; c) por fim, a fase da militância - que ocorre quando o membro do grupo em sua fase madura passa a atuar em outros ambientes da sociedade e da Igreja, buscando colocar em prática os ensinamentos adquiridos no grupo.

É nessa última etapa que a formação ideológica recebida ao longo do processo de formação no grupo deve aflorar com maior intensidade e o jovem passa a falar, coordenar, organizar e liderar processos dentro do grupo, na Igreja e na sociedade. Assim, a maioria dos participantes passaria por um amadurecimento em que a sua capacidade de exercer o papel de liderança aumenta em consonância com a participação no grupo e com a evolução da sua formação, também coletiva, no movimento.

Outro aspecto significativo destas três etapas é que ao longo delas o jovem é sempre visto numa dimensão coletiva, ou seja, o jovem descobre o grupo, percebe que é bom viver em grupo e a, partir da formação que ele recebe neste grupo, passa a atuar em outros ambientes ou na própria Igreja, também em grupo. Este processo demonstra que, ao longo deste caminho formativo, extingue-se a noção do jovem como "indivíduo individualista". Ele permanece como parte do grupo, inserido numa dinâmica que é coletiva. É nesse sentido que a PJB trata do jovem como "sujeito" que é formado para ser capaz de coordenar e liderar processos grupais, inserido sempre numa dimensão na qual a satisfação particular deve ocorrer a partir do bem estar do outro.

2.5.4 A Formação Integral

A importância da formação coletiva aparece também quando observamos o tipo de formação estabelecido para o jovem na Pastoral da Juventude. É proposto que ela ocorra de forma “integral”, ou seja, que abarque todas as dimensões da vida do jovem, não sendo somente uma formação espiritual, voltada para a relação com o transcendente, mas que vá além, atingindo aspectos das relações com os demais membros do grupo, formação para a ação social e capacitação para o desempenho de funções dentro e fora da Igreja. Para isso são estabelecidas “dimensões”, ou seja, diferentes aspectos daquilo que comporia o indivíduo em sua completude.

As dimensões da formação integral, de acordo com o método proposto pela PJB em seu Marco Referencial (CNBB, 1998) são: a) relação consigo mesmo (personalização); b) relação com os outros (integração grupal e comunitária); c) relação com a sociedade (dimensão sociopolítica); d) relação com a ação (dimensão metodológica e de capacitação técnica); e) relação com Deus (dimensão mística e teológica). Nos próximos parágrafos serão aprofundadas as três primeiras dimensões, por contribuírem de maneira mais direta com o tema desta dissertação.

Quanto à primeira dimensão, que trata da relação do jovem consigo mesmo, “é especialmente importante sua capacidade de ser sujeito de seu próprio crescimento e de optar por valores e princípios que serão a base de sua existência” (CELAN, 1997:87). O que se apresenta é a intenção de que o jovem se forme na sua particularidade, desvende e construa os valores que irão lhe constituir como alguém único. Ou seja, o que se desvenda é a intenção de formar um jovem muito próximo da noção moderna de indivíduo que não herda, de maneira direta, mas constrói os referenciais sobre os quais irá fundamentar a sua vida. Além disso, a ideia de unicidade do indivíduo, também cara a ideologia moderna, está também presente no ideário de formação dos jovens na PJ.

Na segunda dimensão, a relação com o outro, o que é valorizado é a integração comunitária do jovem, que ele se insira na vida do grupo e estabeleça relações com a sua comunidade (eclesial, bairro, escola). O objetivo está posto na busca de que o jovem desenvolva “sua capacidade de trabalhar em equipe e de viver numa atitude de serviço que o faça crescer na responsabilidade por sua própria vida e pelas situações do grupo” (CELAN, 1997:88).

Assim, uma das primazias do indivíduo almejado pela PJB é estabelecida: alguém que, ciente da sua particularidade se insere na coletividade e atua em prol desta. Uma pessoa

que não se fecha em si, no seu universo particular, mas que se abre para a relação com o outro. Nesse sentido, chama-se a proposta de formação de um “indivíduo não individualista”, que incorpora elementos da noção moderna de indivíduo, mas que os combina com outros elementos centrais da tradição católica, como a valorização da interação grupal com outros membros do catolicismo.

Na relação com a sociedade é valorizada a formação do jovem para a cidadania e ação social a fim de mudar determinados aspectos da realidade social (CNBB, 1998). Esta dimensão está relacionada à formação do jovem para sua ação política. Ela atua como ampliação da relação com a comunidade, no sentido de expandir sua responsabilidade particular.

O que se busca é a formação do jovem para a cidadania, que ele se perceba enquanto cidadão e atue em processos mais amplos que visem a alteração de estruturas sociais consideradas injustas. Isso se daria principalmente pela ação política e pela participação em organismos de representação.

Vale destacar que a política não é vista especificamente como ação partidária, mas como toda e qualquer forma de participação na sociedade que esteja relacionada à construção da cidadania²⁶. Assim, participar de um movimento social, de uma manifestação pública, apoiar formas de mobilização para melhorias do bairro ou da escola são exemplos dessa atuação e expressam a preocupação da PJB de que seu método forme indivíduos participativos, atuantes na sociedade. Esse processo deve se dar não somente em espaços institucionais da política, mas em outras instâncias da vida social.

A formação integral é utilizada, então, para formar o jovem para a reflexão e ação. Essa atuação deve acontecer a partir do embasamento nos referenciais adquiridos a partir da sua participação no grupo de jovens, buscando, nos termos da PJB, transformar a estrutura social.

Assim, notamos que quase todos os pontos levantados na formação integral, exceto o primeiro, apontam para a importância do coletivo, seja ele classificado como grupo, sociedade ou atuação política.

²⁶ A interpretação clássica da palavra “cidadania” remete a luta e a conquista por direitos de “cidadão”. Estes são classicamente divididos em três: direitos sociais, civis e políticos (CARVALHO, 2013). No entanto, Suely Aparecida Martins (2000), em sua pesquisa realizada com jovens da PJ do estado do Paraná, identifica que, para a Pastoral da Juventude, a palavra “cidadania” remete a todo tipo de ação do jovem com vistas à construção de melhorias para a sociedade. Dessa forma, nas relações estabelecidas no dia-a-dia com os outros jovens, no ambiente familiar, na escola e nos demais espaços de convivência coletiva, a cidadania está sendo construída a partir de qualquer ação que vise melhorias coletivas e não somente o interesse individual.

É nesse sentido que, de acordo com Suely Aparecida Martins, se estrutura uma das principais críticas da PJB aos “movimento de encontro”, pois estes ficariam restritos à formação do jovem para a relação consigo mesmo, relação com os outros e com Deus, esquecendo-se da relação com a ação e com a sociedade, o que deixaria os jovens mais individualistas e menos comprometidos com causas sociais (MARTINS, 2000).

Assim, reforça-se a crítica da pastoral ao “individualismo moderno”, conforme já foi destacado no item anterior. Os movimentos de encontro não atuariam para romper com a noção de um indivíduo desconectado do coletivo. Além disso, na ausência de uma crítica social, o descomprometimento com o coletivo seria reforçado, pois o jovem que participa dos encontros não seria direcionado para formar pequenos grupos, não criaria vínculos e relações com outros jovens, não assumiria uma postura crítica e um compromisso para a intervenção nos problemas sociais. O jovem estaria livre para, após o encontro, desfazer os vínculos emocionais e afetivos nele estabelecidos. Ou seja, a ausência de vínculos duradouros entre os participantes, formulados preferencialmente de forma coletiva e que levassem a ação, essa também coletiva e voltada para os interesses da comunidade, grupo, sociedade, é classificada como “individualismo”, postura essa desvalorizada e deslegitimada pelos agentes da pastoral da Juventude.

É possível perceber que todas as dimensões da “formação integral” estão dispostas como “relação”, consigo, com ou outro, com Deus, com a ação e com a sociedade. Ou seja, não é um processo que ocorre de forma individual, mas sempre numa perspectiva relacional. O jovem, nessa concepção, deve sempre relacionar-se com alguém ou algo, não visando somente interesses particulares.

Percebe-se então que uma das preocupações na pastoral, a partir da “formação integral” é a de fazer com que o jovem estabeleça relações e vínculos duradouros, seja com outros jovens da pastoral, seja com a sociedade e seus problemas, reforçando, dessa maneira, os vínculos com a própria instituição católica.

2.5.5 O acompanhamento

No processo de formação dos grupos da PJB existem duas figuras que não são, na maioria das vezes, jovens. Trata-se aqui do “animador” e do “assessor” (CNBB, 1998). Os dois atuam diretamente na formação de novos jovens, garantindo que o processo de formação

dos novos militantes ocorra sem o risco de desvinculação das propostas ideológicas da pastoral.

O animador, na maioria das vezes, é um jovem que já passou pelo processo de formação no grupo de jovens e atingiu a militância, sendo considerado apto para contribuir com outros grupos. Suas principais funções são: dar dinamismo às reuniões do grupo, manter contato com os demais níveis da estrutura organizativa da PJ, proporcionar ao grupo novos desafios e experiências no trabalho comunitário.

O assessor, de acordo com o documento “Civilização do amor: tarefa e esperança” (CELAM, 1997), é alguém que passou pelas etapas de formação propostas pela pastoral e que tem clareza delas, assim sendo, tende a estar preparado para acompanhar outros jovens para que estes façam também este percurso formativo. Dentro da proposta da PJB, além de orientar o grupo nos momentos difíceis, o assessor deve estar sempre pronto para ouvir os jovens, para acompanhá-los sem assumir a posição de alguém que manda ou que fiscaliza. Deve estar disposto a acolher e valorizar as suas opiniões, proporcionando e não obstruindo o protagonismo do jovem.

No entanto, além disso, deve atuar evitando o risco de desvinculo ou distanciamento, por parte do grupo, da doutrina e da hierarquia eclesial, “é um cristão adulto chamado por Deus para exercer o ministério de acompanhar, **em nome da Igreja**, os processos de educação na fé dos jovens” (CELAM, 1997:118, grifos meus). Assim sendo, é perceptível a preocupação de atrelar à atuação do assessor as perspectivas eclesiais (“em nome da igreja”), indicando que suas movimentações devem seguir determinados limites que não extrapolem os parâmetros institucionais. Ou seja, a subordinação do assessor à estrutura eclesial é importante, sendo a partir dela que acontece o acompanhamento do processo formativo dos jovens, esta também, portanto, vinculada a estrutura eclesial.

O animador e o assessor são importantes personagens nos processos vivenciados pelos grupos de jovens. É sempre destacado nos materiais de formação e documentos da pastoral que suas funções são de acompanhar como facilitadores dos processos grupais, nunca atuando como aqueles que mandam ou coordenam os jovens. Para resguardar a possibilidade dos jovens decidirem pelo menos uma parcela dos processos grupais, a PJB ressalta que o coordenador do grupo é sempre um jovem participante e nunca um adulto (CNBB, 1998).

Aqui se nota o caráter dúbio do protagonismo na PJ. Há, por um lado, a necessidade do acompanhamento na formação, embora essa deva, nos termos presentes nos documentos da PJ, acontecer de maneira "autônoma". Na verdade, os documentos sobre a atuação dos

agentes formadores demonstram que não se sabe ao certo como conciliar a formação doutrinária com uma postulada valorização da autonomia, da consciência e da reflexividade do jovem. Não há uma medida clara de até onde os agentes "facilitadores" podem atuar e/ou intervir no processo formativo dos jovens e a partir de onde esta deva acontecer de maneira autônoma.

Deve-se destacar que a relação entre assessoria e a autonomia do jovem é bastante complexa e, até certo ponto, contraditória. O assessor tem a função de orientar os jovens quanto à metodologia e referencial ideológico da pastoral, bem como na relação com a hierarquia da Igreja, o que exige dele significativa formação e capacitação para fazê-lo. No entanto, isso contraria uma das principais prerrogativas da PJB: a de que os jovens devem conduzir os seus próprios processos.

Esta discussão sobre acompanhamento é bastante complexa e ao mesmo tempo importante para o tema desta dissertação, por isso será retomada com outros elementos no próximo capítulo. Por hora basta o conhecimento da existência deste personagem na proposta pedagógica da PJB e dos questionamentos que traz no seu papel a ser desempenhado.

Dessa maneira, ao longo deste capítulo foram apresentados alguns dos elementos que indicam o modelo de jovem que a Pastoral da Juventude do Brasil: consciente e autônomo. Esse processo ocorre a partir do comprometimento com o "oprimido", com os marginalizados do sistema econômico capitalista e com a intervenção na sociedade, agindo para transformá-la a partir dos referenciais ideológicos assumidos ao longo da atuação na pastoral.

Para tal, destacam-se a utilização de um método de formação e de ação que consiste no ver-julgar-agir; na formação de grupos de base onde o jovem adquire um conjunto de referências para assumir a postura de protagonista; no processo de amadurecimento do jovem a partir da relação que estabelece com o grupo, constituindo-se como "sujeito crítico"; nas dimensões da formação integral, que almejam formar o jovem para intervenção na realidade e prepará-lo para ser um cristão comprometido e atuante a partir da concepção da PJB; na presença do assessor que, embora possa existir questionamentos do seu papel quanto ao protagonismo do jovem, atua como um garantidor dos referenciais ideológicos da pastoral.

Assim percebe-se que a conscientização e a autonomia do jovem, na PJB, estão vinculadas a dimensão comunitária em oposição à noção de individualismo. Nessa

perspectiva o jovem se estabelece como sujeito a partir da relação com os outros jovens e do comprometimento com o coletivo.

3 O “protagonismo juvenil” na revista “PJ a caminho”

Após apresentar elementos da Pastoral da Juventude do Brasil que remetem a um ideal de jovem a ser formado, neste terceiro capítulo, a partir da análise das edições da revista “PJ a caminho”, será analisado o surgimento e apropriação do termo “protagonismo juvenil” pela pastoral. Esse percurso começa com um breve relato histórico do surgimento da publicação, sendo seguido das análises de três elementos cruciais para a atuação dos jovens na pastoral: a necessidade da formação, da assessoria e da ação.

Identifica-se nas revistas um conjunto de elementos pensados com o intuito de formar os membros da PJB para um determinado tipo de postura a ser adotada. O que se apresenta é a proposta de “construção” de um determinado modelo de indivíduo. Nesse sentido um conjunto de ações, amparadas principalmente na publicação de materiais, bem como em cursos de formação, seriam adotados para atingir o objetivo almejado.

Porém, a formação do jovem deveria ser acompanhada de perto pelo olhar vigilante dos assessores, que orientariam os passos a serem dados. A assessoria se revela como um trabalho essencial por ser garantidor da perpetuação dos preceitos ideológicos a serem seguidos, e, ao mesmo tempo, contraditório, dada a sua incompatibilidade com o ideal de autonomia do jovem, perseguido pela PJB.

Tal formação deveria resultar numa postura ativa do jovem perante o mundo, sendo este um dos seus principais objetivos. A perspectiva é que o jovem formado segundo os preceitos do movimento tenha um grau de entendimento suficiente para agir na Igreja e na sociedade. A postura ativa seria a comprovação prática da autonomia e criticidade construídas com o processo formativo.

Os três elementos citados são, a partir de meados da década de noventa, resumidos a partir de uma categoria: o protagonismo juvenil. Nesse capítulo serão reunidos alguns aspectos históricos e contextuais dessa categoria, recente no movimento, mas que explicita um tipo de ação por parte dos jovens, especialmente em termos de religião, considerada ideal no interior da pastoral.

O surgimento do termo no vocabulário corrente remete ao grego, estando relacionado à noção de “primeiro”, ou “principal”, “àquele que desempenha um papel de destaque”. É nesse sentido que também a pastoral o utiliza, remetendo ao jovem a condição de um agente com possibilidade de expressão perante a coletividade em que está inserido.

“A palavra protagonismo juvenil vem do grego. Proto significa o primeiro, o principal. Ago significa luta. Protagonista no grego significa o principal lutador de um torneio. O teatro se apropriou dessa palavra como o ator principal de uma trama. O protagonismo juvenil é um tipo de ação de intervenção no contexto social para responder a problemas reais onde o jovem é sempre o ator principal. Nessa concepção, educar é criar espaços reais para que os jovens possam empreender a construção do seu ser em termos pessoais e sociais”. (COSTA, 1999).

Portanto, o protagonismo se apresenta na perspectiva de uma “ação intervenção” do jovem em função da sua realidade e dos problemas por ele enfrentados. O protagonista seria alguém capaz de modificar o contexto no qual está inserido, não alguém que concorda e aceita as situações que vivencia, mas que as questiona e está disposto a modificá-las.

Nesse sentido, a emergência da pessoa como produtora da realidade social é um fator preponderante para pensar a possibilidade de o jovem ser o construtor desta realidade. O protagonismo se relaciona com a existência de indivíduos com clareza sobre si e sobre a realidade social, em condições de agir na sociedade, a fim de modificá-la. O que se apresenta é um ideal de pessoa capaz de construir o contexto social, invés de reproduzi-lo.

A Pastoral da Juventude do Brasil passou a utilizar o termo protagonismo na segunda metade da década de 1980, como sustenta Pe. Hilário Dick, em artigo publicado na revista de número 53. Dick fez uma reconstrução histórica da categoria “protagonismo juvenil” apontando que ela foi usada pela primeira vez, nos documentos da Igreja, no estudo n. 44 da CNBB, intitulado “Pastoral da Juventude no Brasil”. Nesse documento o “protagonismo” aparece no contexto de uma reflexão sobre assessoria.

Já na revista “PJ a caminho” a palavra “protagonismo” será utilizada pela primeira vez em 1989, na edição número 35, em um texto que também trata de assessoria. A partir de então, o termo passa a ser utilizado com maior frequência.

Quanto à revista “PJ a caminho”, esta nasceu regionalizada, mas em pouco tempo ganhou representatividade nacional. Nas suas 99 edições, aparecem relatos de experiências, reportagens e artigos formativos elaborados por jovens, assessores e demais membros da PJB. Por isso, ela se tornou um *locus* privilegiado de informações sobre os acontecimentos e processos da Pastoral ao longo de 25 anos. O que justifica a opção pela sua utilização como campo de observação nesta dissertação.

3.1 A revista “PJ a caminho”

A revista “PJ a caminho” foi criada no ano de 1981, tendo a sua primeira edição no mês de abril. Ela nasceu como uma iniciativa dos participantes do Curso de Assessores Jovens de número III - CAJO III. No princípio não contava com objetivos muito claros, era apenas um instrumento de comunicação entre os que haviam realizado o curso²⁷.

O CAJO era oferecido pelo Instituto de Pastoral da Juventude do Rio Grande do Sul (IPJ/RS). Este Instituto foi inaugurado em janeiro de 1980, com a proposta de ser uma estrutura de acompanhamento e formação para jovens. Foi também nesse período que a Pastoral da Juventude, em nível nacional, começou a se articular e a Igreja Católica, como instituição, passou a apoiar os investimentos em trabalhos com jovens articulados nacionalmente²⁸.

Ao longo da primeira década de existência, a revista “PJ a Caminho” foi um material bastante artesanal²⁹. Ela contava com artigos dos próprios participantes e com um conceito visual desuniforme, o que indica, possivelmente, que eram escritos em diferentes momentos e locais e posteriormente reunidos para a publicação. Constavam, nas primeiras edições, relatos das experiências vivenciadas pelos participantes do CAJO em suas realidades locais.³⁰ Eles se utilizavam da publicação como canal de diálogo e trocas de experiências.

Durante as 10 primeiras edições houve ainda trocas de nomenclatura. A primeira edição foi intitulada “renascendo”. Na segunda, o título mudou para “O povão”, com a justificativa³¹ de que, esse nome seria mais condizente com a simplicidade do povo que a produzia. A edição de número 9 foi apresentada como um informativo especial e, por fim, na edição número 10, mudou novamente, assumindo a denominação que continuaria até sua extinção, “PJ a Caminho”.

Quanto à frequência de publicação, nas primeiras edições ocorriam irregularidades, variando entre uma periodicidade trimestral e semestral. Ela assume uma periodicidade

²⁷ Esse caráter de troca de experiências permaneceu até a edição de número 9. A partir da edição de número 10, a revista ganha o formato de informativo, divulgando notícias do IPJ e da Pastoral.

²⁸ Por parte da Igreja isto foi um recomeço, pois, como foi possível perceber no capítulo 1, a Ação Católica possuía uma estrutura nacional de organização.

²⁹ Entende-se por artesanal algo feito sem muita sofisticação, padronização e tecnologia. No caso da revista, nesse período, havia utilização de escritos manuais aliados com datilografia com diferentes fontes e tamanhos.

³⁰ Os cursistas pertenciam a diferentes dioceses dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

³¹ Apresentada no texto de abertura da primeira página dessa edição.

efetivamente trimestral a partir da metade da década de 1980. Foram 25 anos de publicações, de abril de 1981 a novembro de 2005, somando, ao todo, 99 edições³².

Por ser publicada no estado do Rio Grande do Sul e pelo fato de ter sido um projeto consolidado a partir do CAJO, que tinha os seus cursistas predominantemente pertencentes à região Sul do Brasil, nos primeiros números o caráter regional dos fatos narrados é bastante acentuado. Esse caráter regional só desapareceu e deu espaço para publicações mais abrangente quanto ao formato, fatos e experiências relatadas na metade da década de 1980. Após essa data, a estrutura passou a ser condizente com as diferenças da nação e com a proposta de ser uma publicação nacional.

3.2 O primeiro elemento: A formação

Como observado no capítulo 2, a Pastoral da Juventude do Brasil, estabeleceu ao longo de sua história, um conjunto de pressupostos ideológicos que orientam e subsidiam suas opções pedagógicas. Estes foram substancialmente herdados da Ação Católica e passaram a guiar os processos de formação por ela adotados.

Nos processos de formação, nota-se a centralidade da concepção de que o jovem seja "sujeito crítico", um sujeito capaz de agir com clareza a respeito da sua ação e tendo liberdade sobre ela. Ou seja, o jovem deve saber o que faz e o porquê faz, tendo liberdade decisória a respeito de suas práticas.

Esse sujeito crítico precisa ser construído, formado, preparado para agir de forma reflexiva diante do mundo, tendo poder decisório sobre suas ações. A capacidade crítica e a autonomia não são concebidas como fruto da “vontade divina” ou algo que se daria de maneira espontânea, mas o resultado de uma formação racionalmente orientada e amparada em determinados pressupostos ideológicos e em práticas pedagógicas definidas.

Assim, nesse tópico, serão apresentados os principais elementos e objetivos do processo de formação na PJB presentes nas revistas “PJ a Caminho”. O esforço será no sentido de identificar como eles se estabelecem e quais aspectos são priorizados.

³² A partir da documentação coletada para a pesquisa, junto à biblioteca que pertencia ao IPJ e que, com o seu fechamento no ano de 2010, foi transferida para o Centro de Assistência Social La Salle de Canoas/RS, são 99 edições. Há, porém, uma lacuna entre as primeiras 10 publicações (da edição número 3 há um salto para a edição número 9). Sendo assim, contando as edições não acessadas, somam-se 99. Subtraindo-as, seriam 94 publicações ao todo.

3.2.1 A erudição e a análise da realidade como valores da formação

A preocupação com a formação permeia as revistas “PJ a caminho” ao longo de toda a sua história. São muitas as menções a cursos realizados, métodos adotados e aspectos que deveriam ser levados em consideração para os processos formativos na Pastoral da Juventude. Isto, provavelmente, tem influência do Instituto de Pastoral da Juventude, que passou a publicar a revista após o ano de 1982, e que tinha como um de seus grandes objetivos a formação.

O IPJ/RS se estabelece com o intuito de prestar um trabalho formativo aos jovens da Pastoral da Juventude, que não era meramente doutrinário e nem estritamente amparado na prática pastoral, possuindo caráter de pesquisa e de reflexão teórica. Nesse sentido ele era definido como, “um órgão de estudo e pesquisa, de formação e de assessoria de jovens” (PJ a caminho, 1982:18). A proposta era de um espaço destinado ao estudo e a pesquisa, no qual o conhecimento produzido não seria amparado especificamente na fé, mas num processo mais amplo de reflexão e análise. A partir deste pressuposto é que se daria a formação e a assessoria prestada aos jovens.

A própria denominação “instituto³³” remete a um local no qual o estudo e a pesquisa ocupam espaço privilegiado. Nesse sentido, as revistas demonstram, a partir de seus conteúdos, bem como da divulgação de atividades realizadas pelo IPJ/RS, que ele era um ambiente em que especialistas dedicavam-se a pesquisar, produzir material e formar novos agentes para a PJB.

Analisando o conteúdo das revistas, é possível comprovar a presença de um grau de erudição na formação promovida pelo IPJ/RS. Em suas primeiras edições, a revista “PJ a caminho” era essencialmente informativa. Com o passar dos anos, foi ganhando expressivo volume de conteúdo analítico a respeito de diversas questões do interesse da PJB³⁴. Se na década de 1980, textos dedicados à formação ocupavam em média 15 páginas de uma revista contendo ao todo 30, na década seguinte eles chegavam a ocupar 60 de uma revista com 70 páginas.

³³ De acordo com o dicionário on-line Michaelis, “instituto” significa: “1 Coisa instituída. 2 Regulamentação. 3 Norma, regime, regra. 4 Desígnio, intento. 5 Constituição de uma ordem religiosa. 6 Corporação literária, científica ou artística. 7 Título de alguns estabelecimentos de instrução.” (MICHELIS)

³⁴ Considera-se aqui como conteúdo analítico todo aquele destinado a discorrer a respeito de um tema em específico, por exemplo, assessoria, grupo de jovens, educação, política. Deve-se considerar que o conteúdo informativo também era, na maioria das vezes, permeado por reflexões, o que dava a ele caráter um formativo. No entanto, por ter como objetivo principal a divulgação de algo, é aqui considerado como informativo e não formativo.

A perspectiva formativa do instituto é também percebida a partir de publicações da ‘revista amparadas em pesquisas realizadas com uma base de dados quantitativos ou qualitativos. Por exemplo, a revista número 67, de março de 1997, foi numa edição especial que divulgou números e análises a respeito dos jovens do RS. Ela teve por título “O imaginário do jovem do Rio Grande do Sul” e centrou-se em seis grandes áreas: política, social, econômica, religiosa, cultural e psico-afetiva. Ao todo foram 1144 questionários respondidos por jovens de diferentes regiões do estado, participantes ou não, dos grupos de jovens.

Isso demonstra que as análises apresentadas nestas diferentes áreas estavam amparadas em dados coletados e possuíam uma base empírica, pressupostos da produção científica. Isso não significa dizer que era objetivo da revista fazer ciência, mas sim, que o IPJ, ao publicá-la, amparava-se, também, em princípios científicos.

Além disso, de maneira recorrente, contribuíam para as publicações de “PJ a caminho” pessoas especializadas em diferentes assuntos e que não possuíam vínculo (explícito) com a PJB. Por exemplo, a edição número 83, de março de 2001, contou com a contribuição do sociólogo Rudá Ricci que, na época, era doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas/SP.

Outro exemplo é o artigo intitulado “Marcas na subjetivação adolescente no Brasil: um recorte de três décadas” publicado pela doutora em Psicologia Clínica Carmem S. de Oliveira, na edição número 87. Assim, demonstra-se a preocupação do instituto em publicar um material que não era composto somente pela produção de militantes, mas que em paralelo a estas, apresentava a leitura crítica de pessoas especializadas em diferentes assuntos.

O três aspectos observados na revista “PJ a caminho” – extensão dos textos de análise, presença de dados quantitativos e qualitativos e contribuições de especialistas – demonstram a preocupação do instituto em oferecer uma formação com elementos de cunho científico aos jovens. Sendo assim, o caráter formativo da PJ não estaria calcado exclusivamente em elementos doutrinários e/ou teológicos, mas se abriria para características da "realidade" desse jovem, utilizando-se, para isso, de um *modus operandi* científico.

“PJ a caminho” consistia em apenas um dos instrumentos de formação utilizados pelo IPJ, pois, além dela, existiam outras publicações, como audiovisuais, livros e subsídios em geral. Estes materiais eram produzidos com vistas a dar apoio e formação aos agentes da Pastoral da Juventude.

Os cursos promovidos pela PJ compunham parte importante da formação no movimento. Como já mencionado, o Curso de Assessores Jovens era o mais antigo promovido pelo instituto. No entanto, para além deste, ocorriam outras formações nos finais de semana, seminários, congressos, assembleias e retiros. Existia até mesmo um curso de extensão universitária destinado a assessores e certificado pela PUC/RS, que posteriormente tornou-se uma pós-graduação lato sensu.

A respeito deste curso merece destaque o convite apresentado na edição número 41 da revista.

Curso Superior de Capacitação de Assessores da PJ:

É um curso de assessores da PJ reconhecido pela PUC-RS como extensão universitária, com inscrições até 31 de setembro de 1990, para leigos (as), religiosos (as) e padres comprometidos como assessores da PJ, que tenham 25 anos de idade, segundo grau completo, prática de reflexão e experiência de 2 anos de assessoria.

Será realizado no Instituto de Pastoral de Juventude, em Porto Alegre, de 11 de março a 5 de julho de 1991, com 4 temas: sociologia e política; juventude; teologia; metodologia da PJ.

É exigido referendo da Coordenação da Pastoral Diocesana e formulário de inscrição, que pode ser solicitado [...] remetido ao IPJ [...] que informará sobre a admissão, enviando correspondência (PJ a caminho, 1990, n. 41, p. 37).

Alguns aspectos explicitados neste convite exprimem a que se propõe o curso e demonstram a perspectiva da formação que era oferecida pelo IPJ. Primeiramente merece destaque a importância dada para uma formação com reconhecimento acadêmico, pois, ele estava sob a chancela da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Tal fato demonstra que a proposta era oferecer uma capacitação embasada em conhecimentos científicos e teológicos e a importância da dimensão reflexiva ganhava destaque.

É importante frisar a duração do curso, pois demonstra a preocupação do Instituto em propiciar um tempo considerável dedicado à formação. Ao todo se somavam aproximadamente quatro meses de estudos intensivos e concentrados no IPJ. A proposta era de aprofundamento nas temáticas abordadas, fugindo à superficialidade que tende a marcar os cursos intensivos.

Nesse mesmo sentido estão os conteúdos trabalhados: “sociologia e política, juventude, teologia e metodologia da PJ”. Temas amplos, sobre os quais existe considerável produção acadêmica e que, com exceção do último, não estão diretamente vinculados às ações dos grupos. A proposta era de uma formação ampla que ultrapassava largamente o limite das questões estritamente religiosas da Igreja Católica e ia além, instrumentalizando o jovem para entender e agir na sociedade.

No entanto, apesar da valorização da dimensão acadêmica, o contato dos participantes com as práticas dos grupos também era central, exigindo-se experiência e comprometimento dos participantes na prática de assessoria, com pelo menos, dois anos na função. Ou seja, os participantes, leigos ou não, deveriam estar inseridos na Pastoral da Juventude, no dia-a-dia da vida dos grupos de jovens.

Assim o IPJ/RS expressa um dos aspectos significativos da formação na Pastoral da Juventude do Brasil: a realização de um processo ligado à prática dos grupos de jovens, mas que para além desta, tenha as suas bases ancoradas na reflexão teórica e no diálogo com a produção especializada do conhecimento em diferentes áreas. Dessa forma o Instituto poderia ser considerado um espaço de formação a partir dos pressupostos ideológicos adotados pela PJB, que articulava a realidade dos grupos de jovens com a discussão teórica especializada em diferentes assuntos.

3.2.2 Elementos ideológicos e metodológicos da formação

A formação na Pastoral da Juventude do Brasil não se dá de maneira desinteressada. Pelo contrário: possui pressupostos claros e atende a prerrogativas construídas historicamente, sendo muitas delas herdadas da Ação Católica. Nesse tópico serão apresentados alguns elementos desta formação que são estabelecidos a partir das opções ideológicas da PJB.

Constata-se que o jovem deve se estabelecer enquanto sujeito, a partir de um conjunto de elementos que recebe e que o amparam em suas práticas de coordenação e liderança. No relato do “primeiro congresso Latino-Americano de jovens - Cochabamba”, Bolívia, ao tratar dos 10 compromissos de Cochabamba, há a seguinte afirmação:

Promover e impulsionar processos de formação integral, crítica e libertadora a partir da realidade histórica e cultural do jovem latino-americano, para que, integrando fé e vida, seja protagonista da transformação da Igreja e da sociedade, construtor da civilização do amor (PJ a caminho, 1992, n. 47, p. 23).

O compromisso assumido está relacionado ao impulsionamento da “formação integral, crítica e libertadora”. Esses elementos são entendidos como necessários para subsidiar e capacitar o jovem. Assim, o jovem é formado na PJB a partir de parâmetros ideológicos predeterminados, num processo consciente e com pressupostos claros.

A criticidade se destaca como importante elemento da formação, a criação de consciência crítica sobre o contexto social e eclesial é apresentado como um dos principais aspectos cultivados nos membros da pastoral. A proposta não é de uma formação que almeja neutralidade, mas a capacidade de lançar um olhar crítico sobre as situações vivenciadas pelo jovem.

O que se destaca é o ideal de um jovem crítico e incomodado com circunstâncias por eles consideradas injustas. A crítica se apresenta em oposição ao conformismo, estabelecendo-se como incentivo à reflexão que busca encontrar lacunas e falhas nas estruturas sociais. Ou seja, o elemento central da formação seria a possibilidade do jovem se estabelecer enquanto indivíduo com uma opinião formada quanto ao sistema do qual faz parte.

Outro aspecto destacado é a formação libertadora, processo que não deve se dar no sentido da transmissão de códigos e de preceitos, mas levar àquele que está sendo formado a refletir sobre si e sobre o contexto no qual está inserido. É uma formação que valoriza o questionamento e que deve levar o jovem a encontrar as respostas das suas inquietações se reconhecendo enquanto “sujeito” capaz de fazer escolhas e conduzir a sua vida.

Nesse sentido merece destaque o relato do “segundo encontro do grupo de trabalho latino-americano de secundaristas”, na revista de número 55, que afirma a pedagogia como um “processo participativo de formação” que deve levar os jovens a serem “protagonistas em seu meio e na sociedade”. Aqui se apresenta um elemento metodológico que possibilita a concretização da escolha pela formação libertadora como um processo em que todos devem contribuir.

Opõem-se a uma formação em que somente uma pessoa é legitimada como detentora do conhecimento, tendo a prerrogativa de transmiti-lo. A concepção é a de que todos possuem diferentes saberes, estando assim habilitados a contribuir com o crescimento dos demais jovens.

Como foi possível perceber no capítulo 2, a PJB apropriou-se de um conjunto de pressupostos da matriz teórica de Paulo Freire para estruturar os seus métodos formativos e definir suas opções pedagógicas. Consolidando-se a noção de formação libertadora em diálogo com as ideias deste educador.

Paulo Freire, na sua reconhecida obra “Pedagogia do Oprimido” formulou a seguinte concepção: “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (FREIRE, 1987:29). Nessa perspectiva, o processo formativo se estabelece numa prática que deve libertar o oprimido, ou seja, dar a possibilidade de tomada de decisão

e da construção de opinião àqueles que se encontram numa situação de vulnerabilidade diante da estrutura social considerada opressora.

A libertação se consolida no grande ideal da formação, o objetivo final a ser atingido: a possibilidade de que as pessoas envolvidas no processo tenham adquirido um determinado grau de consciência sobre si e sobre a sua condição social, reconhecendo-se enquanto sujeitos de suas vidas.

Na concepção de Paulo Freire, tal ideal só seria atingido a partir de uma prática pedagógica que incorporasse a importância de cada um dos elementos de uma coletividade na formação de todos os membros. Um processo colaborativo no qual cada um teria uma contribuição a ser dada para o todo do grupo e para cada um individualmente. Esta seria a perspectiva de um processo de libertação em comunhão, com a contribuição e o envolvimento de todos.

Embora exista a preocupação de estabelecer um processo de construção coletiva, a formação na PJB possui um ponto de partida, uma “âncora firme” que não permite a perda do sentido das reflexões e discussões realizadas. Nesse sentido, é apresentada a “revisão de vida” como grande norteador do percurso. De acordo com o Marco Referencial da Pastoral da Juventude Estudantil,

a revisão de vida é um diagnóstico que se faz, em grupo, sobre a vida. Caracteriza-se por: buscar o sentido crítico das coisas, ser um esquema de reflexão e educação, uma exigência de ação e compromisso, uma vivência comunitária, um chamado a conversão e, também, uma vivência solidificada da opção pelos pobres. (PJE, p. 98).

Dessa forma, a “revisão de vida” não se dá de forma individual, mas é realizada em grupo. É na vivência grupal que o diagnóstico deve ser feito e que as ações a serem tomadas, com vistas à transformação do meio, são definidas. A partir deste processo eles consideram realizar uma análise crítica da realidade, que leva à conversão, ao compromisso comunitário e à opção pelos pobres.

É importante destacar que esta “revisão de vida” não pode estar restrita ao universo particular. Sendo concebida numa dimensão coletiva, mesmo que seja realizada apenas por um jovem, este tem de levar em consideração a realidade na qual está inserido e os demais membros do grupo a que pertence. De nada adianta, para a PJB, uma revisão realizada de maneira individualista e despreocupada com os aspectos grupais da vivência coletiva.

Nesse caso, reafirma-se a utilização do “ver-julgar-agir”, pois ele se configura no método privilegiado para a concretização da revisão de vida. Como foi possível perceber no

capítulo 2, este método, se aplicado nos termos em que é proposto pela Pastoral, deve ter como um de seus resultados a tomada de consciência do jovem sobre a realidade na qual está inserido, processo que passa pela revisão das ações adotadas pelo próprio jovem.

Assim, uma pedagogia libertadora pressupõe a participação que deve levar o jovem a ser protagonista do seu próprio processo formativo, tendo como base a “revisão de vida” e a utilização do método “ver-julgar-agir”. Nessa perspectiva, ninguém, por mais especializado que seja, está outorgado a estabelecer um discurso inquestionável e legitimado como verdade, pois o conhecimento deve ser construído coletivamente a partir das experiências dos jovens e de suas constantes revisões.

A formação “crítica” e “libertadora” se estabelece, portanto, como o grande ideal da PJB, que aliado a um processo “participativo de educação” que tem por método a “revisão de vida”, constitui os elementos ideológicos essenciais para a formação do jovem. A partir destes pressupostos, concretizar-se-ia o objetivo de preparar um sujeito crítico, considerado consciente e suficientemente capacitado para transformar a realidade social e eclesial, constituindo os quadros da PJB.

3.2.3 O conteúdo da formação

Por ser interessada e ter como objetivo formar o jovem para a atuação social, a formação na PJB é dotada de conteúdo específico. Alguns elementos do repertório formativo da pastoral serão apresentados neste tópico, enfatizando aspectos relacionados à política e a participação.

Como herdeira de muitas práticas e referenciais ideológicos da Ação Católica, um elemento da formação valorizado pela PJB é a transformação. O jovem deveria ser capacitado para transformar o meio em que estava inserido. Este aspecto fica claro já na primeira edição da revista “PJ a caminho”.

Contando exclusivamente com relatos dos “cajistas”³⁵, em sua edição de estreia a revista oferece informações sobre o que estava ocorrendo na diocese de Rio Grande/RS e sobre um curso intitulado “Escola de Treinamento de Agentes de Pastoral de Jovens”. É importante observar a utilização do termo “agente”, pois indica que o receptor do curso deveria ser alguém que agia, ou que passaria a agir após o curso. Observa-se, assim, que já

³⁵ Expressão utilizada por eles para identificar aqueles que haviam participado do Curso de Assessores Jovens.

na definição do curso é estabelecido um conjunto de expectativas quanto à atuação daqueles que dele participariam.

Além disso, o objetivo do curso é definido como: “formar agentes para uma pastoral de transformação, visando pequenos grupos no meio em que atuam” (Renascendo, 1981). Novamente percebe-se que elementos significativos da matriz ideológica da PJB estão presentes no curso, destacando-se três aspectos essenciais.

O primeiro deles é a proposta de “formar agentes para uma pastoral de transformação”. Ou seja, a preocupação era formar pessoas para um trabalho capaz de influenciar a realidade, com condições de modificá-la. Esta característica demonstra que já havia, nesse momento histórico, clareza quanto ao objetivo do processo formativo proposto na PJB e que se consolidou, efetivamente, nos anos posteriores: a intervenção na realidade.

Essa proposta de transformação visava pequenos grupos e aqui está o segundo aspecto. Percebe-se, assim, que o método de atuação a partir de pequenas células espalhadas pela sociedade, que se configura como uma herança da Ação Católica, já era uma opção neste período (início da década de 1980). O agente formado deveria ser capacitado para atuar em grupo, para trabalhar coletivamente nesta “pastoral de transformação” que estava sendo proposta.

O terceiro aspecto é a atuação no meio de origem, outra herança dos movimentos de Ação Católica. O jovem, formado pela PJB, deveria estar capacitado para uma pastoral de transformação no seu meio, seja este a escola, o bairro, o meio rural ou a igreja.

Assim, são expressos três elementos que denotam a centralidade da transformação no processo formativo conduzido pela PJB: o jovem como agente para a transformação; o jovem inserido em um grupo de base; e, ainda, a transformação em sua dimensão micro, a mudança direcionada ao meio social em que o jovem estaria inserido, uma vez que este espaço seria privilegiado para dedicar a sua ação transformadora.

É buscando incentivar a participação e o anseio por transformação que em muitas circunstâncias aparecem nas revistas alguns textos intitulados “reflexões”. Elas são apresentadas em forma de orações que procuram levar o jovem a repensar sua vida pessoal, sua relação com Deus e a própria sociedade. Com esse objetivo, ao final da maioria das revistas, há salmos, letras de música e poemas que fazem o seu fechamento. As “reflexões” traziam sempre ideias e propostas defendidas pela PJB, com forte apelo para o comprometimento e o envolvimento do jovem nas realidades concebidas como injustas a partir da formação recebida na pastoral.

Assim, para dar sentido às orações e leituras bíblicas, eram realizadas releituras e reinterpretções de alguns instrumentos que, tradicionalmente, orientavam a vida religiosa dos católicos. Para exemplificar será apresentada uma releitura do texto bíblico “o sermão da montanha³⁶” que foi publicada no final da revista número 24, sob o título de “Sermão da montanha nos dias de hoje”.

Felizes os pobres que não se vendem no tempo das eleições, porque terão a consciência limpa!
Felizes os pobres que se reúnem em comunidades, porque viverão sempre unidos!
Felizes os trabalhadores que se organizam, porque vão conquistar a terra!
Felizes os jovens que se unem, porque não serão enganados pela sociedade! (PJ a caminho, 1986:20)

Nota-se na releitura criativa do “sermão da montanha” algumas opções da PJB, pois é dada grande ênfase à união e a conscientização para as lutas sociais e para os processos políticos. Assim, a felicidade repousaria sobre os pobres, que não se deixam levar pela compra de votos e que estão politicamente conscientizados; os pobres que se reúnem em comunidade, que valorizam a convivência e a união; os trabalhadores organizados, remetendo a importância do envolvimento na causa e na luta de seus pares; e os jovens que se reúnem em grupo, fortalecendo a importância da vivência grupal defendida pela PJB.

Nesse caso, a oração adota um caráter formativo, porque leva o jovem a refletir e a se questionar a partir dos ideais elaborados pela PJB. É assim que se reforça a importância do coletivo, da opção pelos pobres e da conscientização política. Nessa releitura do evangelho, os “bem aventurados”, os que conquistam a felicidade, são aqueles que compartilham das práticas e opções defendidas pela Pastoral.

Apresenta-se uma espécie de exortação que remete a um conjunto de práticas que deveriam ser adotadas com vistas à transformação da sociedade. Seria a partir destas ações que o jovem estaria atuando em prol da mudança de práticas sociais estabelecidas e das estruturas consideradas injustas em que está inserido.

Um espaço privilegiado para tal ação seria a política. Há um conjunto de elementos que apontam para necessidade da formação dos jovens nessa área, visando proporcionar aos jovens uma formação para atuação nas estruturas democráticas representativas. Há, por exemplo, análises de conjuntura política realizadas pelos membros do instituto, análises sobre fatos que se tornaram notícia no território brasileiro, transcrição de leis ou estatutos, bem como sugestões de reuniões para grupos de jovens sobre questões políticas.

³⁶ Texto bíblico que se encontra no evangelho de Mateus, capítulo 5 e versículos de 1 a 12.

Merece destaque uma sugestão de reunião de grupo apresentada na revista “PJ a caminho” de número 21 para tratar do tema política. Nessa sugestão são apresentados três jovens hipotéticos, com diferentes falas a respeito do tema. Para exemplificar será transcrita a primeira fala de cada um deles: 1) “Eu não me meto em política”; 2) “Só os políticos devem se meter em política” 3) “Todas as pessoas e organizações são responsáveis pela política” (PJ a caminho, 1985:17).

É possível perceber que enquanto os dois primeiros jovens tratam da política com rejeição e distanciamento, o jovem número três trata como participação e envolvimento coletivo. Ao todo são apresentadas 10 falas para cada um deles, que não serão aqui transcritas pelo fato dos hipotéticos jovens manterem a mesma postura em todas elas. Após, é proposto que um debate seja realizado no grupo, a respeito das ideias defendidas pelos autores das falas.

Essa atividade proposta demonstra a preocupação em levar o jovem a pensar a respeito da sua participação na política e a questionar os seus pressupostos. Nota-se, então, a preocupação em se formar o jovem a partir de dinâmicas que favoreceriam o auto questionamento, direcionando-o a adotar posturas participativas frente à política. Esse é um parâmetro central da Pastoral da Juventude: a participação política do jovem.

Estabelecendo uma relação entre política e cidadania na PJB, Suely Aparecida Martins destaca que a política deve ultrapassar a esfera do poder no Estado,

[...] efetivando-se como compromisso social, quer dizer que exercer a cidadania significa também comprometer-se com as questões mais urgentes de nossa sociedade (pobreza, fome, violência, criminalidade, marginalização). Dessa maneira, é através da cidadania e da participação política que o cristão exerce a caridade cristã (MARTINS, 2000:97).

De acordo com a autora, a política para a PJ diz respeito ao comprometimento diário do jovem em diferentes aspectos e momentos da sua vida em seu dia-a-dia. É algo que está para além das disputas por cargos de poder na estrutura do Estado. Assim, a política remete à participação e envolvimento nas diferentes realidades que necessitam ser transformadas com base nas concepções e nos modelos adquiridos nos processos vivenciados na pastoral.

A política está relacionada à participação e ao envolvimento do jovem com vistas à melhoria de diferentes aspectos do ambiente no qual está inserido (família, escola, trabalho, partido). O mais valorizado é a reflexão e a crítica sobre a sua realidade específica (bairro, comunidade), bem como o esforço para a transformação desta com base em modelos estabelecidos na PJB.

Assim a preocupação da pastoral está relacionada a formar um jovem “participativo”, envolvido nos processos políticos. Exemplo importante disso é que nos números posteriores da revista, aparecerão muitos textos de esclarecimento e convocação, para a participação dos grupos no processo constituinte que deu origem à constituição brasileira de 1988. Demonstrando que muito mais do que ter força para alterar a relação de poder, o que interessava era o envolvimento do jovem na preparação e na discussão que deu origem à Carta Magna.

Identifica-se, na formação política oferecida pela PJB, que para além de uma leitura da realidade e da adoção de ideais compartilhados por diferentes movimentos de esquerda, existe uma espécie de “*ethos* participativo”. Junto com o fornecimento de parâmetros ideológicos está a preocupação com a “participação” política, o envolver-se na política. Ou seja, é na adoção de posturas contrárias a indiferença perante a realidade que repousa o principal interesse da formação oferecida na pastoral.

Assim, a PJB se configura como uma organização da Igreja que busca oferecer aos seus membros uma formação que é conduzida a partir de referenciais vinculados a concepções chamadas “progressistas” dentro do catolicismo. Demais pastorais sociais, Comunidades Eclesiais de Base e demais grupos amparados na Teologia da Libertação compõem junto com a PJB esta linha da Igreja Católica que têm em comum a aposta nos processos grupais e na participação social para a construção de outro modelo de sociedade.

Esta preparação tem como objetivo o envolvimento do jovem em processos de participação nas mais distintas instâncias sua realidade. Voltaremos ainda à importância central da participação e intervenção social na Pastoral da Juventude no item 3.4.

3.2.4 As trocas com movimentos e agentes externos

A PJB ao longo da sua história foi estabelecendo relações com diferentes movimentos e organizações da sociedade, vinculadas à Igreja ou não. A partir do contato com outras pastorais e movimentos sociais foram estabelecidas trocas em diferentes níveis, essas, propiciaram à PJB consolidar algumas opções ideológicas que passaram a embasar o estilo de formação.

Na revista “PJ a caminho” de número 3, o relato de um jovem da Diocese de Frederico Westphalen/RS expressa claramente as trocas entre os membros da PJB e dos movimentos sociais nos processos de formação.

Em agosto de 81 o Ir. Cláudio e eu estivemos na Venezuela, mais precisamente em San Antonio de los Altos onde se situa a sede da CLAT – Confederação Latino Americana de Trabalhadores. Fomos convidados pela FCL – Federação Camponesa Latino Americana que é filiada a CLAT. Participamos de um seminário sobre assalariado rural e posteriormente de um congresso da FCL (O Povão, 1982:5).

São identificadas nesse relato articulações entre os jovens que estavam participando dos primeiros trabalhos e liderando os processos da pastoral com organizações de trabalhadores rurais em nível continental. A formação dos jovens se caracteriza como um processo que recebe contribuições e estabelece trocas para além dos limites e dos meios oferecidos pela instituição, estabelecendo relações com outros agentes sociais.

Quando trata do conteúdo da formação que recebeu, o autor faz o seguinte relato:

A CLAT se inspira em valores humanistas cristãos e quer que a América Latina seja uma grande nação e que pertença aos latino americanos. Nós é que devemos decidir sobre qual deve ser nosso destino. Os trabalhadores precisam estar organizados a nível de continente para que seja possível surgir a nova sociedade. Porém o bloco capitalista comandado pelos norte americanos e o bloco comunista comandado pela Rússia pensam diferente e querem mesmo que isto custe a vida dos países pobres (O Povão, 1982:5).

É possível observar, a partir deste relato, um conjunto de relações entre movimentos sociais e religiosos. A “CLAT”, organização citada no relato, “inspirava-se em valores humanistas cristãos³⁷”, ou seja, a própria organização dos trabalhadores trazia em si a perspectiva cristã, o que demonstra que os movimentos sociais contribuía para a formação ideológica das organizações religiosas e essas, por sua vez, também influenciavam os movimentos sociais.

Outro elemento presente refere-se ao sentimento de pertença à América-Latina que permeava diferentes organizações sociais. A defesa da aproximação dos diferentes povos e nações do continente era uma proposta que estava presente nas CEBs, Pastoral da Juventude, movimentos sociais e também em alguns intelectuais³⁸. O sentimento que permeava estes diferentes grupos era o de que a América-Latina teria sido historicamente um continente

³⁷ De acordo com Jacques Vigneron (2001) o “humanismo cristão” é uma corrente de pensamento que influenciou fortemente a Igreja Católica nos séculos XIX e XX. Ela propõe a defesa da dignidade humana a partir do argumento de que todo o ser humano é “filho de Deus”, sendo, assim, “naturalmente” merecedor de uma vida digna. É importante destacar que esta corrente de pensamento influenciou em grande parte o pensamento social da Igreja, impactando no Brasil em movimentos como a Ação Católica e as pastorais sociais.

³⁸ Como exemplo de intelectual brasileiro, pode-se citar Darcy Ribeiro (2006), que, na conclusão do livro “O povo brasileiro” conclama as nações latino-americanas para união em oposição aos países desenvolvidos.

saqueado e explorado por países desenvolvidos³⁹ que não teriam permitido um desenvolvimento cultural e econômico autônomo dos países latino-americanos. Assim, a proposta que defendiam estes grupos foi expressa pelo autor do relato como a construção de uma nova sociedade, amparada num desenvolvimento econômico e cultural autônomo dos países latino-americanos.

Dessa forma, é possível perceber que havia um conjunto de pressupostos interpretativos da realidade social e econômica, não só do Brasil, mas de outros países da América-Latina, que eram compartilhados por diferentes movimentos sociais e religiosos. Esse compartilhamento era decorrente, em grande medida, das trocas estabelecidas entre os movimentos vinculados à Igreja Católica, especialmente aqueles chamados "progressistas", e movimentos sociais do período. Essas trocas eram percebidas tanto pela presença de ideias comuns entre os movimentos e as pastorais, como também pela circulação dos agentes. Agentes formadores e integrantes das pastorais participavam de eventos, entravam em contato com ideias e concepções presentes em movimentos externos à Igreja Católica, como veremos mais adiante. A PJB, que estava sendo concebida como uma organização de jovens da Igreja, nesse momento, recebe contribuições diretas e também contribui com a formação deste pensamento.

Assim, os parâmetros ideológicos que norteiam os processos de formação na PJB receberam influências do contexto social, de atores e movimentos externos à Igreja Católica, dando a ela um conjunto de instrumentos para a interpretação da realidade social e política.

3.2.5 A autonomia coletivamente construída

Ainda no que se refere à formação, merece ser retomada a importância do grupo de jovens nesse processo. Este tema já foi abordado no capítulo anterior, com vistas à função atribuída ao grupo de romper com posturas "individualistas", o que vale ser destacado neste momento é outro aspecto, não menos importante, e que remete ao papel formativo por ele desempenhado sobre os membros da PJB.

É observável nas revistas "PJ a Caminho" que, além dos pressupostos e parâmetros ideológicos estabelecidos a partir das opções pedagógicas da PJB que valorizavam o

³⁹ Uma corrente teórica que contribuiu para a formação deste pensamento na América Latina foi produzida pela Comissão Econômica para América-Latina (CEPAL), tendo como um dos principais expoentes no Brasil o economista Celso Furtado (CARDOSO, 2013).

coletivo, existia também a preocupação com a construção no grupo de jovens, de um processo formativo que respeitasse diferentes pensamentos e opiniões.

Em um texto escrito para a revista “PJ a caminho” de número 71, Carmem Lúcia Teixeira, que foi assessora nacional da PJB, trata do grupo de jovens dizendo o seguinte:

Formar um grupo consiste em aprender a aprender e despertar toda a capacidade de que o ser humano é dotado, com potencial criativo, rompendo com os modelos culturais introjetados – modelos passivos, competitivos, individualistas, teoricistas e autoritários. Aprender a pensar significa romper com o pensamento linear, lógico-formal, num pensamento dialético que visualize as contradições no interior dos fenômenos e nas múltiplas interconexões do real. Provocando uma passagem da dependência a autonomia, da passividade a ação protagonista (PJ a caminho, 1998:29).

Da maneira como é apresentado por Carmem Lúcia Teixeira, o grupo consiste em um lugar no qual o jovem tem a possibilidade de questionar determinadas perspectivas da sociedade moderna com as quais está familiarizado, abrindo-se para o contato com diferentes processos, que devem perpassar a sua realidade e que têm como fim a conscientização.

A postura de “rompimento com modelos culturais e introjetados” traz em si a defesa da noção de bom e de mau, historicamente construída pela Pastoral, na qual, determinados estilos comportamentais, como a passividade e a competitividade, são percebidos de maneira negativa. A alternativa a estas características seria um pensamento que valorize o questionamento, a dúvida e que exponha os limites da sociedade na qual o jovem está inserido.

Dessa forma, a proposta é a de que sejam apresentados esses valores, no dia-a-dia da vida do grupo, com o objetivo de gerar dúvidas e questionamentos que revelem as lacunas dos modelos da sociedade moderna. Nesse sentido, o jovem estaria optando “livre e conscientemente” por diferentes modelos de vida e sociedade. A perspectiva que se apresenta é a de uma formação na qual, a partir da interrogação de seus valores, o jovem se conscientize e opte por outros, mais próximos da proposta da pastoral.

Este processo caracteriza o que a autora vai chamar de “autonomia”, ou seja, a capacidade do jovem de criticar e questionar os valores da sociedade moderna, fazendo a opção por diferentes modelos de vida. Nesse sentido a PJB propõe um processo de autonomização do sujeito, no qual o jovem é conduzido a questionar e criticar os valores.

O que estabelece o caráter de autonomia ao processo, nos termos em que é apresentada pela autora, é a capacidade do jovem de desenvolver “consciência crítica” sobre a realidade na qual está inserido. A preocupação é a de que ele seja capaz de criticar sabendo

o que critica e de fazer novas opções tendo clareza de suas consequências. Nesse sentido autonomia e conscientização apresentam-se de maneira correlacionada.

Nesse contexto ideológico também está inserida a ideia de “protagonismo” ligado à autonomia e em oposição à passividade. A preocupação da pastoral é a de oferecer ao jovem uma formação a partir do grupo de jovens que o coloque em condição de criticar o contexto no qual está inserido. A proposta é a de que o “protagonista” não aja como alguém que recebe informações de maneira passiva, sem questioná-las ou coloca-las à prova. Mas que vá além, amparado nos métodos e na perspectiva ideológica da PJB.

É no sentido da construção da autonomia e da conscientização que se apresenta o texto do Pe. Hilário Dick, publicado na revista número 89, de 2002 que trata da formação, na qual é realizada a seguinte afirmação:

A Pastoral da Juventude, assim como Jesus, assume a defesa do protagonismo juvenil, assumindo a personalização como elemento-chave para a afirmação do jovem. O jovem ser protagonista significa dizer que estamos frente a um jovem (ou desejamos estar frente a um jovem) que luta para ser sujeito de sua identidade e de sua organização, como pessoa e como grupo (PJ a caminho, 2002:14).

Dessa forma, é possível perceber que, na concepção do autor, é essencial que o jovem se construa como pessoa, estabeleça a sua identidade e coordene os processos vivenciados em nível particular e grupal.

O “protagonismo” se daria na busca pela autoafirmação na qual o jovem não só se conhece, bem como busca caminhos para construir a sua própria identidade e história. O “protagonista”, deve ser capaz de coordenar, liderar, conduzir a sua própria vida e também as estruturas organizacionais das quais participa. Para isto, precisa ser formado. Pode-se dizer que, nesta perspectiva, o jovem precisa ser capacitado para conhecer-se e para liderar processos.

No entanto, esta formação não deve culminar em posturas individualistas e no fechamento em um mundo particular. A perspectiva é de que a afirmação pessoal leve ao estabelecimento de relações mais seguras. “O jovem que não sai de si (do Egito) e não busca mover-se nas relações, é alguém que está marcado a não encontrar-se no protagonismo para o qual foi feito” (PJ a caminho, 2002:30). Ou seja, existe a clara preocupação de que a personalização leve à vivência comunitária, pois, do contrário, não existiria o “protagonismo” nos termos em que é apresentado.

Não existe possibilidade de formação da pessoa-jovem individual, não coletiva. Todo o esforço da PJ está direcionado para a formação grupal e para a atuação em grupo. Somente

a partir dos processos grupais é que a pessoa pode existir. O jovem somente será “protagonista” a partir das relações que estabelece, pois, não é cogitada a possibilidade de uma personalização sem o fortalecimento dos vínculos grupais. Dessa forma, também o “protagonismo juvenil” se estabelece a partir de um processo formativo no qual haja a construção de vínculos e relações com outros jovens.

Percebe-se assim, que o “jovem protagonista” tem de ser formado para tal. Todos os pressupostos ideológicos, metodologias utilizadas e as opções pedagógicas da Pastoral têm por fim a formação de seus membros e o direcionamento para a ação grupal, seja no interior da Igreja ou em ações externas.

3.3 As estruturas de acompanhamento

Toda essa formação é estreitamente controlada por agentes (sacerdotes, bispos) da Igreja Católica. O próprio Instituto de Pastoral da Juventude é um exemplo disso, pois foi fundado por um grupo de congregações religiosas e tinha no seu conselho superior a presença de um Bispo.

Analisando as revistas “PJ a caminho” é possível perceber o quanto a preocupação com a formação dos jovens era algo que estava presente na instituição Católica. Isso demonstra o interesse da instituição em estabelecer os parâmetros, tendo o controle sobre o tipo de formação que os jovens iriam receber. Assim, seriam evitados possíveis riscos e desvios que pudessem ocorrer ao longo do processo de preparação para militância religiosa.

Num artigo intitulado “Juventude e a Pastoral Vocacional” escrito por Ir. Roseldis aparecem algumas justificativas para a Igreja conduzir a formação do jovem. Na sua argumentação ela diz que o jovem, para optar pela sua vocação⁴⁰, necessitaria uma formação que o amparasse e o conduzisse para tal, descaracterizando o aspecto de “imposição divina” dado ao conceito.

Partindo desta concepção ela afirma:

Através do nosso trabalho o jovem deverá conseguir situar-se em seu contexto histórico e considerar-se um agente transformador deste contexto. O nosso jovem que

⁴⁰ A vocação é entendida na Igreja como um serviço especializado em que pessoas que os realizam são escolhidas diretamente por Deus. Esta escolha pode ser para a ocupação de determinados cargos na hierarquia da Igreja (padres, religiosas, leigos solteiros ou casados) e também para a execução de serviços (atuação nos diferentes grupos e trabalhos das comunidades).

gradativamente não despertar para a sua realidade histórica, não tem condições de optar por uma vocação que não é capaz de avaliar em sua abrangência (PJ a caminho, 1983:3)

Observa-se que a preocupação nesse momento era a de preparar o jovem, formá-lo, para que fosse capaz de situar-se em seu contexto histórico. Nesse sentido, a relação com o contexto não era algo que se daria naturalmente, mas sim, que o jovem seria preparado a partir de um processo orientado.

Seria a orientação da Igreja que proporcionaria as condições para que o jovem agisse como um agente transformador da sociedade. A formação e transformação da realidade estão profundamente imbricadas. A formação orientada pela instituição é que seria, em grande parte, o fio condutor da ação do jovem.

Isso explica, em parte, a profunda preocupação institucional em conduzir a formação do jovem, pois, amparado nesta formação, ele atuaria para a transformação na sociedade.

Conforme brevemente tratado no segundo capítulo, as estruturas de acompanhamento e de assessoria são valorizadas na Pastoral da Juventude do Brasil. Na concepção da Pastoral, para que o jovem seja o protagonista, são necessárias orientações que o conduzam na sua reflexão e ação.

Assim, os assessores dos grupos de jovens, os materiais de comunicação e formação, os centros e institutos, bem como os cursos de formação, atuam como propagadores e mantenedores das propostas ideológicas da Pastoral, sendo referência para os trabalhos realizados pelos grupos de jovens e para o tipo de ação que estes adotam.

Dessa forma serão apresentados nesse tópico alguns elementos destacados das revistas “PJ a caminho” que indicam a preocupação em preparar pessoas para acompanhar o trabalho dos jovens, bem como a situação de aparente paradoxo que se cria entre o trabalho dos assessores e a proposta da PJB de ter o jovem como protagonista.

3.3.1 A assessoria: formação direcionada pela Instituição Católica

A partir da análise das revistas “PJ a caminho” em relação ao tema “assessoria”, identifica-se que na década de 1980 havia significativa preocupação quanto à definição de pessoas para realizarem este serviço, bem como, quanto à formação e organização dos que desenvolviam este trabalho.

É possível identificar um conjunto de esforços realizados por parte da hierarquia da Igreja para estabelecer e formar uma estrutura de acompanhamento para os jovens na

pastoral, tendo como base os assessores. A própria articulação nacional da PJB sempre teve um assessor adulto de referência, aprovado pela CNBB. Ao longo da década de 1980 foram dois, primeiro o Pe. Hilário Dick, até 1983, e depois o Pe. Jorge Boran, até 1989.

Na maioria dos regionais da CNBB, nas dioceses, bem como nos grupos de jovens eles também existiam e é perceptível que na década de 1980 havia um esforço significativo para que estivessem presentes em todos os níveis. Nesse sentido, foram criados espaços de capacitação destes agentes.

No ensejo de preparar pessoas para o acompanhamento dos grupos de jovens, surgiu o Curso de Assessores Jovens, no ano de 1977. “Com o objetivo de prestar um serviço específico no campo da assessoria aos jovens e à Pastoral da Juventude” (Informativo Especial, 1982:16), a proposta do curso era de garantir uma formação qualificada para aqueles que acompanhariam os jovens em seus grupos, no momento em que a PJB articulava os seus primeiros passos.

Este curso era realizado em três etapas, que ocorriam nos meses de férias, janeiro e julho. Como opções metodológicas, destacavam-se a utilização do “ver-julgar-agir” e a integração entre teoria e prática, pois, ao final do curso, os participantes tinham como tarefa a elaboração de uma monografia que fundamentasse a prática adotada.

Além do CAJO, outro curso destinado à formação de assessores e que também possuía uma carga horária elevada, era o, já citado, “curso superior de capacitação de assessores” que teve a sua primeira turma no ano de 1987. Havia ainda diversos cursos de menor duração, oferecidos pelo próprio instituto ou pelas dioceses, e que tinham por objetivo a capacitação de adultos para o acompanhamento dos jovens.

Identifica-se assim significativa preocupação quanto à formação dos que fariam o trabalho de acompanhamento dos jovens. Outro exemplo disso é o fato de que os textos destinados à capacitação de assessores ganham, na década de 1990, espaço significativamente maior, quando comparado com as publicações da década anterior. Isso se explica, em parte, pelo perfil que a revista assumiu na sua segunda década de existência, pois, nesse momento perde um pouco do caráter de “instrumento de comunicação” entre as lideranças da PJB, adquirindo o perfil de um material formativo, com textos mais longos e reflexivos sobre os processos da Pastoral.

No já citado texto, que relata o Primeiro Congresso Latino-Americano de Jovens de Cochabamba, a preocupação com a formação de assessores aparece nos compromissos do encontro:

Incentivar a formação integral de assessores, encarnada na realidade, com ênfase na esperança e no serviço ao povo, para acompanhar processos de formação na fé que propiciem o protagonismo dos jovens e a transformação estrutural da América Latina, fazendo Cristo presente na história (PJ a caminho, 1992:23).

Aqui a preocupação apresentada é quanto à capacitação dos assessores a partir das concepções e pressupostos ideológicos da Pastoral da Juventude em nível latino-americano. Fica clara a intenção de formar adultos para que estes fossem capazes de acompanhar os jovens, possibilitando a manutenção do vínculo com as propostas formativas da Pastoral.

Nesse sentido os próprios assessores deveriam ser capacitados a partir da proposta de “formação integral”, pois, a preocupação era de que os orientadores dos jovens não se desvinculassem da noção de pessoa que deveria ser formada nos processos vivenciados nos grupos. Pouco adiantaria para a Pastoral ter, em sua estrutura, assessores preocupados em capacitar os jovens somente para a relação com Deus, por exemplo, descaracterizando a proposta de integralidade na formação da pessoa.

Outro aspecto da formação dos assessores é que esta deveria ser, além de “integral”, encarnada na realidade. Nesse sentido retoma-se a noção de relação com o meio, de inserção na realidade, formulada pela Ação Católica que deveria ser retomada e preservada. A preocupação destacada é a de que o próprio assessor não se desviasse dos métodos e dos processos formativos definidos pela Pastoral, servindo como um baluarte que mantém os jovens vinculados à proposta deste grupo religioso.

Assim a formação recebida pelo assessor proporcionaria “o protagonismo dos jovens e a transformação estrutural da América Latina”, ou seja, a atuação do jovem como sujeito se daria a partir de pressupostos adquiridos pelo assessor e transmitidos para os jovens para que estes fossem os artífices da transformação das estruturas.

Nesse sentido merece destaque a própria concepção do Instituto de Pastoral da Juventude do Rio Grande do Sul, o IPJ/RS. Ele era mantido por um grupo de congregações⁴¹ que, a partir de seus provinciais⁴², formavam o conselho gestor, junto com o bispo responsável pelos jovens no regional. As congregações também liberavam pessoas de seus quadros para trabalharem no instituto, existindo ainda uma equipe de “assessores

⁴¹ O conjunto de congregações que formavam o IPJ e o subsidiavam sofreu algumas variações ao longo de sua história, com a entrada e saída de diferentes congregações ao longo dos anos. Em 1982, sete congregações o sustentavam: Salesianos, Jesuítas, Lassalistas, Maristas, Divina Providência, Filhas do Sagrado Coração de Jesus e Salesianas.

⁴² As congregações religiosas são geograficamente divididas em províncias, sendo o responsável hierárquico de cada uma destas circunscrições um dos membros da congregação, denominado “provincial”.

especialistas”, pessoas com formação sobre juventude, teologia ou ação pastoral que eram contratadas para contribuir com trabalhos realizados.

O IPJ denominava-se “um serviço aos jovens e aos assessores de jovens” (Informativo Especial, 1982:17), atuava na formação não só dos participantes, mas também daqueles que acompanhavam os trabalhos dos grupos. O que configura a sua importância para a formação dos quadros da Igreja, um dos prováveis motivos para a presença de um Bispo junto aos provinciais, compondo o “conselho gestor”, responsável último pelas decisões.

O instituto era considerado um “serviço à Igreja do regional sul 3” (Informativo Especial, 1982:17), inserindo-se na Pastoral Orgânica como uma instituição subordinada à CNBB e parte do conjunto da Igreja Católica.

Dessa forma, é possível perceber a imbricada relação que existia entre esta estrutura de formação e de assessoria para os jovens e a hierárquica da Igreja. O colocar-se a serviço, indica a acolhida das orientações e transmissão destas para os jovens. Essa organização estrutural do Instituto e a presença de altos quadros da Igreja Católica no processo de formação de assessores demonstram que a formação na Pastoral da Juventude acontecia de acordo com o conteúdo e o direcionamento estabelecido por membros da hierarquia Católica. Ou seja, a PJ se constitui como um movimento leigo intensamente articulado com os quadros oficiais da Igreja no período.

Notamos, pois, que a hierarquia católica se fazia fortemente presente na formação dos agentes nas pastorais. Essa presença se dava pela participação direta de elementos da hierarquia na formação dos agentes pastorais e nas instituições formadoras desses agentes, como institutos e cursos. Dessa maneira, apesar da valorização do protagonismo juvenil, que traz uma impressão de valorização da atuação individual dos jovens, a formação para a ação e atuação desses jovens era realizada de maneira estritamente supervisionada. Nesse aspecto, a assessoria é um elemento central da pastoral da juventude, constantemente mencionada nas revistas.

Além disso, a formação doutrinária era elemento valorizado na Pastoral da Juventude, existindo a preocupação de que os assessores tivessem conhecimento doutrinário relativamente profundo. Os cursos eram longos, havendo, inclusive, a exigência de monografias. A formação dos membros dos grupos, deveria se dar a partir de determinados pressupostos previamente formulados e propagados nos cursos de assessores, bem como nas suas práticas de acompanhamento dos jovens.

Para além da capacitação, havia preocupação com a organização dos assessores em nível diocesano, regional e nacional. Foram criadas comissões e realizados diversos congressos e encontros nesse sentido, que tinham por função estabelecer parâmetros e propiciar trocas de experiências em relação ao trabalho desempenhado com os jovens.

Eram numerosas e variadas as maneiras pelas quais a hierarquia católica tentava exercer a supervisão sobre as atuações desses jovens leigos. É notável a preocupação por parte da hierarquia Católica em designar, formar e organizar o trabalho de adultos como assessores dos grupos de jovens, demonstrando o interesse da Igreja em ter pessoas doutrinariamente formadas para acompanhar a PJB.

3.3.2 Autonomia e controle institucional em disputa

Era do interesse da Igreja e havia considerável esforço de sua parte, principalmente nas décadas de 1980 e 1990, suscitar, formar e organizar o trabalho dos assessores. Nesse sentido serão destacados neste tópico alguns elementos deste incentivo eclesial para a aproximação de alguns adultos do trabalho desenvolvido pelos jovens, que se põe em oposição à autonomia do jovem almejada pela PJB.

É perceptível e até certo ponto paradoxal que, a maioria das vezes em que se trate de protagonismo na revista “PJ a caminho”, seja no contexto da assessoria. Nos textos que tratam do trabalho do assessor é que ocorre de maneira mais ampla a utilização da categoria protagonismo juvenil.

A primeira vez em que a palavra protagonismo aparece na revista “PJ a caminho” relacionado à juventude é no contexto de uma publicação sobre assessoria. Na edição número 35, de 1989, consta a divulgação do “Seminário Nacional de Assessores”. Este seminário ocorreria no mês de julho e teria como tema “planejamento da ação pastoral”. A organização do evento estava no encargo do Setor Juventude da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Neste relato o planejamento é definido como um “processo de tomada de decisão” sendo que a partir dele que o jovem teria a oportunidade de exercer liderança nas atividades que está inserido. De acordo com o texto o planejamento: “Pressupõe e fortalece o modelo de Igreja comunhão e participação em que os jovens são protagonistas da sua própria pastoral e não ouvintes passivos e executores de decisões tomadas por outras” (PJ a caminho, 1989, n. 35, p. 20).

Os jovens seriam, dentro desta proposta, os responsáveis pelo planejamento, pois estariam pensando as ações que seriam executadas posteriormente, o que retiraria delas o caráter de mera execução, adquirindo o pressuposto de uma ação refletida. No entanto, é importante destacar que este planejamento deveria ser motivado e orientado pelo assessor. Assim, o curso proposto pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, propunha a capacitação para os assessores a fim de que estes auxiliassem os jovens em seus planejamentos.

Como no entendimento que é apresentado, “planejar é decidir” pressupõe-se que as decisões dos jovens seriam precedidas pelas orientações dos assessores, ou seja, o protagonismo juvenil, que se dá na ação do jovem pensada, apresenta-se como um processo orientado pela atuação do assessor.

Nas diferentes instâncias da Igreja ocorriam atividades voltadas para quem acompanhava o trabalho com os jovens. Como exemplo, destacam-se os encontros regionais de assessores da PJ do RS. O primeiro ocorreu em 1979. Na edição de número 22, da revista “PJ a caminho”, apresenta-se um relato do sétimo encontro que ocorreu entre os dias 25 e 27 de outubro de 1985, na sede do Instituto de Pastoral da Juventude.

Um dos aspectos importantes a ser destacado deste encontro diz respeito ao método de trabalho empregado. Eram ao todo 42 participantes, que representavam 10 dioceses do estado do RS. Eles foram divididos em pequenos grupos e nestes grupos relataram as dificuldades que encontravam nos trabalhos com os jovens. Posteriormente, também em pequenos grupos, definiram ações que deveriam ser tomadas diante dos problemas enfrentados.

Percebe-se que neste encontro foi utilizado um método de trabalho descentralizado, no qual os participantes, em pequenos grupos, formulavam conclusões e propostas que, posteriormente, eram apresentadas em plenário. Nesse caso, é possível identificar que aqueles que estavam no encontro tinham um grau de autonomia para refletir e elaborar propostas sem a supervisão da hierarquia. A prática colegiada do encontro demonstra que os assessores possuíam algumas possibilidades de tomar decisões, sem a necessidade de aprovação imediata dos bispos.

Entretanto, apesar dessa relativa liberdade na tomada de decisões, outros elementos demonstram que os rumos do movimento eram estabelecidos a partir da hierarquia católica. Observando-se as conclusões do encontro identificam-se alguns resultados que merecem ser analisados de forma mais detalhada. Por exemplo:

Dar continuidade ao AIJ nos próximos 10 anos...
Sugerir uma semana da juventude, a cargo da PJ nacional.
Vale a importância da metodologia da iniciação/militância e importância dada aos meios específicos.
Esperança de que é possível uma PJ consequente... (PJ a caminho, 1985, n. 22, p. 18)

É possível identificar acima, propostas formuladas pelos assessores (semana da juventude, continuidade do AIJ) para serem executadas pelos membros dos grupos, ou, no máximo, em parceria com eles, o que indica ingerência nas ações a serem adotadas pelos jovens das pastorais. A assessoria formulava propostas que deveriam ser executadas pelos jovens, podendo-se questionar se, nesse caso, os jovens seriam, de fato, os sujeitos críticos da ação.

Outro elemento importante na passagem é a ideia de uma Pastoral envolvida em causas sociais e preocupada com a transformação das injustiças, como será ratado no próximo tópico. Nesse caso, percebe-se a preocupação em formar um “tipo específico de PJ”. O modelo de jovem que eles acreditavam ser o ideal já estava definido, restando poucas possibilidades de alteração para aqueles que eram assessorados.

Assim, a atuação da assessoria já estava voltada para a formação de um “modelo de jovem” preocupado, envolvido em lutas sociais e comprometido com o meio, aspectos que formam uma “PJ consequente”. Esse jovem seria acompanhado por alguém que se esforçaria para lhe conduzir por caminhos definidos a partir dos parâmetros ideológicos da PJB, o que facilitaria a consolidação e a perpetuação destes pressupostos.

Porém, há uma certa contradição em relação a proposta formal da PJ de que o adulto não “mande” no grupo, nem tome as decisões no lugar dos jovens. O que se propõe é que ele questione, dê conselhos, oriente, mas preserve as condições para que os jovens decidam.

Em um texto publicado na revista número 51, Pe. Hilário Dick faz a seguinte afirmação sobre o assessor:

A grande lição que ele procura aprender, sempre, sendo um desafio constante, é saber exercer o poder-serviço, renunciando a ser protagonista junto à juventude e dando-se de todo para que o jovem assuma o protagonismo que lhe cabe. (PJ a caminho, 1993:16)

A preocupação expressa por Hilário é a de que o assessor não assumo o lugar do jovem no grupo, que ele saiba acompanhar os processos grupais sem ser o mentor destes. A proposta é a de que o adulto se doe e faça o máximo possível para os jovens exercerem a liderança nos diferentes espaços da PJB.

No entanto, no mesmo texto, nos parágrafos seguintes será dito que, em diferentes circunstâncias, o assessor deve intervir, seja num trabalho ou ação que o grupo está desenvolvendo, ou num momento de discussão que percebe a necessidade de dar a sua opinião e contribuir com sua experiência.

Nesse caso, ao mesmo tempo em que o assessor não deve ser o mentor, àquele que decide os passos do processo que será realizado, ele deve orientar esta caminhada. Ou seja, a própria pastoral não tem clareza dos limites da intervenção do assessor. Ele, por si, é um agente que contradiz os ideais de autonomia e liberdade de atuação dos jovens. Até onde pode acontecer a intervenção do assessor é algo intensamente debatido, não havendo consenso a esse respeito. Essa ausência de consenso expressa a contradição interna da PJ: até onde vai a autonomia de ação do jovem e onde começa a intervenção e controle sobre essa ação?

Parece que a resposta a essa contradição esteja no fato de que a PJ não deveria abrir mão da formação de um modelo ideal de jovem. Assim, se justifica a necessidade da formação e da assessoria. O jovem deve ser formado, assessorado para o exercício da reflexividade e da autonomia de ação.

É nesse sentido que merece destaque a proposição do Pe. Jorge Boran em uma reflexão que relaciona assessoria e protagonismo juvenil:

Todo assessor precisa parar e com toda sinceridade refletir sobre a resposta a esta pergunta: *que tipo de jovem quero formar?* Fundamentalmente há duas opções: o assessor pode ter como meta a formação de seguidores ou de líderes. Pode formar gente que pensa, que tem personalidade própria e, portanto, pode discordar dele ou pode formar gente que somente diz amém, que não sabe elaborar um discurso próprio e será sempre massa de manobra dos outros (BORAN. 1994:299).

Na proposição acima, fica claro que o assessor tem por função formar o jovem na PJB para que este se torne liderança, que seja capaz de coordenar e conduzir os processos vivenciados em grupo. O entendimento é o de que o jovem precisa “aprender a liderar” e, nesse aprendizado, contaria com a orientação de um adulto.

A concepção que se apresenta como ideal é a de um assessor capaz de levar o jovem ao questionamento sobre si e sobre o seu contexto, para que este possa formar uma opinião consciente, ou seja, tendo clareza a respeito dela e dos seus efeitos. O resultado do trabalho da assessoria, nessa perspectiva, seria um sujeito autônomo e crítico, que não se estabelecesse como “massa de manobra”, mas como uma pessoa, um “eu” que tem clara noção das suas opiniões e ações.

É nesse sentido que, dependendo do trabalho desenvolvido, o adulto poderia atuar para formar “seguidores” ou “líderes”. A diferença entre os dois modelos está justamente no grau de conscientização e criticidade. O primeiro tipo caracteriza-se como um reprodutor, no qual, a capacidade de questionar apresenta-se ausente, já no segundo, a ênfase se encontra exatamente na capacidade de se desenvolver enquanto alguém consciente e questionador. Não há dúvidas de que o segundo modelo é o ideal da PJB.

Segundo esse modelo, o jovem deve ter clareza de si, afirmar-se como pessoa descobrindo e construindo a sua identidade, ter clareza e liderar os processos que vivencia, mas acompanhado e orientado pela presença do adulto.

Assim, é importante observar outra concepção do Pe. Boran, que trata da necessidade de intervenção do assessor nos processos vivenciados na PJB.

A afirmação de que o jovem é protagonista e portanto deve coordenar a pastoral, tem provocado mal-entendidos. Em alguns lugares, divulgou-se a ideia de que o assessor é alguém que não tem *voz ativa* na condução da pastoral; alguém que precisa da autorização dos jovens para opinar e tomar iniciativa. Isso não é verdade. Se antes o assessor fazia tudo e o jovem ficava numa posição passiva, não podemos, agora, saltar para o outro extremo. O protagonismo dos jovens não significa que o assessor deva renunciar ao acompanhamento da pastoral (BORAN. 1994, p. 305).

A partir desta afirmação, é possível perceber que o assessor tem na PJB uma função reservada: a de acompanhar e orientar os caminhos que serão trilhados pelos jovens, dando a estes a solidificação necessária para que se mantenham firmes e fiéis às propostas da PJB.

Até que ponto o assessor deve intervir na vida do grupo, não está claro. O que se identifica são diferentes nuances a respeito deste assunto, que variam de acordo com a realidade da pastoral em cada local e com a perspectiva de cada autor. O que vale ser destacado nesse momento é a existência desta contradição. Se por um lado, à assessoria pode ser lida enquanto tutela e controle sobre o jovem, ela também institui conteúdos e referenciais ideológicos que apontam para a liberdade de atuação do jovem. Esses conteúdos e referenciais, somados a circulação e contato com movimentos externos à estrutura organizacional católica, são geradores de contradições entre membros do movimento e membros da hierarquia católica.

O protagonismo se estabelece, assim, como um processo que pressupõe a construção de certa “autonomia” por parte do jovem. Esta autonomia, porém, não será total: por fazer parte da PJB e da estrutura da Igreja, o jovem deve responder aos interesses desta. É nessa

manutenção dos vínculos institucionais e na consequente restrição da autonomia dos jovens que deve atuar o assessor.

3.4 A ação

A Pastoral da Juventude do Brasil tem como uma de suas preocupações incentivar o jovem a agir. Essa ação é entendida como fazer algo em prol da transformação da sociedade e da Igreja. A perspectiva é a de que de nada adianta o jovem ser formado e assessorado, se tal processo não resultar em um conjunto de intervenções concretas na realidade. A busca da conscientização do jovem para que ele se torne um sujeito crítico, deve, necessariamente, culminar em uma prática.

Nesse sentido serão apresentadas neste tópico algumas dimensões das ações realizadas pelos jovens da PJB que demonstram o seu sentido, bem como a sua importância para o jovem se afirmar como sujeito crítico e consciente.

3.4.1 A ação voltada para o meio: sua importância e mutações

A Pastoral da Juventude do Brasil, influenciada pelas referências da Ação Católica Especializada, entende como um dos aspectos centrais a serem cultivado no jovem a sua relação e atuação no “meio” em que está inserido. Este seria o principal espaço para a sua atuação como cristão.

A relação com o meio é uma característica marcante já nos primeiros anos da PJB. Na documentação analisada, os relatos expressam a proximidade dos jovens com as realidades específicas em que viviam e as ações que empreendiam junto a esta. Por exemplo, pode-se observar a seguinte manifestação, que expressa uma intervenção comunitária na câmara dos vereadores de Canoas/RS:

Nos aqui no Fátima – Canoas, estamos caminhando e tentamos andar rápido.
A C. Fraternidade teve bastante chão. A turma chegou a conclusão que a “Saúde para todos” exigia antes de tudo uma infra-estrutura de higiene quando os esgotos correm céu aberto, as ruas abandonadas, esburacadas.
Mobilizou-se o povo em reivindicações:
Conselho comunitário – povo de Fátima na Câmara de vereadores (Renascendo, 1981).

No relato, fica clara a preocupação com um problema específico da realidade na qual o jovem estava inserido. Tendo a Campanha da Fraternidade como fonte inspiradora para a reflexão, os membros do grupo perceberam que os problemas de saúde que vivenciavam estavam relacionados à ausência de uma estrutura de saneamento e urbanização. Um problema pontual e específico do bairro em que viviam.

Neste exemplo, percebe-se também a aplicação prática do método “ver-julgar-agir”. Com o estranhamento necessário, para a percepção do que precisa ser transformado, realizou-se a etapa do “ver”. Confrontando o real com o ideal, concretizou-se o “julgar”. Neste caso, eles perceberam que a raiz dos problemas de saúde estava na ausência de infraestrutura adequada e, assim, definiram o plano do que deveria ser feito.

Por fim, o “agir” aparece concretizado na atitude de ir para a câmara de vereadores para lá realizarem suas reivindicações. Esse terceiro elemento, a ação de tentativa de intervenção em uma situação específica vivenciada por esses jovens e compartilhada com outras pessoas próximas (vizinhos, amigos, parentes), é enfatizada no depoimento em questão.

Essa ação voltada para o meio é algo de destaque em todas as edições da revista, com relatos de atitudes tomadas, como no exemplo acima, e também de experiências e participação em órgãos de classe, como os sindicatos.

No entanto, com o passar do tempo, a relação com o meio muda de dimensão. Isso é observado, sobretudo a partir do ano de 1983, em que a intervenção direta na realidade em que viviam em nível micro, na vizinhança, na comunidade, perde espaço nas revistas, sendo substituída por ações “macro”, relacionadas a causas mais amplas (constituente, reforma agrária) ou de articulação e organização da Pastoral da Juventude. Isso não significa que a relação com o meio deixe totalmente de aparecer nos relatos das revistas. No entanto, ocorre uma mutação na forma como ela emerge.

O que desaparece é o tom de testemunho das experiências realizadas. Com isso, o tom de proximidade com as ações executadas também perde a centralidade. A partir de 1984, a realidade tratada ganha distanciamento em relação àquela vivenciada pelo jovem. A intervenção na realidade ganha um tom mais ideológico, deixando de lado as experiências pessoais, próximas e concretas, das primeiras edições.

Esse processo fica claro nas edições de número 18, 19, 22 e 24, cujos textos estão vinculados à luta pela terra e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Como exemplo, apresenta-se a edição número 24, que contém um texto intitulado “Reforma

Agrária”, em que são apresentadas dez justificativas para a sua realização no Brasil. Assim apresentam-se alguns dos motivos levantados:

Porque há fome, desnutrição e subnutrição. E se há fome, há falta de alimentos, ou falta de acesso aos alimentos.

Porque há terra agricultável improdutiva e subutilizada e 13 milhões de agricultores sem terra no Brasil.

Porque o êxodo rural conduz milhares de agricultores à marginalização, ao subemprego, aos cinturões de miséria das grandes cidades.

Porque a terra é de todos e não é justo que no Brasil 342 latifundiários controlem 47,5 milhões de ha, enquanto 2 milhões e 500 mil minifundiários possuam apenas 42 milhões de há (PJ a Caminho, n. 24, p. 7).

Observa-se nesse momento semelhanças e pontos em comum entre o discurso presente na revista e as lideranças do MST. Esse discurso, no entanto, não tinha caráter de testemunho pessoal, referindo-se a uma realidade mais ampla, e também, em geral, mais distante que a vivenciada cotidianamente pelo jovem integrante da Pastoral. Buscava-se formar e sensibilizar o jovem para o envolvimento em uma causa: a reforma agrária, sem um relato experiencial de ações desenvolvidas pelos membros da PJB de intervenção direta na realidade do movimento⁴³.

A realidade aqui tratada não é mais a vivenciada cotidianamente pelo jovem, no seu entorno, no seu grupo, como o era nos anos iniciais do movimento (ainda sob a influência direta da Ação Católica), mas sim elementos de uma "realidade nacional", de um contexto social mais amplo e também mais abstrato.

Num contexto de interlocução de setores da Igreja Católica com os movimentos sociais, em especial os de luta pela terra, a PJB adota essas causas, fazendo delas o seu viés de relação com o meio. Neto destaca as contribuições dadas pela Igreja Católica para as primeiras articulações do MST em nível nacional. “O MST aparece como produto de camponeses expropriados da terra. Na sua gênese, era intimamente ligado aos movimentos religiosos vinculados à Teologia da Libertação, através da Comissão Pastoral da Terra...” (NETO, 2007:335). De acordo com o autor, foi o surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, um dos fatores que possibilitou a articulação nacional dos camponeses, propiciando a fundação do movimento em janeiro de 1985.

⁴³ Neto (2007) destaca as contribuições dadas pela Igreja Católica para as primeiras articulações do MST nacionalmente. “O MST aparece como produto de camponeses expropriados da terra. Na sua gênese, era intimamente ligado aos movimentos religiosos vinculados à Teologia da Libertação, através da Comissão Pastoral da Terra...” (NETO, 2007:335). De acordo com o autor, foi o surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), no ano de 1975, um dos fatores que possibilitou à articulação nacional dos camponeses, propiciando a fundação do movimento em janeiro de 1985.

Tal processo é percebido no seguinte trecho, extraído de um texto publicado na revista de número 18, em que é relatado o processo de articulação e organização dos “Sem Terra”, trazendo um relato da situação de um grupo de acampados⁴⁴.

Nos três meses de acampado as quase 500 crianças das 96 famílias sofreram . dois surtos de epidemia: gripe muito forte e sarampo, sendo muitas delas hospitalizadas em Seberi. Este é um dos desafios que a Pastoral da Juventude deve enfrentar também. Você está disposto (a)? (PJ a caminho, 1984:14).

É evidente a tentativa de sensibilizar os jovens da PJ para aderir à causa do MST. Com esse posicionamento, ocorre a dissipação da noção de relação com o meio, pois, o jovem, para assumir a causa dos Sem Terra, não precisa ser um deles ou estar ligado ao meio rural. Todo o jovem que formava a pastoral deveria aderi-la. Assim, a ação voltada para a realidade específica sofre uma transformação e diferentes causas passam a ser assumidas, independente do meio específico do jovem.

Fosse o jovem urbano ou rural, desterrado ou não, a causa do MST deveria passar a ser sua também. A perspectiva de relação como o meio passa por uma transformação em que a intervenção direta na realidade é, em muitos casos, substituída pela adesão a uma causa, transformando-se numa ação discursiva e sem a obrigatoriedade da prática concreta, como era anteriormente esperado dos membros da PJ.

Deve-se considerar a existência da Pastoral da Juventude Rural, que tinha justamente como um de seus principais objetivos a luta pela reforma agrária. A questão levantada é que a defesa de uma política agrícola, com a distribuição de terra, passa a ser uma bandeira das demais pastorais específicas (PJ, PJE e PJMP). Esse mesmo processo ocorreu posteriormente, em relação à causa dos negros, das mulheres e dos próprios jovens.

Além da questão agrária é possível identificar de maneira bastante enfática a presença de outras causas sociais mais amplas, abordadas nas revistas da segunda metade da década de 1980.

O Ano Internacional da Juventude – AIJ e a assembleia constituinte serão destacadas ainda neste tópico. Neste momento, chamaremos atenção para o debate racial. Na revista número 30, este tema ganhou destaque, pois havia sido escolhido, também, para a Campanha da Fraternidade de 1988. Nesse sentido eles afirmam:

⁴⁴ Esta terminologia é utilizada para definir os agricultores que, antes de serem “assentados” (quando conquistam a terra), montam barracas, muitas vezes na beira da estrada. Esta ação tem como objetivo reunir os membros do movimento para chamar atenção do governo e da população para o problema que enfrentam.

A CF tem em vista chamar à conversão. Ela ocorre no tempo quaresmal. É preciso sensibilizar o coração e as mentes, colocar-se na ótica do negro dramaticamente oprimido e explorado, enegrecer a Igreja e organizar movimentos competentes e eficazes de libertação e de valorização da cultura negra (PJ a caminho, 1987:16).

A proposta era a de que o jovem, a partir do tema da Campanha da Fraternidade assumisse a “ótica do negro”, ou seja, que assumisse a sua causa e os seus motivos de luta. A perspectiva era de que, para além da conscientização do negro, houvesse a conscientização dos outros grupos em prol de suas reivindicações.

Esta orientação estaria disposta a todos os membros da Pastoral da Juventude e não somente aos jovens negros. Alimenta o ideal de uma conscientização que ultrapassa a noção de realidade enquanto “meio específico” no qual o jovem estava inserido, como era na Ação Católica, expandindo-a para a causa de todos aqueles que são socialmente percebidos como oprimidos e que necessitariam de libertação.

Assim, a ação do jovem voltada para a sua realidade, perde a característica que tinha durante a Ação Católica e nos primeiros anos de existência da PJB. Possivelmente os grupos de jovens não tenham deixado de realizar ações localizadas em seu próprio meio (bairro, escola, meio rural), mas em âmbito nacional essas causas perderam espaço de publicidade para aquelas mais amplas.

3.4.2 A ação política

Outro aspecto da ação diz respeito à atuação política. São destacadas, de diferentes formas, ações que foram realizadas em prol da intervenção direta nos sistemas de poder, nos espaços de participação e nos partidos políticos. A revista número 10, de 1982, traz um texto intitulado “Relatório do bate-papo político”. Nele é descrito em detalhes como ocorreu o debate político na cidade de Carazinho, no estado do Rio Grande do Sul, com os candidatos a prefeito. Quem promoveu o debate foi a Pastoral da Juventude da cidade, em parceria com a União Carazinhense de Estudantes (UCE), o que demonstra que havia preocupação em promover ações para a conscientização política dos jovens.

Além disso, na mesma revista, são relatados dois casos de vitória de dois participantes do CAJO II, em eleições para cargos públicos. O primeiro trata de um participante que foi eleito vereador e o segundo de um que venceu as eleições para prefeito no município de Selbach, no Rio Grande do Sul. Esses exemplos demonstram que havia,

nesse momento, uma ação efetiva na política por parte dos membros da pastoral, com a participação de seus membros nos espaços de poder representativos.

No entanto, ao longo dos anos, exemplos como esses se tornam escassos nas edições. Isso não indica que tenham deixado de ocorrer na prática, pois, em diferentes passagens, aparecem preocupações quanto à formação para os jovens militantes inseridos em partidos políticos. Porém, os textos que tratam de questões políticas assumem um caráter mais amplo, buscando incentivar os jovens a participar dos processos de maior impacto em nível nacional, que passam a ser adotados pela PJB e também pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Um exemplo disso são os textos publicados em preparação para o processo constituinte que deu origem à constituição brasileira de 1988.

Ao longo do ano de 1986, das quatro edições publicadas da revista, três continham matérias com o objetivo de preparar os jovens para a participação nesse processo. Entre os dias 5 e 7 de setembro de 1986 foi realizado um congresso regional da Pastoral da Juventude, reunindo os jovens das dioceses do Rio Grande do Sul para debater as propostas da nova constituição. Este congresso deu origem a um manifesto publicado na revista “PJ a caminho” de número 25.

O texto, dividido entre críticas e sugestões, apresenta algumas denúncias sobre duas grandes questões: a ausência de participação mais ampla da sociedade no processo constituinte e a manutenção do sistema econômico capitalista. Os jovens demonstravam descontentamento, por não poderem participar de maneira mais direta das decisões que seriam tomadas e também quanto à manutenção do sistema econômico capitalista, que, na opinião deles, seria mantido com a nova constituição.

As propostas defendidas no manifesto eram 13: defesa contundente da reforma agrária de maneira ampla, incluindo a expropriação de grandes áreas; política agrícola voltada para o pequeno agricultor; garantia de direitos sociais, como saúde e educação gratuitas, bem como salário digno com limite mínimo estipulado; o direito e não a obrigatoriedade do voto a partir dos 16 anos; fim da lei de segurança nacional; serviço militar facultativo; reforma tributária em prol dos municípios; nacionalização das multinacionais; referendun popular para aprovar a nova constituição; socialização dos meios de comunicação social; distribuição igualitária de renda; liberdade sindical e direito de greve e a revogação da lei de Estado de Sítio. É possível identificar que as ideais comuns aos

movimentos de esquerda⁴⁵ são defendidas pelos jovens da Pastoral no que se refere à nova constituição brasileira.

Essa participação da PJB na constituinte não era algo que ocorria de forma independente, mas era nesse momento uma opção da pastoral de conjunto da Igreja Católica. A Igreja do Brasil estava envolvida nessa discussão. No ano de 1986, a reunião geral da CNBB teve como tema principal a discussão sobre a constituinte, sendo publicado um documento intitulado “Por uma nova ordem constitucional”.

Assim, a PJB envolveu-se também profundamente nas discussões da nova constituição do país, acompanhando as orientações da CNBB. Os jovens foram motivados a estudar, refletir e agir durante o processo constituinte, formulando propostas e enviando para as comissões.

Novamente observa-se um conjunto de processos direcionados para intervenção na realidade do país, percebida agora de forma mais ampla. A causa política a ser abraçada não necessitaria estar vinculada a algo específico do grupo que o jovem faz parte, mas poderia ser uma questão política que afetaria toda a nação: o processo constituinte.

Tal noção reforça a ideia já apresentada no tópico 3.2 da existência de um *ethos* participativo na pastoral, que era adotado e fomentado por seus membros. Nesse sentido, os atos de candidatar-se numa eleição, promover um debate entre os candidatos de um pleito, ou intervir na constituinte, faziam parte dos compromissos cristãos que deveriam ser adotados pelos membros da PJB e expressariam a concretização do ideal de uma participação consciente do jovem nos processos políticos, com vistas à transformação da realidade.

3.4.3 Ações de afirmação da juventude como coletividade

A partir de 1985, começam a aparecer nas revistas outro tipo de causa: as ações que serviam para uma autoafirmação dos jovens como um grupo com necessidades e demandas específicas. A preocupação vai perdendo mais ainda o aspecto local, sendo substituída por questões do interesse dos jovens como um todo.

Processos concomitantes, nacionais e internacionais, no interior da Igreja Católica ou não, vinham sendo realizados enfatizando uma concepção de juventude como totalidade,

⁴⁵ A partir da pesquisa de Luziano Pereira Lima (2009), intitulada “A atuação da esquerda no processo constituinte: 1986 - 1988”, é possível constatar que as propostas da Pastoral estavam alinhadas com os partidos de esquerda daquele momento. Todas as reivindicações estabelecidas pela Pastoral eram compartilhadas pelos partidos de esquerda do período, assim como pelos movimentos sociais.

como um grupo com características específicas. Podemos citar, entre eles, o Ano Internacional da Juventude (AIJ), promulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1985.

Esse foi um ano de relevantes acontecimentos para a juventude católica, pois foi nele que o Papa João Paulo II lançou as Jornadas Mundiais da Juventude (JMJs), que consistem em um evento internacional organizado pela Igreja Católica e que se realiza uma vez a cada dois ou três anos, sendo destinado aos jovens. Já no Brasil, a Igreja definiu o primeiro domingo de outubro como o Dia Nacional da Juventude (DNJ).

A autora Regina Novaes destaca que, nesse momento, os olhares de diferentes instituições começam a se voltar para os jovens, percebendo-os como um grupo específico portador de necessidades e direitos a eles inerentes:

Os diferentes momentos de sua história, a sociedade brasileira sempre contou com a presença de jovens mobilizados por diferentes sonhos e causas. Porém, enquanto um particular “sujeito de direitos” – que demanda “políticas públicas” específicas –, a juventude só emergiu no final dos anos 1980, momento em que a “exclusão de jovens” se tornou parte constitutiva da questão social nacional e internacional (NOVAES, 2012).

Assim, nesse momento, o jovem passa a ser percebido como um “sujeito de direitos” começando a ser reconhecido como alguém que pertence a um grupo específico da sociedade com algumas necessidades singulares⁴⁶.

Neste contexto em que o jovem começa a adquirir maior visibilidade, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) atuou fortemente em prol da realização do Ano Internacional da Juventude, com manifestações públicas a partir de documentos e incentivando os jovens a realizarem atividades comemorativas. Nesse período, a revista publicou muitas manifestações da CNBB e realizou uma grande campanha de promoção de atividades comemorativas.

A PJB trabalhou amplamente a ideia do AIJ, com encontros, assembleias e celebrações, porém, não o fez sem um conjunto de críticas. Um dos exemplos foi o questionamento do lema proposto pela ONU: “Participação, desenvolvimento e paz”. A Pastoral o criticava alegando que ele não proporcionava a mudança e defendia, em oposição a esse, o lema “Participação, Transformação e Justiça”.

⁴⁶ De acordo com a autora, a percepção deu-se, em grande parte, pela pressão dos dados, que demonstravam o jovem como um grupo etário diretamente impactado pelas políticas de redução dos gastos públicos praticadas por alguns estados nesta época, levando-os a constituir uma massa de excluídos.

Mas, mesmo com questionamentos, a PJB promoveu o Ano Internacional da Juventude e realizou diferentes ações. Uma delas foi a elaboração de um manifesto, publicado na revista “PJ a caminho” de número 19. Nele apresentam-se reivindicações dos jovens:

Se queremos estudar, somos sujeitos as regras escolares absurdas (cadeado nos portões, guarda-pó, livros caros, que não correspondem com nossa realidade...

Reivindicamos também nosso espaço na Igreja, como sangue novo, queremos participar dela com nossa força e nossas ideias e não sermos apenas enquadrados dentro do seu padrão de ideias inflexíveis.

Queremos ser sujeitos dessa transformação, e por isso estamos participando em todos os movimentos democráticos.

Mas nós jovens, hoje já sabemos que estas atitudes da sociedade são a ideologia do sistema capitalista em que vivemos que privilegia uma minoria de pessoas pelo lucro... (PJ a caminho, 1985:6).

É possível identificar nesse fragmento um conjunto de reivindicações vinculadas aos sistemas educacionais e econômicos, acompanhadas da reivindicação por maior participação na Igreja e na sociedade para os jovens. Aqui, essa categoria já é utilizada concebendo-se os jovens como uma totalidade, com reivindicações e demandas específicas.

Quanto à educação, o conjunto de questionamentos apresentado estava amparado em reflexões que a PJB já realizava a respeito do sistema educacional brasileiro. De igual maneira quando o questionamento foi em relação ao sistema econômico. O capitalismo sempre foi apresentado como o grande vilão, responsável pelos problemas sociais.

Nesse sentido, a PJB propôs a mudança do lema do AIJ, substituindo a palavra “desenvolvimento” por “transformação”. De acordo com a concepção ideológica da Pastoral, nunca seria construída uma sociedade justa sob a influência do capitalismo, sendo necessária a “transformação” do sistema econômico, ao invés do “desenvolvimento” dentro deste sistema. Destaca-se assim a importância da transformação para a PJB, elemento já destacado no item 3.2.

Assim, a partir de um conjunto de críticas e inclusive da ressignificação desta comemoração promovida pela ONU, a pastoral passa a construir um discurso e a realizar ações que tinham como objetivo a promoção do jovem enquanto “jovem”, um grupo específico. A questão não era mais somente o trabalho, a terra, a educação, mas é o jovem enquanto uma categoria, um coletivo com identidade própria.

Uma das ações que exemplifica a construção desta noção, por parte da PJB, foi o Dia Nacional da Juventude, que foi instituído sob a inspiração do Ano Internacional da Juventude, e passou a ser comemorado todos os anos a partir de 1986. Isso demonstra que

se consolidava a ideia de que o jovem deve ser considerado a partir da sua singularidade, merecendo, inclusive, um dia instituído para a sua comemoração enquanto um sujeito na cena social.

É nesse contexto de afirmação de uma identidade juvenil que o termo protagonismo juvenil começa a ser utilizado pela PJB, aparecendo muitas vezes relacionado com a ação. “Somos jovens com inquietudes de protagonismos, porque queremos transformar nossas realidades, viver e ser agentes ativos na construção de uma Nova Civilização” (PJ a caminho, 1992:20).

Como uma espécie de desabafo, algo que os jovens expressam querer ser, como um desejo desses jovens. O protagonismo estaria ligado a uma ação, visando à transformação da sociedade, ação a ser desempenhada especificamente pelos jovens.

O ser “protagonista” está, neste caso, relacionado a uma forma de ação que seja capaz de transformar, a capacidade de ser um “agente ativo” alguém que age de maneira “consciente” e “autônoma”, não sendo mero cumpridor de ordem. O ser “ativo” no agir está relacionado à reflexão sobre o que está sendo executado para que, assim, a transformação possa se dar. É dessa forma que o protagonismo é entendido como ação-transformação.

Outro sentido da utilização do protagonismo remete à autonomia no agir, à noção de que o jovem deve fazer e decidir as ações dos processos que vivencia. O relato que trata dos objetivos do “Segundo encontro do grupo de trabalho latino-americano de secundaristas”, propõe “que os jovens estudantes sejam protagonistas reais de seu próprio processo” (PJ a caminho, 1994:22). É apresentada, assim, a proposta que os jovens estudantes façam o seu próprio caminho, que executem, realizem, mas, acima de tudo tenham autonomia para pensar e agir. É a isto que remete a noção de “protagonistas reais”. Acima da capacidade de fazer, deve estar à possibilidade de decidir.

No mesmo texto, na parte que trata da militância dos jovens estudantes, apresenta-se a seguinte afirmação, que trata das duas noções de protagonismo: ação-transformação e ação-autonomia:

A descoberta da presença atuante de Deus no meio estudantil motiva-nos a comprometer-nos na transformação do mesmo através da atuação em organismos estudantis e da criação de espaços no colégio onde os jovens possam sentir-se sujeitos e protagonistas (PJ a caminho, 1994:22).

Neste caso a transformação do meio estudantil se daria por motivação divina e seria concretizada a partir da criação de espaços, onde os jovens pudessem “sentir-se” “sujeitos”

e “protagonistas”. Há uma relação entre o “protagonismo” e a “ação”. O “protagonista” é aquele que “atua” nas estruturas de organização dos estudantes, grêmios estudantis, associações, visando à transformação do meio. O meio estudantil é alterado a partir das intervenções empreendidas pelo militante e são planejadas e conduzidas por ele.

É nesse contexto que passa a ser adotada pela pastoral a categoria protagonismo juvenil, que possui a sua significação diretamente relacionada à ação, pois o jovem protagonista é concebido pela PJB como aquele que age de maneira “consciente” para transformar a realidade (ação-transformação) e também como aquele que planeja e decide com “autonomia” o que vai fazer o processo que vai construir (ação-autonomia).

Dessa forma, o protagonismo se estabeleceria num determinado tipo de prática ideal a ser adotada pelos jovens da pastoral. São nas características de um jovem com entendimento sobre si e autônomo que se estabeleceria o modelo ideal de indivíduo almejado pela PJB que eles denominam protagonista. Alguém com clareza sobre sua função na sociedade e com autonomia para agir nela a fim de transformá-la.

3.4.4 A ação voltada para os interesses internos da Igreja

A PJB realizava diversas ações voltadas para fora da Igreja, que não tinham como fim a inserção nos sacramentos, nem mesmo a contribuição com o dia-a-dia das comunidades, celebrações, festas religiosas ou liturgias. Isso não significa que estas contribuições não ocorressem, mas que elas não eram a maior prioridade na pastoral.

Devido a esse distanciamento, as revistas expressam, em diferentes momentos, a tensão que existia entre a ação dos jovens e a presença deles nos serviços religiosos da Igreja. Quando trata da relação entre PJ e Comunidades Eclesiais de Base, por exemplo, existem relatos de pouco envolvimento e presença dos jovens nos serviços comunitários e suas contribuições na vivência e preparação dos sacramentos.

Nesse sentido, dava-se a percepção, por parte dos próprios membros da Pastoral, que, quanto mais o jovem se aproximava da militância, em estruturas externas à Igreja, mais se distanciava da vida sacramental. A leitura era a de que o militante da PJB deixava de participar das missas e de contribuir nos serviços litúrgicos da comunidade conforme ele ia criando vínculos com outros grupos e espaços de participação.

Numa avaliação, que consta no número 26 da revista “PJ a caminho”, esta tensão entre ação militante e relação com as exigências específicas dos trabalhos da Igreja fica

bastante clara. O texto, assinado por Maria Augusta Ghisleni, demonstra que estas ideias eram consensuais, pelo menos entre os membros do instituto:

A PJ se debruçou sobre a constituinte, a reforma agrária e a campanha eleitoral em demasia, com descuido das reais necessidades da Pastoral de Juventude.
É indispensável uma reflexão maior em torno da ligação da PJ com a comunidade eclesial.
(PJ a caminho, 1986:12)

É possível identificar aspectos significativos. O primeiro, diz respeito às consequências negativas que geraram para a PJB as ações tomadas em prol das eleições, assembleia constituinte e o envolvimento com a causa do MST. Este profundo envolvimento com ações externas à Pastoral teriam feito com que os jovens deixassem para segundo plano as questões inerentes à sua organização. O segundo remete à ligação da PJ com a comunidade eclesial. A preocupação era a de que a militância gerava o abandono e o desvinculo da comunidade.

Nesse sentido, percebe-se que a consciência crítica, fomentada na Pastoral, para que o jovem se tornasse sujeito da transformação da sociedade, era algo que motivava o seu afastamento da Igreja. Essa ação política consciente, considerada, como se percebeu acima, parte importante da realização do protagonismo juvenil, torna-se, nesse momento, um problema, pois quanto mais se dá o aumento da participação política dos jovens, em mesmo nível ocorre o distanciamento deles da Igreja.

Chama atenção ainda a preocupação quanto às dificuldades da Igreja em acolher as ações dos jovens. Um exemplo disso é um relato publicado na edição de número 26, pelos membros da Pastoral da Juventude da Arquidiocese de Porto Velho/RO, intitulado “A missa é ou não um ato político”. O texto trata de uma celebração animada pelos jovens:

Durante a celebração encarnada no dia-a-dia da juventude, quisemos mostrar a situação social indigna em que vivemos, denunciar as injustiças e proclamar e nos comprometer com a construção de uma sociedade onde a terra seja partilhada, seja de todos e não se concentre nas mãos de uma minoria, como vemos em nosso estado e no Brasil afora. (PJ a caminho, 1986, n. 26, p. 15).

Em função da celebração realizada, os jovens relatam que foram chamados de comunistas e acusados de terem transformado a celebração em um ato político. Depois, dão continuidade ao texto refletindo se a missa é ou não um ato político, como propõe o título da matéria.

O aspecto que deve ser considerado, tendo em vista o objeto de análise desta dissertação, é fato de que havia ação dos jovens da PJB voltada para os processos internos da Igreja, participação em missas, preparação para sacramentos, festas religiosas, mas que esta participação se dava a partir dos pressupostos ideológicos que os jovens apreenderam na formação recebida na Pastoral, o que gerava, como no caso relatado, tensões com outros setores da Igreja.

A ação da PJB, de formar sujeitos críticos, com consciência dos processos que vivenciavam, volta-se também para a própria Igreja. O jovem que foi formado para agir criticamente passa a criticar inclusive a estrutura a que pertence.

As ações dos jovens da PJB se dão em dois níveis: externo e interno. Quanto ao primeiro, tem por objetivo atingir a sociedade a partir da participação em mobilizações populares, ações de conscientização, apoio às causas dos movimentos sociais de esquerda, bem como, a participação em processos políticos. Quanto às ações internas, direcionam-se para a própria Igreja e têm como objetivo contribuir com os processos por ela vivenciados no dia-a-dia das comunidades de base. Porém, sejam as ações voltadas para dentro ou para fora da Igreja, elas estariam sempre pautadas pela conscientização e pelo potencial do jovem de ser sujeito crítico.

No entanto, ao mesmo tempo em que as revistas apresentam a noção de protagonismo relacionada ao jovem como “sujeito da ação”, é possível identificar que outras concepções também perpassam o entendimento do conceito na PJB. Em algumas passagens autores remetem “protagonismo” à ação evangelizadora “em nome da Igreja”, à execução de algo previamente elaborado, e não a um processo crítico de reflexão ante a ação.

Em um artigo da edição 63, do ano de 1996, que trata especificamente das relações entre os jovens e a Igreja, afirma-se que a partir do “batismo, os jovens têm sido chamados a trabalhar com todas as suas forças na missão salvífica da Igreja” (PJ a caminho, 1996, n. 63, p. 22). Logo em seguida, é feita uma menção ao Papa João Paulo II, na qual o jovem é caracterizado como “protagonista da evangelização”.

É possível perceber no texto que o “protagonismo” é entendido como a ação do jovem para a evangelização, contribuindo com a missão da Igreja, mas desvinculado de relação com o meio. Nessa perspectiva, o jovem é àquele que realiza a missão, que executa algo que já foi planejado anteriormente e está pré-definido.

O protagonista passaria a ser alguém que age a partir do compromisso que assumiu no seu batismo e cumpre aquilo que foi estipulado pelo corpo hierárquico da Igreja. Neste sentido, a ação do jovem deve ser voltada para a ampliação dos contingentes de fieis da

instituição, para a anunciação de sua mensagem em diferentes espaços da vida social e para a propagação da doutrina. Desvincula-se o protagonismo da perspectiva de conscientização e de autonomia.

Identifica-se assim que o protagonismo na PJB está relacionado à ação e que, dependendo do contexto, ele pode significar a execução de propostas previamente elaboradas, seguindo preceitos doutrinários, sem muitas possibilidades de reelaboração. Nesse caso, é utilizado para justificar a ação evangelizadora da juventude, com o propósito de ampliar o “rebanho” da Igreja, sem explícito interesse nos processos de transformação das estruturas.

Por outro lado, o protagonismo pode significar a ação crítica do jovem. Nesse caso, o protagonista é tido como “sujeito”. Como aquele que age a partir de uma reflexão previamente elaborada e amparada nos métodos e nos preceitos ideológicos da Pastoral da Juventude. Nesse caso a perspectiva da ação é a transformação da realidade social ou eclesial.

Identifica-se a partir da análise das revistas “PJ a Caminho” a externalização de um tipo ideal de jovem, consciente e autônomo. Tal idealização seria concretizada a partir de um processo de formação, com cursos, materiais escritos e demais subsídios que estariam para além da propagação da doutrina, amparados, também, em preceitos da racionalidade científica e no conhecimento produzido por áreas especializadas.

Tal processo formativo deveria ser acompanhado, controlado e ao mesmo tempo motivado por uma figura mais experiente, chamado assessor. Sem muita clareza do papel desta figura e do quanto ele deve intervir nas práticas dos grupos de jovens, o que se destaca é a perspectiva de que seja alguém capaz de atuar para a conscientização e formação crítica do jovem.

Por fim, todo este processo deve desaguar na ação, em um agir capaz de transformar as estruturas sociais e eclesiais a partir dos parâmetros ideológicos estabelecidos pela pastoral. A proposta é a de um processo de conscientização que dê ao jovem a clarividência sobre as ações que devem ser tomadas, bem como as consequências dela sobre as estruturas sociais e eclesiais.

Considerações Finais

Tratou-se nessa dissertação das primeiras articulações e a consolidação da Pastoral da Juventude do Brasil ao longo da década de 1980. Esta década configurou o seu período de expansão em número de adeptos e de representatividade na Igreja Católica. No entanto, se nos anos 80 houve o apogeu, na década seguinte a PJB começou a passar por uma crise que é explicada de diferentes formas.

Reginaldo Prandi (1998) propõe que a crise, não só da PJB, mas da maioria dos setores progressistas da Igreja Católica (CEBs, pastorais sociais, Teologia da Libertação), ocorreu em função das disputas políticas no interior da Igreja (PRANDI, 1998). De acordo com Prandi, a partir da eleição do Papa João Paulo II, começa a ser articulado, pela cúria romana, um processo de perseguição ao modelo de Igreja Libertadora, com efeitos não só no Brasil, mas em toda a América Latina.

Dentre os procedimentos adotados, destacaram-se as transferências de paróquias ou dioceses, a expulsão e as ordens de “silêncio obsequioso⁴⁷” para padres, teólogos e bispos progressistas. O caso mais famoso e que se tornou conhecido fora da Igreja, foi o do Frei Leonardo Boff, que pertencia à Ordem dos Frades menores e, após ser perseguido com proibições e duas ordens de “silêncio obsequioso”, retirou-se das funções de padre, em 1992.

De acordo com Suely Aparecida Martins, outro fator que contribuiu para a fragilização da PJB foi o crescimento, nos inícios de 1990, de movimentos internacionais que trabalhavam de forma mais aprofundada a espiritualidade, como por exemplo, a Renovação Carismática Católica – RCC (Martins, 2000). Hilário Dick destaca que esta década foi também marcada pelo aumento da popularidade dos movimentos de encontro, que, segundo ele, estiveram arrefecidos na década anterior (DICK, 1999).

Percebe-se, assim, uma mudança nas orientações da Igreja Católica da década de 1980 para 1990. Esta mudança alterou as ações adotadas e defendidas pela Igreja, estabelecendo-se uma pastoral mais voltada para ação religiosa, preocupada com a espiritualidade e com a propagação da doutrina em detrimento dos problemas políticos e sociais. Dessa forma, a PJB, com seu interesse na ação do jovem frente à estrutura política e social, passou a enfrentar problemas de apoio por parte da Igreja.

⁴⁷ Trata-se de uma pena que consiste em ficar por um determinado período sem a possibilidade de falar publicamente, como por exemplo, dar entrevistas e publicar livros ou artigos.

Embora a existência desta crise seja um aspecto importante a ser destacado, este aspecto não foi analisado ao longo dessa dissertação. Por este motivo, nos resumiremos a esta breve apresentação de sua existência e nas justificativas formuladas por alguns autores. O aprofundamento sobre as motivações para o declínio da representatividade da pastoral na estrutura da Igreja fica como uma tarefa futura.

A partir do que foi trabalhado ao longo dessa dissertação, é possível identificar que a Pastoral da Juventude do Brasil se estabelece enquanto um grupo da Igreja Católica que propõe a formação de um jovem crítico e autônomo. Em essência, um indivíduo que, embora inserido numa coletividade da qual recebe contribuições diretas, não se reduz a esta, devendo questioná-la e atuar diretamente na sua construção.

Este indivíduo se estabelece num “tipo ideal” por eles definido como protagonista. A concepção do jovem enquanto sujeito, alguém que, para além de produto, é agente e produtor dos processos vivenciados, é o que para eles configura o protagonismo do jovem.

Como foi demonstrado, tal noção possui um histórico de construção cuja origem situa-se na Ação Católica, um movimento anterior à PJB e que deu início a princípios importantes de atuação leiga. No entanto, conforme os leigos foram construindo certa autonomia em suas ações, especialmente em sua atuação externa à Igreja, uma série de conflitos com setores do catolicismo foram acontecendo. Revelou-se a liberdade de ação do leigo frente ao controle institucional como ponto dicotômico: por um lado valorizado e pregado pelo movimento, mas por outro, um dos principais motivos do fim da Ação Católica Brasileira.

A década de 1970 foi marcada pelas primeiras articulações da PJB, quando esta vai-se firmando em oposição às práticas adotadas pelos movimentos de encontro. Já em 1980, a Pastoral da Juventude do Brasil consolida-se. Naquele momento, práticas dispersas foram reunidas e organizadas em nível nacional, formando a matriz ideológica orientadora das suas ações. Tal matriz deu a ela o perfil de uma pastoral que tem por objetivo formar os jovens para pensar de maneira autônoma e agir com vistas à transformação das estruturas consideradas injustas.

Esta consolidação ocorreu com apoio institucional da Igreja. Embora não fosse consenso entre todos os bispos, era a posição defendida, na maioria das vezes, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Havia, assim, certa articulação do discurso institucional com o discurso da PJB. A Igreja como instituição demonstrava-se disposta em apoiar e controlar o modelo de trabalho que vinha sendo construído pela PJB.

Dessa forma, com articulação e apoio institucional, no final da década de 1980 a PJB viveu seu ápice, possuindo aproximadamente 50 mil grupos de jovens e um milhão de adeptos em todo o território nacional (SOFIAT, 2012). Tendo intensa mobilização social e envolvimento nas grandes pautas da sociedade naquele momento como a campanha pelas “diretas já” e as contribuições para a constituição federal de 1988, que estava sendo elaborada.

Nesse contexto de ápice do movimento, com grande apoio institucional, é estabelecido um modelo de jovem membro "ideal" da Pastoral da Juventude. Esse modelo pontua vários aspectos valorizados pela Pastoral e longamente trabalhados ao longo dessa dissertação, como: a atuação perante a realidade social; a crítica quanto às estruturas consideradas injustas; a conscientização para uma ação em prol da mudança; a intervenção na política e a atuação em movimentos sociais; o comprometimento com o coletivo do grupo de jovens e da sociedade; a autonomia para criticar as estruturas social e eclesial na qual o jovem está inserido.

Porém, todos esses aspectos deveriam ser desenvolvidos sob os olhos atentos dos membros da instituição. Observamos também que a formação do jovem segundo os conteúdos, métodos e ideologia era central. Essa formação visava que o jovem "permanecesse na barca", nos termos de Pe. Libânio. Ou seja, seguisse como um membro da Igreja Católica, dando continuidade aos preceitos estabelecidos por ela.

A pastoral da Igreja podia ser comparada com um imenso navio, onde os jovens encontravam segurança na sua fé e podiam viver sua religião. O mar circundante não era ainda tão ameaçador que pusesse em perigo a estabilidade da nau. Hoje vivemos em uma sociedade aberta, exposta às maiores tormentas culturais, de modo que a barca protetora da Igreja esfacelou-se. [...] Só há uma solução. Ensinar as pessoas a nadarem e enfrentarem as ondas. Decisão pessoal, exercício explícito e livre. Já não basta estar dentro da barca. Precisa-se aprender a enfrentar tais situações. Passa-se assim de uma pastoral de massa para uma de minoria (LIBÂNIO, 1978:8).

Na exposição do Padre Libânio, é apresentada a percepção de que a sociedade estava passando por significativas transformações e que as “tempestades” da modernidade colocavam em cheque a segurança do “grande navio” amparada na tradição. Qual é a proposta de Pe. Libânio como alternativa a esta realidade constatada? É a “formação” do leigo, para que ele adote a postura de “permanecer na barca”.

O problema apresentado por Libânio e a alternativa a ele estabelecida (uma pastoral de minoria) aproximam-se das formulações apresentadas pela PJB. Inclusive, a própria formação na PJ acontece de maneira coletiva. Trata-se de uma formação coletiva e voltada

para uma atuação também coletiva na política, na realidade social. Ou seja, uma proposta de formação de indivíduos críticos, livres e atuantes, porém, sempre de forma relacional.

A centralidade atribuída às decisões individuais em termos de opção religiosa vai ao encontro das proposições de Hervieu-Leger sobre a modernidade religiosa. Segundo essa autora, quando se trata de religião, o principal elemento contemporâneo encontra-se na possibilidade de decisão individual sobre as escolhas, a chamada “autonomia” (HERVIEU-LEGER, 2008).

Porém, a pastoral apresenta oposição à outra dimensão da teoria da autora, a “desregulação institucional”, processo no qual a instituição religiosa perde poder de controlar as ações de seus membros. A PJB é um movimento que busca reforçar os laços dos jovens com a tradição religiosa católica, mantendo-os sob o controle institucional desta. A proposta da pastoral baseia-se no estabelecimento de um vínculo seguro e no comprometimento com a coletividade na qual o jovem está inserido.

Elementos da concepção moderna de indivíduo estão presentes na PJB, estabelecendo um modelo ideal de jovem a ser formado, a partir da prerrogativa de “autonomia”. Além disso, sem se distanciar das prerrogativas básicas da noção de indivíduo, a pastoral critica fortemente a ideologia moderna do individualismo, propondo a autonomia do jovem e a crítica à estrutura social, considerada injusta, como os elementos da sua inserção e do estabelecimento de vínculos coletivos.

Como foi possível perceber, diferentes formas de relação foram estabelecidas por parte da pastoral com movimentos externos a ela. Estas trocas influenciaram seus rumos, sendo que diferentes ações foram realizadas, amparadas nas articulações com estes movimentos.

Por fim, devemos destacar que essas duas prerrogativas da PJB – a criticidade e vivência com coletivos externos à Igreja – levaram à construção de uma autonomia na prática da PJ. As pregações da pastoral foram consolidadas em ações que nem sempre estavam em consonância com as orientações da hierarquia, pondo-se, em alguns casos, o questionamento às práticas tradicionais da Igreja, por exemplo, as missas.

Assim, o indivíduo formado pela PJB deve ter consciência da sua importância e da função que deve desempenhar na sociedade, constituindo-se como um elemento particular e autônomo, mas comprometido com o todo da sociedade e com a Igreja. É este tipo idealizado que será por eles entendido como “jovem protagonista”.

O “protagonismo juvenil” se consolida, assim, em uma categoria que reúne os principais elementos valorizados pela PJB, que devem estar presentes em seus membros. A

autonomia, a consciência crítica, o ser sujeito e o vínculo com o grupo apresentam-se como as principais características cultivadas nos jovens, para que eles se estabeleçam enquanto indivíduos com independência e capacidade de contribuir com o grupo, estando sempre nele inseridos.

Referências Bibliográficas

Ação Católica. **Boletim da Ação Católica Brasileira**. Rio de Janeiro, números 1, 2, 3, 4 e 5, 1960 – 1962.

_____. **Cadernos da Ação Católica Brasileira**. Rio de Janeiro, 1964.

BENEDETTI, Luiz Roberto. **Templo, praça, coração: a articulação do campo religioso católico**. São Paulo: Humanitas publicações/ FFLCH / USP – CER, 2000.

BORAN, Jorge. **Entrevista concedida pelo ex-assessor da Pastoral da Juventude do Brasil**. São Paulo, 19 maio 2015.

_____. **Juventude, o grande desafio**. Paulinas, São Paulo, 1982.

_____. **O futuro tem nome: juventude**. Paulinas, São Paulo, 1994.

BRIGHENTI, Agenor. **Congresso Latino-Americano de Teologia: uma análise da situação sociorreligiosa-ecclesial atual**. 2010. Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3461&secao=341. Acesso em: 15 de junho de 2015.

_____. **Ordo Socialis: A Ação Católica e o novo lugar da Igreja na sociedade**. 2012. Disponível em: <http://ordosocialis.de/pdf/Brighenti/A%20Acao%20Catolica%20e%20Sociedade.pdf>. Acesso em 10 de abril de 2015.

_____. **Vida pastoral: O itinerário da pastoral nos últimos cem anos: de Alberione a Aparecida**. 2015. Disponível em: <<http://vidapastoral.com.br/artigos/temas-pastorais/o-itinerario-da-pastoral-nos-ultimos-cem-anos-de-alberione-a-aparecida/>>. Acesso em: 22 de maio de 2015.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Pensadores que inventaram o Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2013.

CASTRO, João Paulo Macedo. **Protagonismo juvenil e os novos modelos de políticas públicas.** Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil. Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/foruns_de_pesquisa/trabalhos/FP%2009/joao%20paulo%20macedo%20e%20castro.pdf>. Acesso em: 11 de jul. 2015.

CELAN. **Civilização do amor: tarefa e esperança: orientações para a pastoral da juventude latino-americana.** São Paulo, Paulinas. 1997

CNBB. **Marco referencial da Pastoral da Juventude do Brasil.** Coleção Estudos Num. 76. São Paulo: Paulus, 1998.

COSTA, Antônio da. **Protagonismo Juvenil: O que é e como praticá-lo.** 1999. Disponível em: <http://www.institutoalianca.org.br/Protagonismo_Juvenil.pdf>. Acesso em 11 de julho de 2015.

DUMONT, Louis. **Ensayos sobre el individualismo.** Alianza Editorial, Madrid, 1987.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da Libertação: perspectivas.** Edições Loyola, São Paulo, 2000.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. **O peregrino e o convertido: A religião em movimento.** Petrópolis: Vozes, 2008.

LEVY, Charmain. Scielo. **Influência e contribuição: a igreja católica progressista brasileira e o fórum social mundial.** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-85872009000200009&script=sci_arttext> Acesso em 23 de maio de 2015.

LIMA, Luziano Pereira Mendes de. **A atuação da esquerda no processo constituinte: 1986 – 1988.** 2009. Disponível em: <

file:///C:/Users/Owner/Downloads/atuacao_esquerda_luziano.pdf>. Acesso em 16 de julho de 2015.

MARIZ, Cecília Loreto. **Catolicismo no Brasil contemporâneo: reavivamento e diversidade.** In. TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (org). **As religiões no Brasil: continuidades e rupturas.** 2. Ed. Petrópolis, Vozes, 2011(p. 53 – 68).

MARTINS, Aparecida Suely. **Caminhos e descaminhos da socialização política na Pastoral da Juventude: o caso de Londrina.** 2000. Dissertação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia.** Cosac Naify. São Paulo, 2003.

MICHAELIS. Dicionário on-line. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=instituto>. Acesso em 17 de agosto de 2015.

NETO, Antonio Julio Menezes. **A Igreja Católica e os movimentos sociais do campo: a Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.** **Caderno CRH**, Salvador, v. 20, n. 50, p. 331-341, Maio/Ago. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v20n50/v20n50a10.pdf>. Acesso em 17 de julho de 2015.

NOVAES, Regina. **As juventudes e a luta por direitos.** Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1285>. Acesso em 17 de julho de 2015.

PIERDONÁ, Enedina. **Entrevista concedida pela ex-assessora nacional da Pastoral da Juventude do Brasil.** Pelotas, 13 jan. 2015.

PIERDONÁ, Enedina; FURLANETTO, Isoleide; SOUZA, João Oliveira. **História da PJ no Brasil.** Evangraf. Porto Alegre, 1990.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Reencantamento e dessecularização: a propósito do auto-engano em Sociologia da Religião.** *Novos Estudos Cebrap.* n. 49, novembro de 1997. p. 99 – 117.

PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo. **A Realidade Social das Religiões no Brasil**: Religião, sociedade e política. São Paulo, Editora Hucitec, 1996.

PJE. **Marco Referencial da Pastoral da Juventude Estudantil**: Nossa Vida, Nossos Sonhos.

PRANDI, Reginaldo. **Um sopro do espírito**. Edusp. São Paulo, 1998.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. Companhia das letras. São Paulo, 2006.

RUFINO, Marcos Pereira. **Ide, portanto, mas em silêncio**: faces de um indigenismo católico heterodoxo. 2002. Tese. Universidade de São Paulo, São Paulo.

SOFIATI, Flávio Munhoz. **Juventude católica**: o novo discurso da Teologia da Libertação. São Carlos, Edufscar, 2012.

VIGNERON, Jacques. Encipecom. **Humanismo cristão e comunicação**, 2001. Disponível em: < http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/b/ba/Jacques_Vigneron.pdf>. Acesso em 14 de julho de 2015.